

Corredores Verdes como Estratégia de Integração e Salvaguarda do Património Histórico e Cultural

Estudo de Caso Guimarães

Maria Alice Borges de Sá Cachada

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura Paisagista

Orientador: Doutor Pedro Miguel Ramos Arsénio

Júri:

Presidente: Doutora Maria Teresa Gomes Afonso do Paço, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

Vogais: Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa;

Doutor Pedro Miguel Ramos Arsénio, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Pedro Arsénio, pela disponibilidade, acompanhamento e apoio prestado ao longo de todo este trabalho.

Ao LEAF (ex-Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista "Prof. Caldeira Cabral") pela disponibilização de cartografia online.

À Câmara Municipal de Guimarães, em especial ao Arquitecto Filipe Fontes, pela cedência da informação cartográfica que constituiu a base desta dissertação.

À Sociedade Martins Sarmento, em especial ao Arqueólogo Gonçalo Cruz, pela partilha de conhecimentos e disponibilização de informação relevante para o trabalho.

À Junta de Freguesia de Barco, em especial ao Dr. Sérgio Silva e ao Dr. Américo Freitas e à Junta de Freguesia da UF de Sande São Lourenço e Balazar, com destaque ao Dr. Francisco Gonçalves, pela disponibilidade e apoio prestado no esclarecimento de dúvidas e na recolha de informação relevante, relacionada com as freguesias.

À Associação dos Moinhos dos rios Torto e Febras, em especial ao Dr. Fernando Mendes, pela disponibilidade e apoio prestado no esclarecimento de dúvidas e na cedência de informação sobre os moinhos dos rios Torto e Febras.

À Casa do Povo de Briteiros, pela receptividade, disponibilidade e apoio prestado durante o desenvolvimento desta dissertação. Um agradecimento especial ao Vasco, à Sónia e à Luísa, pelo acompanhamento e partilha de conhecimentos durante uma "aventurada" caminhada aos moinhos pelo leito do rio Febras. Nunca esquecerei este dia.

À Arqueóloga Daniela Cardoso, pelo incentivo, pela disponibilidade e pelo apoio prestado no esclarecimento de dúvidas e na cedência de informação relevante ao desenvolvimento desta dissertação e ao Arqueólogo Ricardo Erasun, pela disponibilidade no esclarecimento de dúvidas relacionadas com este trabalho e na indicação de bibliografia de interesse.

À Chris, pela amizade, pelas longas conversas e palavras de incentivo e pela companhia nas várias visitas realizadas, à Sandrine, que me acompanha desde o início, pela amizade e pelo incentivo, e ao Guilherme, por se ter disponibilizado a apoiar-me numa fase difícil deste trabalho, pelo incentivo e pela amizade.

À Amélia e ao Cândido, que sempre acreditaram em mim, sempre me apoiaram, sempre me incentivaram e sempre estiveram presentes nos momentos mais importantes da minha vida.

Um agradecimento muito especial à minha querida tia Augusta, que me recebeu sempre em Lisboa de braços abertos e me acompanhou durante todo o percurso académico no ISA.

A todos os demais amigos e familiares que, não fazendo aqui distinção, sempre me deram uma palavra de apoio e de incentivo para a conclusão desta tese.

O meu mais profundo agradecimento vai para o meu pai, pela inigualável dedicação e apoio, pela partilha dos seus vastos conhecimentos sobre o concelho de Guimarães e sobre o património, por toda a bibliografia colocada à disposição, pelo apoio na revisão deste trabalho e pelas condições proporcionadas para a concretização do mesmo, quando o computador portátil me falhou. Obrigada por tudo, sem ti isto não seria possível.

Esta dissertação é dedicada à minha mãe, o meu anjo há 15 anos, cumprindo uma promessa.

Resumo

Os valores culturais e históricos têm vindo a assumir uma crescente importância na paisagem e é imperativa a sua integração nas estratégias de planeamento da mesma. Os recursos culturais e históricos são, cada vez mais, reconhecidos pelo seu potencial recreativo e paisagístico. De acordo com Ahern (2002), os recursos culturais da paisagem podem ser interligados através de corredores, numa espécie de rede ou sistema, reforçando o seu valor ou potencial de uso e tornando-os acessíveis a um grupo mais alargado de utilizadores.

Os corredores verdes constituem uma estratégia de planeamento que reconhece os benefícios e características únicas associados a estruturas contínuas e interligadas, existentes na paisagem.

Nos locais em que existe uma forte competição pelo uso do solo, o planeamento e implementação de corredores verdes, unicamente, por motivos ecológicos não é suficiente. Para que estes sejam sustentáveis, é necessária uma abordagem multifuncional que também possa incluir objetivos sociais e culturais.

Um dos argumentos que tem sido utilizado a favor dos corredores verdes, baseia-se numa hipótese lançada pelo arquiteto paisagista Philip Lewis. A *“Hipótese da Coocorrência de Recursos”* pressupõe que os recursos bióticos, abióticos e culturais tendem a concentrar-se ao longo de corredores que se distinguem na paisagem (vales, corredores ripícolas, linhas de fecho, linhas costeiras, etc.) e que a proteção desses corredores resultará numa vantagem estratégica para a proteção do máximo de recursos possível com um mínimo de ocupação do solo (Ahern, 2002).

O concelho de Guimarães possui uma vasta riqueza em património, espalhada por todo o concelho e que conta a história de um passado que antecede o período da ocupação romana e percorre os tempos, até ao abandono dos modos de vida rurais, no período da revolução industrial. São exemplo, as centenas de moinhos e azenhas que ficaram abandonados e adormecidos nos espaços onde desenvolveram anteriormente funções, alguns completamente arruinados, e que urge serem recuperados sob o risco de se perderem de vez.

Após uma intensa análise dos recursos culturais, ecológicos, paisagísticos e recreativos existentes numa área delimitada do Concelho de Guimarães, incluindo os seus padrões de distribuição e as acessibilidades, foi desenvolvida a proposta de uma rede de corredores verdes no sentido de fazer a interligação entre os recursos culturais e históricos, atravessando espaços de elevado valor ecológico, paisagístico e recreativo. Este trabalho, pretende analisar os benefícios dos corredores verdes como vantagem estratégica para a integração e salvaguarda do património histórico e cultural, partindo do pressuposto que estes promovem uma maior conectividade, eficiência espacial, multifuncionalidade e partindo do pressuposto que os recursos tenderão a apresentar padrões de distribuição lineares, ao longo de corredores existentes na paisagem.

Palavras-Chave: Paisagem; Corredores verdes; Património Histórico e Cultural; Recursos.

Abstract

The cultural and historical values have been taking on a growing importance in the landscape and it is imperative that these values can be part of the landscape planning strategies. Cultural and historical resources are, more and more, recognized for their recreational and landscape potential. According to Ahern (2002), cultural landscape resources can be interconnected through corridors in a kind of network or system, enhancing their value or potential use and making them accessible to a wider group of users.

Greenways are a planning strategy that recognizes the benefits and unique characteristics associated with continuous and interconnected structures in the landscape.

In places where there is strong competition for land use, planning and implementation of greenway corridors solely for ecological reasons is not enough. For them to be sustainable, a multifunctional approach is needed that can also include social and cultural objectives.

One of the arguments that has been used in favor of greenways is based on an hypothesis that was put forward by landscape architect Philip Lewis. *"The Hypothesis of Co-occurrence of resources in greenways"* assumes that biotic, abiotic and cultural greenway resources tend to be concentrated along distinct corridors in the landscape (riparian valleys or corridors, ridgelines, and coastlines) and that the protection of these corridors will result in a strategic advantage for the protection of the maximum possible resources with a minimum of land occupation (Ahern, 2002).

The municipality of Guimarães possesses a vast wealth of heritage, spread throughout the county, telling the story of a past that precedes the Roman occupation period and travels through the times until the abandonment of rural ways of life in the industrial revolution period.

An example are the hundreds of water mills left lying dormant in the spaces where they had previously functioned, some completely ruined, and which urge to be recovered at the risk of being lost at once.

After an intensive analysis of the cultural, ecological, visual and recreational resources existing in a delimited area of the Municipality of Guimarães, including its distribution patterns and accessibility, a proposal was made for a network of greenways aimed to interconnect cultural and historical resources through spaces of high ecological, visual and recreational value. This work is intended to analyze the benefits of greenways as a strategic advantage for the integration and protection of historical and cultural heritage, based on the assumption that they promote greater connectivity, spatial efficiency, and multifunctionality, and assuming that cultural and historical resources will tend to present linear distribution patterns along corridors in the landscape.

Keywords: Landscape; Greenways; Cultural and Historical Heritage; Resources.

Índice

Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract	IV
Introdução	1
Metodologia	2
Estrutura da Dissertação	3
 Capítulo I. Revisão Bibliográfica.....	 4
I.1 Conceitos.....	4
<i>I.1.1 Paisagem</i>	<i>4</i>
<i>I.1.2 Património</i>	<i>4</i>
<i>I.1.3 Estrutura Ecológica</i>	<i>6</i>
<i>I.1.4 Corredores Verdes</i>	<i>7</i>
I.2 O Património Histórico e Cultural	10
I.3 Corredores Verdes.....	16
<i>I.3.1 Enquadramento/ Contextualização</i>	<i>16</i>
<i>I.3.2 Rede de Corredores Verdes como Estratégia para a Integração e Salvaguarda do Património Histórico e Cultural</i>	<i>18</i>
<i>I.3.3 Estudos de Caso</i>	<i>21</i>
I.4 Legislação	23
 Capítulo II. Estudo de Caso Concelho de Guimarães	 29
II.1 Localização e Enquadramento Territorial	29
<i>II.1.1 Enquadramento Paisagístico</i>	<i>30</i>
<i>II.1.2 Enquadramento Histórico</i>	<i>31</i>
<i>II.1.3 Instrumentos de Gestão Territorial</i>	<i>33</i>
<i>II.1.3.1 Plano Director Municipal (PDM).....</i>	<i>33</i>
<i>II.1.3.1.1 Estrutura Ecológica Municipal (EEM) de Guimarães.....</i>	<i>34</i>
<i>II.1.3.1.2 Domínio Público Hídrico (DPH)</i>	<i>35</i>
<i>II.1.3.2 Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF-BM)</i>	<i>36</i>
II.2 Delimitação da Área de Estudo	37
II.3 Análise SWOT da Área de Estudo	38
II.4 Caracterização da Área de Estudo.....	39
<i>II.4.1 Enquadramento e Contextualização</i>	<i>39</i>
<i>II.4.1.1 Caracterização Geral</i>	<i>49</i>
<i>II.4.2 Caracterização Biofísica da Área de Estudo</i>	<i>50</i>
<i>II.4.2.1 Hidrografia</i>	<i>50</i>
<i>II.4.2.2 Hipsometria</i>	<i>51</i>
<i>II.4.2.3 Declives</i>	<i>51</i>
<i>II.4.2.4 Solos</i>	<i>51</i>

<i>II.4.2.5 Vegetação</i>	52
<i>II.4.2.7 Uso do Solo</i>	53
II.4.3 Figuras de Proteção e Ordenamento	54
Capítulo III. Proposta	56
III.1 Estratégia de Intervenção	56
III.2 Análise Espacial de Recursos	57
<i>III.2.1 Recursos Patrimoniais</i>	57
<i>III.2.2 Rede Viária Existente</i>	64
<i>III.2.3 Recursos Recreativos e Paisagísticos</i>	64
<i>III.2.4 Recursos Ecológicos</i>	64
III.3 Cruzamento e Análise da Informação Recolhida	65
III.4 Proposta de Intervenção	68
<i>III.4.1 Definição dos Corredores Primários Estruturais</i>	68
<i>III.4.2 Definição dos Corredores Secundários de Ligação</i>	70
<i>III.4.3 Traçado Geral da Rede de Corredores Verdes (RCV)</i>	71
<i>III.4.4 Proposta de Medidas de Intervenção a aplicar às diferentes tipologias de Corredores Verdes</i>	73
Capítulo IV. Conclusão	79
Referências Bibliográficas	80
Outra Bibliografia Consultada:	88
Apêndices	90
Apêndice A	90
A.1 Inventário do Património Rural	90
Peça nº 1	94
A.2 Inventário do Património Religioso	95
Peça nº 2	99
A.3 Inventário dos Sítios Arqueológicos	100
A.4 Património Classificado	109
Peça nº 4	110
A.5 Percursos Existentes de Interesse Cultural.....	111
Peça nº 5	112
A.6 Recursos Recreativos e Paisagísticos	113
Peça nº 6	115
Peça nº 7	116
Peça nº 8	117
A.7 Quadro de valores quantitativos dos recursos patrimoniais e da rede de corredores verdes.....	118
Apêndice B	119
B.1 Extracto do Plano Director Municipal de Guimarães referente à área de estudo.	119

Lista de Quadros, Figuras e Abreviaturas

Figuras

Figura 1: Esquema da metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho.	2
Figura 2: Corredor Verde de Monsanto (Fonte: CML, sem data).	21
Figura 3: Projeto do Corredor Verde elaborado para o “ <i>Minuteman National Historic Park</i> ” (Fonte: CRJA-IBI Group, sem data).	23
Figura 4: Localização do Concelho de Guimarães integrado na sub-região do Ave (Fonte: Adaptado da CAOP 2018).	29
Figura 5: Carta de Hipsometria do Concelho de Guimarães (Fonte: CMG, sem data d).	29
Figura 6: Vista Panorâmica do enquadramento do Concelho de Guimarães no Vale do Ave, a partir do Monte de São Romão. Briteiros São Salvador, 2018.	31
Figura 7: Estrutura Ecológica Municipal de Guimarães (Fonte: Adaptada da cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).	34
Figura 8: Carta Síntese do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (Fonte: Direcção Geral dos Recursos Florestais [DGRF], 2006)	37
Figura 9: Limites da área de estudo e freguesias abrangidas do Concelho de Guimarães (Fonte: Adaptado da CAOP 2018).	38
Figura 10: Freguesia de Caldelas (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).	40
Figura 11: Freguesia de Ponte (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).	41
Figura 12: Freguesia de Prazins (Santa Eufémia) (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).	42
Figura 13: Freguesia de Barco (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).	43
Figura 14: UF Briteiros (Sto Estêvão) e Donim (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).	44
Figura 15: UF Souto S. Salvador, Souto Sta. Maria e Gondomar (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).	45
Figura 16: UF Sande S. Lourenço e Balazar (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).	47
Figura 17: UF Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).	48
Figura 18: Carta de Hidrografia (Fonte: Adaptada da cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).	50
Figura 19: Carta de Hipsometria (Fonte: Adaptada do SRTM_25m; U. S. Geological Survey [USGS], sem data)	51
Figura 20: Carta de Declives (Fonte: Adaptada do SRTM_25m; USGS, sem data).	51
Figura 21: Carta de Solos (Fonte: Adaptada de Leitão, Cortez, & Pena, 2013).	52
Figura 22: Carta de Vegetação Existente (Fonte: Adaptada de COS2015; DGT, 2018).	52
Figura 23: Carta de ocupação e uso do solo (Fonte: Adaptada de COS2015; DGT, 2018).....	54
Figura 24: Figuras de Proteção e Ordenamento (Fonte: Adaptada da cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).	54
Figura 25: Diagrama da estratégia de intervenção aplicada no desenvolvimento da proposta.	56
Figura 26: Carta de Património Edificado integrado no PDM de Guimarães (Fonte: Adaptada da Carta de Património Edificado disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).	58

Figura 27: Moinhos em ruína na zona de fronteira entre Guimarães e Braga. Briteiros S. Salvador, 2018.	58
Figura 28: Levada de água junto ao seu ponto de recolha no rio Febras. Briteiros S. Salvador, 2018.	59
Figura 29: Açude no rio Ave. Ponte, 2018.	59
Figura 30: Fotografia de um conjunto de moinhos localizados no curso do rio Torto (Fonte: Cruz, 2017).	60
Figura 31: Moinho recuperado do Solar da Ponte. À esquerda, mecanismo de funcionamento do moinho. À direita, vista exterior do moinho com o Engenheiro Inácio Vasconcelos. Briteiros S. Salvador (Fonte: Armindo Cachada, 2000).	61
Figura 32: Estrutura Viária Existente (Fonte: Adaptada da cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).	64
Figura 33: Estrutura Ecológica Municipal referente à área de estudo (Fonte: Adaptada da cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).	65
Figura 34: Principais zonas de concentração de recursos patrimoniais, ecológicos, recreativos e paisagísticos (Fonte: Elaborada com base na cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).	66
Figura 35: Corredores Verdes Primários Estruturais (Fonte: elaborada com base na cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).	68
Figura 36: Corredores Verdes Secundários de Ligação (Fonte: elaborada com base na cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).	70
Figura 37: Ribeira da Canhota na periferia urbana de Caldelas, 2018.....	73
Figura 38: Ribeira da Canhota na direcção do Castro de Sabroso. Sande S. Lourenço, 2018.	73
Figura 39: A ribeira da Canhota no final do percurso. Caldelas, 2018.	73
Figura 40: Rio Febras e conjunto de moinhos. Briteiros S. Salvador, 2018.	73
Figura 41: Rio Febras coberto por vegetação infestante. Briteiros S. Salvador, 2018.	73
Figura 42: Rio Febras - zona de conflito. Briteiros S. Salvador, 2018.	73
Figura 43: Rio Febras e caleira em granito. São Cláudio de Barco, 2018.	73
Figura 44: Rio Ave. São João de Ponte, 2018.	73
Figura 45: Rio Ave. Briteiros St. Estêvão, 2018.	73
Figura 46: Rio Ave visto da Ponte de Donim, 2018.	74
Figura 47: Rio Ave. Souto Santa Maria, 2018.	74
Figura 48: Rio Ave. Caldelas, 2018.	74
Figura 49: Via de ligação entre o jardim da Igreja Paroquial de Caldelas e a ribeira da Canhota. Caldelas, 2018.	74
Figura 50: Via pavimentada junto à ponte sobre o rio Ave. Briteiros Sto. Estêvão, 2018. Pormenor: oratório à esquerda.	74
Figura 51: Via pavimentada sobre a Ponte de Donim. Donim, 2018. Pormenor: cruzeiro à esquerda e azenha à direita.	74

Figura 52: Travessa de ligação junto à Ponte de Campelos do rio Ave. São João de Ponte (Fonte:Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).	75
Figura 53: Via pavimentada sobre a ponte que liga as freguesias de Prazins (Santa Eufémia) e Barco. 2018.	75
Figura 54: Via pavimentada de ligação entre a Capela do Espírito Santo (IIP) e o Castro de Sabroso (MN). Sande S. Lourenço (Fonte:Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).	75
Figura 55: Via pavimentada de ligação à Capela dos Anjos. Souto Santa Maria, 2018. Pormenor: Casal de Soutelinho à esquerda.	75
Figura 56: Via pavimentada (direita) de ligação ao Mosteiro de Souto. Souto S. Salvador, 2018. Pormenor: Cruzeiro de Granito Brasonado (IIP).	75
Figura 57: Via de ligação ao Mosteiro de Souto. Souto S. Salvador, 2018.	75
Figura 58: Via pavimentada de ligação à Igreja de Briteiros S. Salvador. Briteiros S. Salvador (Fonte:Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018). Pormenor: Entrada da Quinta do Paço à direita.	75
Figura 59: Via pavimentada de ligação à Citânia de Briteiros. Briteiros S. Salvador, 2018. Pormenor: Procissão de São Romão.	75
Figura 60: Via pavimentada que atravessa o rio Febras. São Cláudio de Barco (Fonte:Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).	75
Figura 61: Via de ligação não pavimentada na interseção com a ribeira da Canhota. Sande S. Lourenço, 2018.	76
Figura 62: Caminho de ligação entre a ribeira da Canhota e a Igreja Velha. Caldelas, 2018.	76
Figura 63: Interface entre a via pavimentada e o caminho florestal de acesso ao Castro de Sabroso. Sande S. Lourenço, 2018.	76
Figura 64: Caminho florestal de acesso ao Castro de Sabroso. Sande S. Lourenço, 2018.....	76
Figura 65: Caminho murado não pavimentado. Briteiros S. Salvador, 2018.	76
Figura 66: Caminho integrado no percurso pedestre da Rota da Citânia (PR2).	76
Figura 67: Passagem sobre o rio Febras. Briteiros S. Salvador, 2018. Pormenor: ponte em pedra destruída.	76
Figura 68: Caminho murado não pavimentado com acesso ao rio Febras. Briteiros S. Salvador, 2018.	76
Figura 69: Caminho não pavimentado com acesso à Citânia de Briteiros. Briteiros S. Salvador, 2018.	76
Figura 70: Interface entre caminho não pavimentado e via pavimentada com acesso à Capela do Espírito Santo (IIP). Sande S. Lourenço, 2018.	76
Figura 71: Caminho de acesso ao rio Febras ao longo do curso de uma antiga <i>Levada</i> . Briteiros São Salvador, 2018.	76
Figura 72: Caminho de ligação entre a Citânia de Briteiros e os moinhos de Portuguediz (fronteira Guimarães - Braga). Briteiros S. Salvador, 2018. Pormenor: "Caminhada dos Moinhos" organizada pela Associação dos Moinhos dos rios Torto e Febras.	77

Figura 73: Espaço ajardinado junto aos Banhos Velhos e à ribeira da Canhota, na zona de interface com o centro urbano de Cadelas (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).	77
Figura 74: Jardim Público de Cadelas (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018)	77
Figura 75: Jardim Público de Cadelas (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018)	78
Figura 76: Jardim Público de Cadelas (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018)	78
Figura 77: Jardim Público de Cadelas e ligação à Igreja Paroquial (Fonte: Captura de foto de 2014 Google Maps, 2018).	78
Figura 78: Igreja Paroquial de Cadelas e espaço ajardinado que envolve a Ara de Trajano (MN), 2018.	78
Figura 79: Espaço ajardinado junto à Igreja de Cadelas com ligação à ribeira da Canhota através de via pavimentada - ver Figura 49 (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).....	78
Figura 80: Planta de Ordenamento em Vigor, do PDM do Concelho de Guimarães nos limites da área de estudo e respetiva legenda. (Fonte: Município de Guimarães, sem data c).....	119

Quadros

Quadro 1: Descrição das fases da metodologia adotada na elaboração da dissertação e respetiva correspondência com os capítulos estruturantes deste trabalho.....	2
Quadro 2: Designações mais comuns relativas aos corredores verdes (Fonte: Hellmund & Smith, 2006, pág. 2).....	7
Quadro 3: Ligação entre as definições atribuídas aos corredores verdes e os princípios teóricos que suportam os mesmos (Fonte: Jongman & Pungetti, 2004, pág. 36).....	9
Quadro 4: Elementos que caracterizam a Paisagem Rural (Fonte: DGADR, 2009).	11
Quadro 5: Componentes do Património Rural com relevância no traçado de uma rede de corredores verdes (Fonte: DGADR, 2009).....	12
Quadro 6: Funções dos Redes de Corredores Verdes (Fonte: Adaptado de Ferreira, 2010 e Hellmund & Smith, 2006).	18
Quadro 7: Classificação dos corredores verdes com base na escala e atributos associados (Fonte: Ahern, 2002, pág. 48).	20
Quadro 8: Análise SWOT aplicada à área de estudo (Fonte: Adaptada de CMG, sem data d, pág. 145 - 150).....	38
Quadro 9: Indicadores Estatísticos da área de estudo por freguesia (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).	49
Quadro 10: Análise quantitativa de recursos patrimoniais e da rede de corredores verdes por freguesia e no total da área de estudo..	71
Quadro 11: Classificação dos Corredores Verdes com base no sistema de classificação proposto por Ahern (Fonte: Ahern, 2002).	72
Quadro 12: Inventário do Património Rural (Fontes consultadas: Direção-Geral do Património Cultural [DGPC], 2001-2016 e Carta do Património Edificado - PDM).....	90
Quadro 13: Inventário do Património Religioso (Fontes consultadas: DGPC, 2001-2016 e Carta do Património Edificado - PDM).....	95

Quadro 14: Inventário de Sítios Arqueológicos (Fonte consultada: DGPC, 2018 e CMG, sem data e).	100
Quadro 15: Património Classificado na área de estudo (Fonte: Barroso, 2004 e DGPC, sem data).	109
Quadro 16: Percursos Existentes de Interesse Cultural (Fontes consultadas: Barroso, 2004 e CMG, sem data b).	111
Quadro 17: Levantamento de Recursos Recreativos e Paisagísticos (Fontes consultadas: Direnor, 2012).	113
Quadro 18: Análise quantitativa dos recursos patrimoniais identificados e da Rede de Corredores Verdes a proposta.	118

Abreviaturas

ADRAVE: Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave

AE: Á

Ant.: Anterior

APA: Agência Portuguesa do Ambiente

aprox.: aproximadamente

art.º: artigo (legislativo)

B.S.E.: Briteiros Santa Estefânia

B.S.L: Briteiros Santa Leocádia

B.S.S.: Briteiros São Salvador

CCDBPFCG: Comissão de Coordenação e Dinamização da Biblioteca Pública da Fundação Calouste Gulbenkian

CMG: Câmara Municipal de Guimarães

CML: Câmara Municipal de Lisboa

Cod.: Código

D.G.: Diário do Governo

DGADR: Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

DGRF: Direcção-Geral dos Recursos Florestais

DGT: Direcção Geral do Território

DPH.: Domínio Público Hídrico

D.R.: Diário da República

DRAEDM: Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

e.g.: exempli gratia (por exemplo)

EPDTR: Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais

et al.: referência a várias pessoas

fig.: figura

ha: hectare

hab: habitantes

ind.: indeterminado

ICAHM: International Committee for the Management of Archaeologic Heritage

ICNF: Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

km²: quilómetro quadrado

m: metro

m²: metro quadrado

nº: número

NUTS: Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

pág.: página

PDM: Plano Director Municipal

PROF: Plano Regional de Ordenamento Florestal

PROF-BM: Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho

RAN: Reserva Agrícola Nacional

RCV: Rede de Corredores Verdes

REN: Reserva Ecológica Nacional

Séc.: Século

S.S.L.: Sande São Lourenço

S.S.M.: Souto Santa Maria

S.S.S.: Souto São Salvador

UF: União de Freguesias

UM: Universidade do Minho

UNESCO: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UTAD: Universidade de Trás os Montes e Alto dourado

ZEP: Zona Especial de Proteção

Introdução

Os valores culturais e históricos têm vindo a assumir uma crescente importância na paisagem e é imperativa a sua integração nas estratégias de planeamento da mesma. Os recursos culturais e históricos são, cada vez mais, reconhecidos pelo seu potencial recreativo e paisagístico e, sendo um bem comum pertencente a todos, por todos deve ser usufruído através de formas sustentáveis que contribuam para a sua valorização, proteção e manutenção.

Ahern (2002), defende que os recursos culturais da paisagem podem ser interligados através de corredores, numa espécie de rede ou sistema, reforçando o seu valor ou potencial de uso e tornando-os acessíveis a uma região mais alargada de utilizadores. Defende, ainda, a hipótese da coocorrência de recursos ao longo de corredores afirmando que os recursos bióticos, abióticos e culturais tendem a concentrar-se ao longo de corredores distintos na paisagem, que podem ser vales ou corredores ripícolas, linhas de cumeada e linhas costeiras. Desta forma, a proteção desses corredores resultará numa vantagem estratégica para a proteção do máximo de recursos possível com o mínimo de ocupação do solo.

Os corredores verdes constituem uma estratégia de planeamento que reconhece os benefícios e características únicas associados a estruturas em rede existentes na paisagem, tirando partido de características como a flexibilidade e a conectividade.

Em regiões onde existe uma forte competição pelo uso do solo, o planeamento e a implementação de corredores verdes, unicamente, por motivos ecológicos não é suficiente. Para que estes sejam sustentáveis, é necessário incluir objetivos sociais e culturais, através de uma abordagem multifuncional que compatibilize vários usos e funções num só corredor. Assim sendo, os objetivos relacionados com integração e proteção do património histórico e cultural devem situar-se num contexto mais amplo, dentro de um quadro multidisciplinar, compatibilizando-se com outros objetivos e, ao mesmo tempo, assumindo maior força.

O presente trabalho pretende abordar a temática dos Corredores Verdes compreendendo a sua importância como estratégia de proteção, valorização e integração do património histórico e cultural. Pretende ainda comprovar que estes podem assumir funções, ao mesmo tempo, ecológicas, recreativas, culturais e estéticas, protegendo os recursos existentes e compatibilizando-os com a atividade humana, contribuindo, dessa forma, para a preservação do património histórico e cultural, para valorização da qualidade e estética da paisagem e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Na componente prática deste trabalho, o objetivo será desenvolver e aplicar uma estratégia para a proteção e salvaguarda dos recursos culturais e históricos existentes no Concelho de Guimarães e a sua integração na paisagem através da interligação dos elementos do património numa rede de corredores verdes, tendo como estudo de caso uma área específica do concelho.

Metodologia

O presente trabalho foi dividido em cinco fases consideradas fundamentais ao processo de desenvolvimento do mesmo, de acordo com o esquema que se segue:



Figura 1: Esquema da metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho.

Quadro 1: Descrição das fases da metodologia adotada na elaboração da dissertação e respetiva correspondência com os capítulos estruturantes deste trabalho.

1ª Fase: Revisão Bibliográfica A primeira fase assentou na revisão bibliográfica, onde se procedeu à recolha e análise do máximo de informação sobre o tema e local de estudo, incluindo a procura e análise de estudos de caso relacionados com a temática e a verificação da existência de projetos já elaborados para a área em questão, com vista à sua possível integração na proposta. Nesta fase foi essencial estabelecer contacto com entidades locais, as quais, prestaram apoio no esclarecimento de dúvidas e na recolha de informação necessária ao desenvolvimento do trabalho (Câmara Municipal de Guimarães; Juntas de Freguesia; Associação Cultural e Recreativa dos Moinhos dos Rios Torto e Febras; Sociedade Martins Sarmento; pessoas de interesse).	Capítulo I
2ª Fase: Reconhecimento do Local de Estudo Na segunda fase, foram realizadas visitas ao terreno destinadas ao reconhecimento do local, registo fotográfico e levantamento de informação complementar. Este procedimento teve continuidade ao longo de todo o processo de desenvolvimento desta dissertação.	Capítulo II
3ª Fase: Definição da Estratégia Na terceira fase, após ter sido feita a análise do local de estudo, foi definida a estratégia a aplicar, com base nos fundamentos teóricos adquiridos e na sua aplicabilidade ao local em questão. Aqui, foi essencial definir os limites da área de estudo, os objetivos a atingir e a estratégia de intervenção a aplicar.	Capítulo III
4ª Fase: Elaboração da Proposta A quarta fase correspondeu à elaboração da proposta, logo que se reuniu toda a informação necessária à mesma, procedendo-se ao cruzamento e síntese dessa informação.	Capítulo III
5ª Fase: Redação Final da Tese Por fim, a última fase serviu o propósito de redação final da tese, onde foram explicitadas as conclusões do trabalho.	Capítulo IV

Estrutura da Dissertação

O trabalho desenvolvido encontra-se estruturado em 4 capítulos.

O *primeiro capítulo* corresponde à revisão bibliográfica, abordando os fundamentos teóricos considerados relevantes para a compreensão deste trabalho e para aplicação prática do mesmo. Este capítulo divide-se em "Conceitos", onde são definidos os conceitos considerados mais relevantes para a compreensão global da temática desenvolvida; em "Património Histórico e Cultural", onde são abordadas e caracterizadas as principais tipologias que serão aplicadas no processo de elaboração da proposta; em "Corredores Verdes", explicitando a sua evolução até à atualidade e fundamentando a sua importância como estratégia na integração e salvaguarda do património histórico e cultural; e, por fim, a "Legislação", fazendo o enquadramento legal de alguns temas essenciais de forma a possibilitar uma visão mais clara das possibilidades e limitações da aplicação desta temática a uma proposta mais concreta.

O *segundo capítulo* diz respeito ao Estudo de Caso Concelho de Guimarães. Este capítulo encontra-se dividido em 3 partes. A primeira parte destina-se a fazer a localização e enquadramento geral do concelho e a referir os instrumentos de gestão territorial que serviram de referência à elaboração da proposta. A segunda parte, concerne à delimitação da área de estudo, incluindo uma análise SWOT que dá uma visão global das potencialidades e limitações da mesma. A terceira parte corresponde ao enquadramento e caracterização biofísica da área de estudo.

O *terceiro capítulo* começa por definir, através de um diagrama, a metodologia correspondente à estratégia de intervenção a aplicar na elaboração da proposta. De seguida, é feita uma análise espacial dos recursos existentes na área de estudo, com base em cartografia, bibliografia e levantamentos efetuados no terreno. No terceiro ponto, é feito o cruzamento e a análise da informação recolhida e são estabelecidas algumas conclusões, com base em fundamentos teóricos. A quarta fase deste capítulo diz respeito à elaboração da proposta, onde são aplicadas as conclusões obtidas no ponto anterior e onde são explicitadas, de forma genérica, medidas de intervenção a aplicar às diferentes tipologias de corredores verdes.

O *quarto e último capítulo* diz respeito à conclusão e estabelece as considerações finais relacionadas com os resultados obtidos na aplicação da proposta.

Capítulo I. Revisão Bibliográfica

I.1 Conceitos

I.1.1 Paisagem

O termo *paisagem* deriva do francês *paysage* e, de acordo com a Convenção Europeia da Paisagem realizada em Florença pelo Conselho Europeu e assinada por Portugal em 20 de Outubro de 2000, *"designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos"* (Decreto nº 4/2005, de 14 de fevereiro, art.º 1).

"A paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social" (Decreto nº 4/2005, de 14 de fevereiro, pág. 1017).

Ao longo dos tempos a nossa paisagem foi sofrendo alterações que foram marcadas com maior expressão por determinadas épocas da nossa história, decisivas no rumo que a mesma tomou. A maioria das paisagens que ocupam o nosso território são resultado de uma construção do homem, representando *"o esforço secular e perdurável da grei que a modelou com o seu trabalho"* (Cabral, 1993, pág. 139).

Nas palavras de Santos Simões, a paisagem *"constitui imagem expressiva dos diferentes períodos por que as sociedades sucessivamente se renovam, o habitat, que, em cada época, representa a inteligência do homem face à natureza, na assunção inteira dos referidos valores herdados (acumulados)"* (Comissão de Coordenação e Dinamização da Biblioteca Pública da Fundação Calouste Gulbenkian [CCDBPFCG], 1985, pág. 14).

Segundo Magalhães (2007, pág. 28), *"a paisagem é reconhecida como o resultado de apropriações e transformações operadas no passado e esses elementos têm que assumir um carácter mais permanente, não podendo ser deteriorados correndo o risco de se perderem irremediavelmente os valores históricos e naturais que caracterizam a paisagem"*.

O conceito de Paisagem Global, defendido pelo arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, considera a importância da interligação entre o espaço urbano e o espaço rural, através de um *"continuum naturale"* como elo de ligação entre estes dois tipos de paisagem, de forma a que os mesmos mantenham as suas características próprias e funcionamento autónomo e possam, ao mesmo tempo, servir os interesses comuns da sociedade (Magalhães, 2007).

I.1.2 Património

A palavra património tem origem no latim *"patrimoniu-*", podendo significar herança paterna; conjunto dos bens de família transmitidos por herança; conjunto de bens ou valores de interesse económico pertencentes a uma pessoa, instituição ou empresa; bem, ou conjunto de bens, de natureza material ou imaterial, de reconhecido interesse (cultural, histórico, ambiental, etc.) para determinada região, país, etc.; dote necessário para a ordenação de um eclesiástico e, num sentido figurado, significa riqueza e profusão (Infopédia, 2003-2018).

No século XVIII dão-se os primeiros passos no sentido de um enquadramento legal em matéria de conservação do património, através do Alvará de 20 de Agosto de 1721, em que o D. João V atribui à Real Academia de História Portuguesa, a inventariação e conservação dos monumentos antigos

existentes no reino remetentes ao período de ocupação do mesmo pelos Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Árabios (Carvalho, 2005).

Em 1876, através de um projeto de decreto, surge o conceito de “Monumento Histórico”. Este decreto afirmava a necessidade de técnicos habilitados para intervir em monumentos e, ainda no mesmo, era definido o papel do Estado no inventário, conservação e reparação dos monumentos históricos. Em 1880, por ordem do Ministro das Obras Públicas, foi apresentada a primeira relação de monumentos a classificar, a cargo da Real Associação de Architectos e Arqueólogos Portugueses. Ambos os decretos, não tiveram aprovação oficial (Palma, 2001).

É, contudo, no século XIX, que se dá uma maior consciencialização relativamente à importância do património cultural e à necessidade de salvaguarda dos bens imóveis, em que se destaca Alexandre Herculano (1810-1874), pioneiro no movimento de identificação e salvaguarda do património arquitectónico e artístico (Carvalho, 2005).

Em 1901 é instituído o Conselho dos Monumentos Nacionais que, através de um decreto, define as bases para a classificação de imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais. A 27 de Setembro de 1906 foi publicado o decreto que iria formalizar a primeira classificação de imóveis em Portugal (Palma, 2001). Em 1907, foram então classificados os monumentos considerados mais emblemáticos, como é o exemplo do Mosteiro dos Jerónimos e do Convento de Cristo em Tomar.

Em 1910, foi publicado um decreto de classificação que englobava as seguintes tipologias: monumentos pré-históricos, monumentos militares, monumentos civis, templos, inscrições, túmulos e sepulturas, marcos miliários, pontes, arcos, aquedutos, chafarizes, padrões comemorativos, pelourinhos, estátuas, etc. (IPPAR, o.cit:9 fide Carvalho, 2005).

Em 1932, com o Decreto-Lei nº 20:985, de 7 de Março, é determinada a inventariação e classificação de móveis ou imóveis que possuam valor artístico, histórico, arquitectónico ou numismático, e são definidas zonas “*non aedificandi*” em volta dos imóveis classificados (Decreto nº 20:985, de 7 de Março). Através deste decreto, é introduzida, na legislação, a figura de Imóvel de Interesse Público, atribuída aos “*imóveis que, sem merecerem a classificação de monumento nacional, ofereçam todavia considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico*” (Decreto nº 20:985, de 7 de Março, artº. 30).

Em 1976, a esforços do Secretário de Estado do Ambiente Gonçalo Ribeiro Telles, é promulgado o Decreto-Lei nº 613/76, de 27 de Julho, que institui, pela primeira vez, os sítios e os conjuntos de interesse cultural (Magalhães, 2007).

A evolução ao nível do conceito de património e das suas formas de intervenção foi sendo, também, acompanhada por documentação internacional, nomeadamente, a Carta de Atenas (ou Carta de Restauro) de 1931, a Carta de Veneza de 1964, a lista de locais de valor excepcional que resultou da Convenção de Paris, em 1972, e a Convenção Europeia da Paisagem (Decreto nº 4/2005, de 14 de Fevereiro), assinada em Florença no ano 2000 (Magalhães, 2007).

Em 1985 foi publicada a primeira lei geral sobre património, a Lei do Património Cultural Português (Lei nº 13/85, de 6 de Julho). Segundo esta lei, o património cultural português seria constituído por todos os bens materiais e imateriais de reconhecido valor e cujo interesse seria relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo (Lei nº 13/85, de 6 de Julho).

Contudo, teve pouca, ou nenhuma, aplicabilidade na defesa do património, uma vez que carecia de uma regulamentação consistente, encontrando-se, a mesma, fragmentada *"por diplomas da mais variada índole e de articulação duvidosa"* (Palma, 2001).

Em 2001, é publicada uma nova lei (A Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro) que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, substituindo a lei anterior.

Esta lei aprofunda, assim, o conceito de património cultural e considera que *"integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização"* (Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro, art.º 2), incluindo também o contexto onde se inserem nas situações em que este possua valor como testemunho, mostrando-se relevante para a interpretação dos bens patrimoniais.

O interesse cultural relevante dos bens que integram o património cultural pode ser histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico e deverá reflectir valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade (Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro).

Integram, ainda, o património cultural a língua portuguesa, os bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesa e a cultura tradicional popular.

1.1.3 Estrutura Ecológica

"A Estrutura Ecológica da Paisagem constitui um instrumento de sustentabilidade ecológica da Paisagem e, portanto, de qualidade da vida das populações, inultrapassável no planeamento e na gestão da Paisagem" (Magalhães, 2007, pág. 21).

Este conceito surgiu, pela primeira vez, na legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, que define o regime aplicável aos Instrumentos de Gestão Territorial.

De acordo com Magalhães (2007), a Estrutura Ecológica é uma estrutura espacial da paisagem, composta pelas componentes terrestres dos ecossistemas indispensáveis ao funcionamento dos mesmos. Esta deve englobar todos os espaços considerados indispensáveis à conservação dos recursos naturais, considerando que os mesmos interagem de forma sinérgica entre si. A Estrutura Ecológica deve ainda, sempre que possível, conter os princípios básicos da ecologia, nomeadamente a continuidade, elasticidade, meandrização e intensificação.

Segundo Ferreira (2010), o conceito de Estrutura Ecológica visa proteger e integrar os elementos biofísicos, culturais, recreativos e paisagísticos do território, tendo sempre presente o conceito de sustentabilidade, e de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

A origem científica do conceito de Estrutura Ecológica, está ligada ao princípio da Homeostase, de Walter Cannon (1929), que se aplica ao ser humano (Cabral 1980 fide Magalhães, 2007). A Homeostase consiste num processo de regulação, através do qual, um organismo consegue manter o seu equilíbrio quando exposto a alterações do meio externo. Da aplicação deste princípio à paisagem, resultou um novo conceito, o de *Continuum Naturale* (Magalhães, 2007). O conceito de *Continuum Naturale* é definido na Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de Abril, art. 5º, revogada pela Lei nº 19/2014, de 14 de Abril), como o *"sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território"*.

O conceito de *Continuum Naturale* é muitas vezes designado por termos mais comuns, nomeadamente, corredores verdes ou corredores ecológicos (Magalhães, 2007).

A Estrutura Ecológica pretende, assim, estabelecer um *Continuum Naturale* que possibilite o melhor funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas contribuindo para a biodiversidade (Ferreira *et al.*, 2004 fide Ferreira, 2010). A sua delinação deve ser feita de forma a poder constituir uma ferramenta de condicionamento à edificabilidade, devendo exercer funções, tais como, de corredor ecológico, filtro de ar e água e funções sociais e culturais. Esta última, no sentido de proporcionar às populações um maior equilíbrio estético e paisagístico através de espaços livres de lazer, recreio e educação ambiental (Ferreira, 2010).

A Estrutura Ecológica deve constituir uma base de suporte ao traçado das redes de corredores verdes, garantindo a proteção dos recursos existentes (naturais, culturais, recreativos e paisagísticos) ao mesmo tempo que permite a sua conjugação com as atividades humanas, de forma sustentável e numa abordagem de multifuncionalidade do espaço (Ferreira, 2010).

1.1.4 Corredores Verdes

Os conceitos e funções associados aos corredores verdes, como "estratégia de planeamento", deverão ter a sua origem no século XIX, sendo desenvolvidos e alargados por vários autores até aos dias de hoje. Durante este período do tempo, foi sendo reconhecida a importância de corredores, redes ou sistemas de corredores lineares na paisagem, formados por vegetação natural e assumindo funções de recreio, conservação ou proteção, diversidade biológica, equilíbrio ecológico, vistas cénicas/históricas, assentes, de uma forma geral, nas formas naturais do terreno (Ramalhe *et al.*, 2007).

Atualmente, existe uma enorme ambiguidade associada ao conceito de corredores verdes, uma vez que estes podem ser utilizados de muitas e variadas formas e atender a diferentes e múltiplos propósitos. Não existindo uma definição única e unanimemente aceite, apenas se pode afirmar que existe uma base comum a todos os corredores, a sua linearidade e continuidade, englobando corredores existentes na paisagem, reconhecidos por possuírem qualidades especiais (Hellmund & Smith, 2006).

Considerando a variedade de formas, funções e designações que os corredores verdes podem assumir, a tabela que se segue ilustra alguns exemplos das terminologias usadas e que se relacionam com os mesmos, consoante o seu objetivo:

Quadro 2: Designações mais comuns relativas aos corredores verdes (Fonte: Hellmund & Smith, 2006, pág. 2)

<i>Termo</i>	<i>Objetivo ou Condição</i>	<i>Exemplos</i>
<i>Corredor de Conservação</i>	<i>Conservar recursos biológicos, proteger a qualidade da água e/ou mitigar os impactos das cheias.</i>	<i>Corredores ambientais no sudeste de Wisconsin.</i>
<i>Corredor Ecológico</i>	<i>Facilitar o movimento de animais, plantas, ou outros processos ecológicos.</i>	<i>Projeto de Eco-Corredor Regional da Patagônia Andina Norte.</i>
<i>Estrutura Ecológica</i>	<i>Facilitar os movimentos ou outros processos ecológicos.</i>	<i>Estrutura Ecológica Pan-Europeia para a Europa Central e Oriental</i>

<i>Corredor Ambiental</i>	<i>Conservar a qualidade ambiental.</i>	<i>Corredores ambientais no sudeste de Wisconsin.</i>
<i>Cinturão Verde (“Greenbelt”)</i>	<i>Proteger terrenos naturais e agrícolas de forma a restringir ou a direccionar o crescimento metropolitano</i>	<i>Cinturão Verde da cidade de Boulder, no Colorado e cinturão verde de Londres, na Inglaterra.</i>
<i>Infraestrutura Verde</i>	<i>Proteger os espaços verdes para múltiplos objetivos, em igualdade com “infraestrutura cinzenta” (i.e., estradas, linhas úteis, etc.).</i>	<i>Programa Greenprint de Maryland; Rede de Conservação da Bacia de Chatfield – área metropolitana de Denver, Colorado</i>
<i>Ligações Verdes</i>	<i>Conectar áreas separadas de espaços verdes</i>	<i>Iniciativa “Green Links” para conectar manchas isoladas de habitat ao longo da “Lower Mainland” da Colúmbia Britânica.</i>
<i>Estrutura Verde</i>	<i>Conectar áreas separadas de espaços verdes e providenciar uma estrutura em torno da qual o desenvolvimento possa ocorrer. Termo comum usado na Europa.</i>	<i>Plano da Estrutura Verde da “Grande Copenhaga”</i>
<i>Ligações da Paisagem (“Landscape linkages”)</i>	<i>Conectar ecossistemas amplos através de espessas bandas lineares, incluindo rios não perturbados.</i>	<i>“Critical Landscape Linkages”, condado de Pima, Arizona.</i>
<i>Esqueleto Natural “Natural backbone”</i>	<i>Facilitar os processos ecológicos.</i>	<i>Europa Central e Oriental</i>
<i>“Molduras” de Natureza (“Nature frames”)</i>	<i>Proporcionam recreação, protegem a qualidade da água, servem o design urbano e mitigam impactos ambientais.</i>	<i>“Nature Frame” da Lituânia</i>
<i>Corredores Recreativos</i>	<i>Proporcionar recreação e lazer</i>	<i>Sistema de Corredores Verdes do condado de Hillsborough, Florida; Corredores Recreativos de Alberta.</i>
<i>Parques ribeirinhos ou outros parques lineares</i>	<i>Proteger ou, no mínimo, acompanhar o rio ou outros corredores, incorporando, por vezes, trilhos e percursos cénicos.</i>	<i>Parque “Rock Creek”, em Washington, D.C.</i>
<i>Corredores cénicos</i>	<i>Proteger a qualidade cénica.</i>	<i>Corredores Cénicos de Scottsdale, Arizona. Corredores Cénicos de Clayoquot Sound, Colúmbia Britânica.</i>
<i>Percursos e Trilhos (“Trail corridors”)</i>	<i>Providenciar recreação e lazer.</i>	<i>Caminho dos Apalaches, Estados Unidos.</i>
<i>Corredores de Vida Selvagem (“Wildlife corridors”)</i>	<i>Proteger os movimentos da vida selvagem entre áreas de habitat.</i>	<i>Iniciativa de Conservação de Yellowstone a Yukon (Canadá e Estados Unidos); Corredor de Vida Selvagem (Brisbane, Queensland, Austrália)</i>

Charles Little, no seu livro “Greenways for America” , estabelece um conjunto de definições associadas aos corredores verdes. De acordo com este autor, os corredores verdes correspondem a:

“ Espaços livres lineares, estabelecidos ao longo de corredores naturais, como frentes ribeirinhas, cursos de água, festos, linhas férreas convertidas em usos de recreio, canais, vias cénicas, entre outros.

Qualquer curso natural ou com arranjo paisagístico, destinado a pedestres ou bicicletas.

Corredores abertos que interliguem parques, reservas naturais, património cultural e zonas habitacionais" (Little 1990 fide Jongman & Pungetti, 2004, pág. 35).

Ahern (2002, pág. 42), define Corredores Verdes como *"redes de território que contêm elementos lineares planeados, desenhados e geridos para múltiplos propósitos incluindo os ecológicos, recreativos, culturais e estéticos, ou outros, compatíveis com o conceito de uso sustentável"*.

As definições acima apresentadas, deixam transparecer a diversidade inerente aos corredores verdes alertando para a necessidade de estabelecer uma classificação dos mesmos, no sentido de assegurar uma comunicação clara e assertiva entre os investigadores e os profissionais da área. Ahern propõe uma tipologia de classificação dos corredores verdes de acordo com a escala espacial, propósito e objetivos, contexto de paisagem e estratégia de planeamento. Esta tipologia é estruturada no sentido de permitir fazer uma descrição e comunicação, explícita e comparativa, dos corredores verdes, nos vários contextos físicos, espaciais, culturais e políticos (Jongman & Pungetti, 2004).

O quadro seguinte estabelece, segundo Ahern, uma relação entre as definições de corredores verdes e algumas questões que foram colocadas, relativamente às mesmas, dando origem à formulação de três princípios representativos de uma base teórica em favor dos mesmos (Jongman & Pungetti, 2004):

Quadro 3: Ligação entre as definições atribuídas aos corredores verdes e os princípios teóricos que suportam os mesmos (Fonte: Jongman & Pungetti, 2004, pág. 36).

Definições relacionadas (C.V.)	Questões colocadas (?)	Princípios teóricos
<i>Os corredores verdes são redes de território interligadas ou espacialmente integradas, mantidas e geridas para o uso público que inclui : biodiversidade, qualidade cénica, recreação e agricultura.</i>	<i>Será que esta rede constitui uma vantagem devido a um padrão intrínseco de distribuição dos recursos?</i>	<i>1. Hipótese da coocorrência de recursos dos corredores verdes.</i>
<i>Uma presumível vantagem ou sinergia que resulta da conectividade e ligação espacial.</i>	<i>Como é que as funções determinantes afectam a forma e configuração espacial dos corredores verdes?</i> <i>Há conhecimento suficiente e informação disponível para planear no sentido da conectividade?</i>	<i>2. Benefícios inerentes da conectividade para o ser humano e para a biodiversidade.</i>
<i>São planeados no sentido de acomodar múltiplos usos e de alcançar múltiplos objetivos.</i>	<i>Se a rede de corredores verdes tem múltiplos objetivos e propósitos, quais são os usos/funções prioritários ou determinantes?</i> <i>Os usos são espacialmente compatíveis ou conflitantes?</i> <i>Quem decide sobre a prioridade de uso? A configuração espacial do corredor é deliberada e intencional ou é oportunística?</i>	<i>3. Compatibilidade e sinergia de múltiplos usos.</i>

A Hipótese da Coocorrência de Recursos afirma que os recursos bióticos, abióticos e culturais tendem a concentrar-se ao longo de corredores distintos, que podem ser vales ou corredores ripícolas, linhas de cumeada e linhas costeiras. Desta forma, a proteção desses corredores resultará numa vantagem estratégica para a proteção do máximo de recursos possível com o mínimo de ocupação do solo (Ahern, 2002).

Os benefícios inerentes da conectividade traduzem-se na sustentabilidade de certos processos da paisagem que dependem dessa mesma conectividade. Alguns exemplos são o movimento de populações e espécies de vida selvagem, a circulação da água, o fluxo de nutrientes e o movimento da população humana. Se estes processos são benéficos, valorizados pelo ser humano e dependentes da conectividade, então, a mesma, constitui uma condição para a sustentabilidade (Ahern, 2002).

Por fim, o princípio da compatibilidade e sinergia de múltiplos usos suporta a viabilidade dos corredores verdes no sentido em que estes podem desempenhar múltiplas funções numa área espacial específica e limitada e que os usos podem ser planeados, desenhados e geridos no sentido de coexistirem de forma compatível e sinérgica (Ahern, 2002).

I.2 O Património Histórico e Cultural

"Em face das novas necessidades e imposições de uma política de salvaguarda do Património Cultural edificado, o "monumento" passou a ser considerado não só como objecto artístico, mas também como fazendo parte dum conjunto mais vasto e duma estrutura social, económica e paisagística em permanente evolução.

O "monumento" vive num "espaço cultural" de que fazem parte a paisagem onde se integra, o ambiente que o envolve, e o tempo que vai exigindo a evolução dos usos e da vivência das coisas" (Telles, 2003, pág. 305).

Os valores que integram o património cultural são indissociáveis e o monumento não pode ser visto nem compreendido à parte da paisagem em que se insere.

A *"patrimonialização"* de um bem, advém de um significado ou de um sentido que lhe é atribuído, indo muito mais além do que se vê fisicamente. Tanto o sentido que lhe é atribuído, como o próprio bem, por si só, não podem ser considerados como elementos patrimoniais (Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural [DGADR], 2009). O que constitui o valor patrimonial reside, precisamente, na junção dos dois.

Os testemunhos da cultura são um campo de enorme abrangência, sendo uma tarefa complexa definir as tipologias mais adequadas à sua caracterização. De forma a facilitar o desenvolvimento deste trabalho, foi feita uma abordagem ao património subdividindo-o em três tipologias: Património Rural, Património Religioso e Património Arqueológico.

Esta subdivisão não foi feita de acordo com os contrastes que possam existir entre estas três tipologias, até porque elas se associam entre si, mas sim considerando a grande quantidade de elementos a analisar e a sua própria natureza, de forma a permitir uma caracterização, representação e comunicação mais eficaz destes elementos.

Património Rural

O património rural, na sua forma mais abrangente, encerra um espólio material e imaterial que resulta de uma interação entre a comunidade e o território, que a mesma foi habitando e explorando ao longo do tempo.

“Reconhecer o valor do passado, proteger e valorizar o património rural, torná-lo conhecido, acessível e interactivo com as populações rurais é uma tarefa indispensável à manutenção dos equilíbrios ecológicos, à preservação da auto-estima e do desenvolvimento económico, social e cultural” (DGADR, 2009, pág. 13).

De acordo com o "Guia de Observação do Património Rural 09" publicado pela Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), o património rural material pode ser identificado na forma das paisagens, frequentemente alteradas e adaptadas de forma a corresponderem às necessidades das populações rurais, assim como, nos bens imóveis associados à exploração agrícola, ao artesanato, à indústria, à vida coletiva e ao lazer, nos bens móveis de uso doméstico, de motivos religiosos e também festivos, e, por fim, nos produtos, desde a sua preparação à sua transformação, resultantes de toda uma condição local, influenciadora de costumes e tradições. O património material para ser compreendido, tem de ser associado a um contexto social, económico e cultural. Esse contexto traduz um conjunto de valores, crenças, tradições, costumes e técnicas, ou seja, um modo de estar e de saber fazer, que passa a constituir o património imaterial (DGADR, 2009).

O Património Imaterial corresponde a todas as técnicas que eram utilizadas e os "saber-fazer", aos dialetos locais, música e literatura oral, onde se integram os contos, as lendas e a toponímia que evidencia *"usos ou representações particulares"*, e, por fim, aos hábitos, costumes e todas as festividades que eram realizadas (DGADR, 2009).

A identificação do património rural assenta, numa fase inicial, na interpretação da paisagem através da observação dos seus aspetos dominantes. Importa, depois, assinalar os elementos que compõem o património, compreender as relações que os mesmos estabelecem entre si, a sua organização, assinalar a sua localização e definir a origem, abrindo, assim, caminho para o seu estudo e inventariação e para ações que promovam a sua preservação e valorização (DGADR, 2009).

O quadro seguinte, diz respeito aos principais elementos estruturantes de uma paisagem rural e define alguns aspetos, positivos ou negativos, a ter em conta:

Quadro 4: Elementos que caracterizam a Paisagem Rural (Fonte: DGADR, 2009).

PAISAGEM RURAL	Organização do Espaço	<i>Espaço cultivado (terra arável, socalcos, sebes, cortinas de abrigo, muros, disposição das parcelas, caminhos, etc.).</i>
		<i>Prados e pastagens (áreas utilizadas e sua delimitação, abrigos para o gado, etc.).</i>
		<i>Floresta (espécies florestais dominantes, formas de condução e exploração, tipos de proprietários, existência de parques naturais, etc.).</i>
		<i>Espaço aquático (rios, ribeiras, riachos, albufeiras, salinas, etc.).</i>
		<i>Tipos de povoamento (concentrado ou disperso)</i>
	Vias de Comunicação	<i>Vias terrestres (estradas, caminhos, vias romanas,</i>

		<i>trilhos, calçadas, caminhos vicinais, obras de arte, etc.).</i>
		<i>Vias fluviais (navegabilidade, infraestruturas, obras de arte, etc.).</i>
		<i>Vias férreas (estações, casas do guarda, obras de arte, etc.).</i>
	Pontos de Referência	<i>Campanários, torres de vigia, cruzeiros, calvários, marcos geodésicos, etc.</i>
		<i>Vias de comunicação (estradas, caminhos, vias férreas, rios, etc.).</i>
		<i>Aquedutos, pontes, fontanários, etc.</i>
		<i>Árvores seculares, sebes e bordaduras, espigueiros, etc.</i>
	Aspectos Positivos	<i>Paisagem estruturada ao nível da ocupação do solo.</i>
		<i>Património em bom estado de conservação.</i>
		<i>Existência de estilo arquitectónico das construções ou estruturas.</i>
		<i>Reconversão para fins turísticos ou outros de: Estações/linhas de caminho de ferro desactivadas vias fluviais, vias romanas, etc.</i>
	Aspectos Negativos	<i>Efeitos visíveis de degradação ambiental (lixeiros, esgotos a céu aberto, entulhos, sucatas, etc.).</i>
		<i>Urbanização desordenada e desprovida de identidade local.</i>
		<i>Abandono das terras agrícolas.</i>
		<i>Estradas, caminhos, leitos de rios/margens, linhas férreas/estruturas em mau estado de conservação.</i>

No Guia de Observação do património rural, são referidas, para além da paisagem, as componentes que devem ser tomadas em consideração na identificação do património rural, nomeadamente, o património edificado, as práticas tradicionais ligadas à agricultura, pecuária, floresta e pesca, produtos e hábitos alimentares tradicionais, artesanato e pequenas indústrias locais tradicionais, vida privada e vida coletiva.

Destas componentes, as que poderão contribuir no traçado de uma rede de corredores verdes dizem respeito, exceptuando as "Festas, Romarias e Procissões", às evidências materiais imóveis, embora, tendo sempre em consideração a relação inquebrável existente entre estes elementos e o património rural imaterial. O quadro que se segue reúne as componentes visualmente identificáveis do património rural que poderão incluir o traçado de uma rede de corredores verdes como estratégia para a integração e salvaguarda do património histórico e cultural:

Quadro 5: Componentes do Património Rural com relevância no traçado de uma rede de corredores verdes (Fonte: DGADR, 2009).

	Tipologia	
Património Edificado	Património histórico	Castelos e fortificações; Mosteiros e conventos; Igrejas e capelas; Palácios e solares; Sítios arqueológicos e ruínas; Pontes e aquedutos; Miradouros e mirantes; Pelourinhos, cruzeiros e calvários; Fontanários, fontes e chafarizes; Estátuas, obeliscos e placas comemorativas; Monumentos funerários

	Casa de habitação	Casa de aldeia ou da exploração agrícola, lugar de habitação ou elemento central da exploração agrícola, etc.
	Construções da exploração agrícola	Adegas, lagares e moinhos; Celeiros, palheiros, espigueiros e eiras; Construções para os animais; Outras construções (pombais, tanques de rega, etc.)
	Construções destinadas às atividades artesanais e industriais	Fábricas; instalações mineiras; oficinas; adegas; moinhos; etc.
	Construções de utilização coletiva	Religiosas (igrejas e lugares de culto); Públicas (edifícios municipais; escolas); Comerciais (mercados); Comunitárias (fontes, lavadouros); Sócio-culturais (infraestruturas desportivas, clubes e sociedades recreativas, etc.)
	Outro tipo de património	Abrigos de montanha; casas de pastores; pombais tradicionais, etc.
Vida Coletiva	Festas, romarias e procissões Feiras, mercados e comércio ambulante Cultura comunitária	

Património Religioso

"Na verdade, a fé foi uma fonte inexaurível de sinais que a expressavam numa plurifacetada forma de concretizações. Temos a arte, o folclore, as tradições... que marcaram o ritmo das populações, as quais giravam e respiravam do ambiente que a mesma fé imprimia. Jorge Ortiga, A.P. (Arcebispo Primaz de Braga)" (Barroso, 2004, pág. 9).

As igrejas matrizes, as capelas, as alminhas, os calvários e os cruzeiros, na sua imensidade e variedade de elementos espalhados por todo o país, constituem fortes evidências de uma fé e devoção ao sagrado, existente desde tempos muito remotos nas pessoas que foram habitando estas terras e que perdura até hoje.

O património religioso representa mais de 70% do património cultural português (Redação/CPS, 2007), especialmente na região Norte, que concentra mais de metade dos elementos inventariados a nível nacional pela administração central, relativamente a edifícios religiosos (Fernandes, Richards, & Rebelo, 2008). O património religioso é, por si só, um forte impulsor do turismo cultural em Portugal, embora, segundo um estudo publicado pela Revista Turismo & Desenvolvimento, a atratividade turística religiosa da região Norte seja mais de âmbito regional, interligando-se a outros segmentos do turismo e enquadrando-se em programações mais genéricas por parte dos agentes turísticos (Fernandes, Richards, & Rebelo, 2008).

O acelerado desenvolvimento urbano ofusca, muitas vezes, pequenos grandes tesouros espalhados pelas ruas e caminhos que percorremos, sem deles nos darmos conta, como se fossem realidades mortas e destituídas de significado. Contudo, estes elementos são marcas da história de um povo movido por uma grande fé que motivou a criação de tais obras, num desejo de manter viva a sua memória, legando-a aos seus sucessores (Silva, 2004).

O concelho de Guimarães possui um vasto património religioso que importa preservar. Contudo, é importante não esquecer que para além do valor artístico que cada obra encerra existe todo um significado de riquíssimo valor que a ele se associa, num espírito que empreendeu um povo inteiro a seguir determinados costumes e tradições e esses valores devem continuar a ser transmitidos aos mais jovens com risco de se virem a perder no tempo.

A cultura popular e tradicional nasce do conhecimento, das crenças, dos costumes e tradição de um povo. É uma cultura que se adquiriu por experiência, sendo perpetuada, oralmente, ao longo de gerações sucessivas.

As romarias são um elemento típico existente na cultura popular e tradicional. Estas consistem em celebrações que exteriorizam, numa abrangência coletiva, uma forma de estar, de agir, de pensar e de sentir relativamente a aspetos relacionados com a religião. Tal pode ser feito através do cumprimento de promessas ou da participação nos costumes religiosos e populares, como é o exemplo da procissão e do arraial, respetivamente, e da oração e veneração de imagens ou relíquias de uma entidade sobrenatural (Cristo, a Virgem ou um Santo) (Barroso, 2004).

A procissão, ritual de integração e de culto, é uma das celebrações com maior significado na romaria, em que se "*exterioriza a devoção (indo ao encontro dos fiéis e delimitando o espaço sagrado por onde passa)*" (Barroso, 2004, pág. 113) e se mantém acesa a chama das origens da comunidade (Barroso, 2004).

As Capelas, elementos seculares, podem ser encontradas no cimo dos montes, nos cruzamentos dos caminhos, junto de casas senhoriais, anexas a igrejas, ligadas a antigas instituições de assistência, etc. (Silva, 2004). Estas capelas não eram distribuídas ao acaso e eram vários os motivos que levavam à sua ereção. De acordo com Silva (2004), as capelas mais antigas tendem a localizar-se nos montes sobranceiros às paróquias e às agram e tinham como objetivo proteger os campos dos efeitos maléficos das tempestades, ventos e geadas e de proteger as populações circundantes das possíveis epidemias que pudessem surgir. A construção das capelas era, também, resultado das frequentes procissões que se faziam marcando os pontos de partida e chegada. Um outro motivo que justificou a ereção destes elementos teria a ver com a devoção e cumprimento de votos por parte dos seus instituidores. Por fim, a distância à igreja paroquial, o mau estado dos caminhos durante o Inverno, a mais fácil administração dos sacramentos aos enfermos, entre outros, foram motivos utilizados para a construção de capelas por parte dos donos de grandes propriedades que muitas vezes serviria apenas a maior comodidade por parte dos seus próximos (Silva, 2004).

As cruzes, objeto simbólico extremamente difundido por todo o país, especialmente no Norte, representavam inicialmente a morte aplicada aos considerados "malfeitores" pelos egípcios, persas, judeus, gregos e romanos, passando a ser símbolo de redenção cristã, a partir da Paixão e Morte de Cristo. A cruz é um símbolo que se emprega até à atualidade podendo servir funções como a demarcação de locais sagrados, delimitação de terrenos e paróquias, indicação dos locais onde passavam as antigas procissões, o local de uma igreja ou ermida desaparecida e a orientação e proteção dos caminhantes, situando-se à beira das estradas e nos cruzamentos (Silva, 2004).

Os cruzeiros, que foram erguidos ao longo do país, encontram-se intimamente ligados a igrejas ou capelas destinando-se, principalmente, a demarcar o trajeto das procissões que se faziam,

associadas às festividades que eram realizadas nesses locais. Relativamente à sua origem, a maioria dos cruzeiros não antecede, por norma, o século XVII. Os seus autores seriam, normalmente, os canteiros que residiam perto dos locais onde estes foram implementados, tornando-se estas peças, grandes referências da arte popular. A sua presença em determinados locais foi, muitas vezes, responsável pela denominação dos mesmos (Silva, 2004).

A forma como os cruzeiros são designados depende dos motivos que levaram à sua implantação e da sua associação a outros elementos sagrados. Por exemplo, os cruzeiros que se encontram associados à igreja matriz designam-se de paroquiais, os que se encontram nas proximidades de antigas capelas, sejam públicas ou privadas, e que foram lá colocados por devoção do seu responsável a determinada entidade (orago), designam-se de cruzeiros devocionais, e quando o pretexto é a celebração de um acontecimento histórico ou religioso, ou a marcação de um acontecimento mais sofrido, a denominação que se dá é de cruzeiro memorial (Silva, 2004).

Uma outra forma de manifestação dos cultos populares verifica-se na distribuição de "nichos de alminhas", pequenos oratórios que podem ser encontrados muitas vezes à beira de velhos caminhos e de habitações, tanto antigas como modernas, e que, juntamente com outros objetos de culto, assinalaram (e nalguns casos ainda assinalam) o percurso das procissões. A estes elementos, é reconhecido um forte valor etnográfico e religioso e, até aos dias de hoje, continuam a ser objecto simbólico de devoção, fé e religiosidade popular. Contudo, estas manifestações da arte popular tenderão a desaparecer juntamente com o terminar das crenças e atos de fé populares, caso não sejam devidamente valorizadas e preservadas (Cachada, 2006).

Património Arqueológico

"O "património arqueológico" é aquela parte do material arqueológico a partir da qual os métodos arqueológicos proporcionam informação primária. Ele compreende todos os vestígios da existência humana e consiste em sítios relacionados com todas as manifestações da actividade humana, estruturas abandonadas, e vestígios de todos os tipos (incluindo sítios subterrâneos e subaquáticos), bem como todos os materiais culturais transportáveis que lhes estão associados" (International Committee for the Management of Archaeologic Heritage [ICAHM], 1990, art.º 1).

De acordo com a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, o património arqueológico integra todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente, e cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.

Fazem parte do património arqueológico depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, incluindo o seu contexto (urbano/rural; solo/subsolo/submerso; mar territorial/plataforma continental) (Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro).

Os monumentos, sítios ou conjunto de sítios arqueológicos com interesse nacional que mantenham uma relação de identidade com o território envolvente, território esse também marcado pelas intervenções dos seus antepassados, e cujo ordenamento e gestão deva ser feito de forma a garantir

a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes, obtêm a designação de parque arqueológico (Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro). O território envolvente é entendido como o *“contexto natural ou artificial que influencia, estática ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido”* (Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro, art.º 74).

O património arqueológico constitui um recurso cultural frágil e não renovável e a sua principal ameaça física assenta nas obras de desenvolvimento e construção. Desta forma, o uso do solo deve ser controlado de forma a minimizar ao máximo a sua destruição. Este recurso deve ser uma preocupação constante e de atualização regular, das políticas de ordenamento do território (ICAHM, 1990). A proteção do património arqueológico deve estar integrada nas estratégias de planeamento do território, a várias escalas.

É, ainda, premente, a necessidade de sensibilizar a população para a importância da proteção do património arqueológico, património este que constitui uma parte essencial da nossa memória coletiva e que se encontra ameaçado neste contexto de sociedade cada vez mais invasiva no território. A preocupação com a proteção do património arqueológico não deve ser exclusiva dos profissionais envolvidos e das políticas associadas, considerando que só é possível proteger o património existente, com o envolvimento de toda a comunidade (Martins, 2010).

A observação geral dos recursos arqueológicos é uma ferramenta essencial ao desenvolvimento de estratégias para a sua proteção, cuja eficácia depende do conhecimento mais completo possível da sua extensão e natureza. Os inventários constituem uma ferramenta básica que fornece dados necessários ao estudo e investigação científica, devendo ser constantemente atualizados fazendo parte de um processo contínuo e dinâmico (ICAHM, 1990).

I.3 Corredores Verdes

I.3.1 Enquadramento/ Contextualização

O desenvolvimento dos corredores verdes teve raízes comuns, tanto na Europa como na América, mas seguiu caminhos diferentes devido à diferenças geográficas, políticas e científicas (Jongman & Pungetti, 2004). Os corredores verdes assumem-se mais como um produto Americano (*Greenways*) enquanto que na Europa o seu conceito se evidencia, sobretudo, através da Estrutura Ecológica.

Os *boulevards* (avenidas arborizadas) da autoria de Georges-Eugène Haussman e os *parkways* (sistemas de parques urbanos interligados) de Frederick Law Olmsted estão na origem do conceito de corredores verdes, tendo resultado de estratégias de planeamento do século XIX em que foi reconhecida a importância da inclusão da vegetação nas vias públicas, como resposta a objetivos essencialmente estéticos e sociais. Nos inícios do século XX, a presença do automóvel passa a ser a principal preocupação no planeamento destas vias, que passam a assumir um carácter diferente, inicialmente como estradas pavimentadas dedicadas ao prazer de conduzir e, mais tarde, através das autoestradas (Hellmund & Smith, 2006).

Em 1898, Ebenezer Howard propõe, na Inglaterra, um novo modelo de cidade, a *“Cidade-Jardim”*. Neste modelo, o espaço urbano da cidade seria circundado por uma “Grande Avenida” com uma largura de cerca de 28 m, formando uma cintura verde com cerca de 5 Km de comprimento (*Greenbelt*). Howard pretendia isolar as cidades com cinturas verdes constituídas por espaços rurais,

agrícolas e florestais, de forma a controlar a expansão urbana e a interligar o espaço urbano com o espaço rural tornando ambos acessíveis, no mesmo espaço, à população (Hellmund & Smith, 2006).

O conceito de “*Greenbelt*” foi desenvolvido, mais tarde, por Benton MacKaye que propôs sistemas de espaços verdes arborizados formando cinturas à volta das localidades e através das mesmas. Benton McKaye sugeria a interseção de “raios” de espaços verdes nas zonas povoadas que, para além de constituírem uma entrave ao crescimento urbano, teriam como principal função a recreação e o lazer (Hellmund & Smith, 2006).

O conceito de Corredor Verde surge já no século XX, período em que os impactos gerados pela Revolução Industrial conduziram a uma maior sensibilização para importância da ecologia e da sua introdução ao nível do planeamento. Com a introdução das noções ecológicas no planeamento, as funções associadas aos corredores verdes passam a ser essencialmente ecológicas.

No início dos anos 60, Phillip Lewis frisou a importância dos recursos ecológicos na gestão da conservação da paisagem. Através da sobreposição e análise de mapas de recursos naturais, Lewis pôde constatar que a maior percentagem dos recursos se encontrava tipicamente alinhada ao longo dos cursos de água e em áreas de topografia acentuada (corredores ambientais). Neste período foi reconhecida, por profissionais da área e pelos próprios cidadãos, a importância da proteção dos cursos de água e de outros corredores que incluíssem uma elevada concentração de recursos naturais fundamentais (Hellmund & Smith, 2006).

Posteriormente, nas áreas da ciência e da conservação, as pesquisas voltaram-se para a importância de corredores destinados à manutenção da vida selvagem e à proteção da biodiversidade. No campo das ciências sociais, também têm decorrido investigações sobre a forma como os corredores verdes afectam a economia, a comunidade e vida cívica e a interação social entre os diversos utilizadores. Os próprios cidadãos começaram a manifestar, cada vez mais, a necessidade de existência de espaços exteriores recreativos perto das suas habitações (Hellmund & Smith, 2006).

Nos tempos atuais, a implementação de redes de corredores verdes, unicamente por motivos ecológicos não é, por si só, sustentável. É necessário que estes corredores também possam incluir nos seus objetivos as componentes social e cultural e, até mesmo, a económica.

Assim sendo, dentro das novas tendências de planeamento, o conceito de corredor verde evoluiu numa maior capacidade de adaptação a diferentes contextos, numa maior articulação entre diferentes matérias e na possibilidade de servir, ao mesmo tempo, diferentes propósitos.

Hellmund & Smith (2006) referem um conjunto de princípios gerais que podem ser úteis na conceção de corredores verdes. Este conjunto de princípios deve ser adaptado às condições locais e objetivos a alcançar:

- Devem ser feitos esforços no sentido de conservar e melhorar a conectividade dos recursos naturais da paisagem, contribuindo para a integridade da mesma, incluindo outros tipos de conectividade .
- Os planos de corredores verdes devem manter a natureza próxima dos locais onde as pessoas vivem, independentemente do grau de urbanização dos mesmos.
- A sua distribuição deve ser o mais uniforme possível, com especial ênfase em zonas mais pobres, de forma a que os benefícios sejam acessíveis a todos.

- A maioria das paisagens são providas, ao mesmo tempo, de recursos naturais e culturais e o desenho e gestão dos corredores verdes devem incluir múltiplos objetivos.
- As infraestruturas verdes devem ser desenhadas e geridas, tendo sempre em atenção as dinâmicas ecológicas. A largura dos corredores deve ser determinada, não apenas pelo que está circunscrito no corredor verde, mas também pelo que lhe é adjacente.
- Os corredores verdes devem reclamar as áreas degradadas para acomodar processos naturais e servir as necessidades da população.
- As infraestruturas verdes e cinzentas devem ser planeadas paralelamente, de forma a que não se degradem uma à outra.
- Os jardins públicos, quintas e florestas devem ser, sempre que possível, incluídos nos corredores verdes ou ocupar as áreas adjacentes aos mesmos.
- As linhas existentes na paisagem, como canais ou corredores ferroviários abandonados, que foram criados com um propósito, podem assumir um grande potencial para a instalação de corredores verdes.

Segundo Ferreira *et al.* (2004, c) fide Ferreira (2010), o Corredor Verde é um sistema contínuo que estabelece ligações entre áreas de elevada concentração de recursos ecológicos, paisagísticos e culturais, e promove a sua proteção e compatibilização com as atividades humanas.

O conceito de corredor verde não pode ser entendido nem aceite na atualidade, sem estar associado à noção de multifuncionalidade, nomeadamente, na *“protecção de recursos, recreio e lazer, estabilidade ecológica, requalificação do remanescente da paisagem cultural e agrícola e protecção do património natural e construído”* (Ferreira, 2010, pág. 3).

As funções que uma rede de corredores verdes deverá desempenhar, espelhando o seu carácter de multifuncionalidade, podem subdividir-se em ecológicas e sociais, de acordo com o seguinte quadro:

Quadro 6: Funções dos Redes de Corredores Verdes (Fonte: Adaptado de Ferreira, 2010 e Hellmund & Smith, 2006).

Ecológicas	Sociais
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da biodiversidade; • Ligação entre habitats; • Filtro natural à poluição; • Fixação de poeiras; • Proteção dos ventos; • Regularização das brisas e das amplitudes térmicas ; • Circulação da água a céu aberto e maior infiltração; 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços de recreio e lazer; • Melhoria da qualidade do ar; • Melhoria do conforto térmico; • Manutenção e valorização da qualidade estética da paisagem; • Preservação do património histórico e cultural; • Desenvolvimento económico (novos postos de trabalho, aumento do valor da propriedade, expansão da economia local, atração de novas empresas, redução da despesa local do estado, etc.)

1.3.2 Rede de Corredores Verdes como Estratégia para a Integração e Salvaguarda do Património Histórico e Cultural

Os corredores verdes constituem uma estratégia de planeamento que reconhece os benefícios e características únicas associados a estruturas em rede existentes na paisagem. Este tipo de estratégia insere-se num contexto de paisagem mais abrangente e, por isso, não substitui a necessidade de uma abordagem de planeamento mais ampla ao nível da compreensão, planeamento e intervenção na paisagem, na qual se deverá integrar.

Nas paisagens mais desenvolvidas, onde existe uma intensa competição em termos de uso do solo, o planeamento e implementação de corredores verdes unicamente por motivos de proteção dos recursos naturais não é suficiente. Para que os corredores verdes possam constituir um suporte ao conceito de sustentabilidade, devem também incluir objetivos sociais e culturais. A multifuncionalidade assume, assim, um papel crucial no significado de corredor verde (Ahern, 2002).

Um dos argumentos mais comuns a favor dos corredores verdes é baseado na hipótese que defende a coocorrência de recursos, cujo lançamento e primeiras pesquisas são reconhecidas ao arquiteto paisagista Philip Lewis. Esta hipótese afirma que os recursos bióticos, abióticos e culturais tendem a concentrar-se ao longo de corredores distintos, que podem ser vales ou corredores ripícolas, linhas de cumeeada e linhas costeiras. Desta forma, a proteção desses corredores resultará numa vantagem estratégica para a proteção do máximo de recursos possível com o mínimo de ocupação do solo. Apesar desta hipótese necessitar de continuar a ser testada, os resultados de vários investigadores suportaram positivamente esta teoria em diferentes contextos e a diferentes escalas, tanto nos EUA como na Europa (Ahern, 2002).

Considerando a validade da hipótese acima referida, os corredores verdes podem oferecer três vantagens estratégicas: Eficiência espacial, Suporte Político e Conetividade. A eficiência espacial justifica-se pelo facto de a maioria dos corredores corresponderem a zonas onde os recursos estão concentrados. Desta forma, os corredores verdes podem proteger a maior parte dos recursos com o mínimo de área ocupada. O suporte político ocorre mais facilmente devido aos benefícios mútuos que diversos interessados podem obter através dos corredores (*e.g.* recreativos, de biodiversidade, de qualidade de água, etc.). Por fim, considerando que os recursos se encontram concentrados em corredores, os benefícios da conectividade expressam-se em termos ecológicos, fisiográficos e culturais. Os corredores verdes promovem a conectividade que constitui o suporte de múltiplos processos ecológicos e culturais contribuindo para a sustentabilidade da paisagem (Ahern, 2002).

Uma rede de corredores verdes a propor, deve ser desenhada com base na Estrutura Ecológica e deverá englobar áreas com elevado valor ecológico, cultural e paisagístico, compatibilizando-as com a atividade humana. Os efeitos serão visíveis tanto na melhoria da qualidade da paisagem, como na melhoria da qualidade de vida da população (Ferreira, 2010).

Ahern (2002) propõe uma tipologia de classificação dos corredores verdes com base na escala, objetivos a atingir, contexto de paisagem e estratégias de planeamento.

Quando se fala na escala, esta classificação diz respeito, não apenas à área que é fisicamente ocupada pelo corredor verde, mas à área ocupada pela paisagem em que o corredor se insere. O quadro seguinte, representa uma classificação hierárquica das “ordens” dos corredores verdes, de acordo com a escala e os atributos associados à mesma (Ahern, 2002):

Quadro 7: Classificação dos corredores verdes com base na escala e atributos associados (Fonte: Ahern, 2002, pág. 48).

<i>Ordem</i>	<i>Área (Km²)</i>	<i>Fisiografia</i>	<i>Unidades Políticas</i>	<i>Orientação Funcional</i>	<i>Exemplos</i>
1	1 - 100	Pequenos cursos de água/ Zonas de cumeada	Município	Implementação Gestão	Platte River. Minutte Man
2	100 – 10 000	Rios Características regionais	Condado Província	Coordenação Política	Quabbin N. Brabant
3	10 000 - 100 000	Bacias Hidrográficas Montanhas	Estados e Pequenas Nações	Política	Netherlands Georgia
4	> 100 000	Continental	Grandes Nações e Continentes	Política	EECONET

As ordens mais altas correspondem a áreas territoriais mais extensas (continentes e países) e as ordens mais baixas estão associadas a componentes com características naturais e culturais específicas (montanhas, rios, componentes culturais).

Segundo Ahern (2002), a classificação dos corredores verdes de acordo com os **objetivos** pode assentar em várias categorias:

- Manutenção e promoção da biodiversidade.
- Proteção, recuperação e gestão dos recursos hídricos.
- Compatibilização dos recursos naturais existentes com funções recreativas, especialmente ao longo de corredores lineares nas paisagens rurais e urbanas.
- Proteção dos recursos históricos e culturais através da sua interligação, especialmente os que se encontram fortemente associados a recursos ou paisagens naturais.
- Controlo do desenvolvimento e da expansão urbana.

O **contexto de paisagem** ou a matriz de paisagem em que os corredores verdes se inserem é uma componente chave na classificação tipológica dos corredores verdes, ajudando a compreender o seu contexto físico, as funções da paisagem à qual se associam e os processos dinâmicos de maior impacto, que intervêm na alteração da mesma. Este contexto de paisagem pode ser descrito em termos do uso predominante ou da cobertura do solo (matriz de paisagem predominante) (Ahern, 2002).

Relativamente às **estratégias de planeamento** dos corredores verdes, existem quatro tipos de estratégias que podem ser aplicadas, de forma combinada ou individual: Estratégia Protecionista, Estratégia Defensiva, Estratégia Ofensiva e Estratégia Oportunística (Ahern, 2002):

A Estratégia Protecionista deve ser aplicada quando as condições existentes na paisagem já garantem o suporte dos processos e mecanismos associados à sustentabilidade da mesma. Esta estratégia, garante a proteção da paisagem abrangida pelo corredor verde de possíveis alterações, enquanto que todo o espaço envolvente fica sujeito a essas mesmas alterações, e assenta em noções de planeamento, legislação e aquisição de terras de forma a alcançar os resultados esperados.

A Estratégia Defensiva deve ser aplicada nas situações em que a paisagem existente se encontra

fragmentada e as áreas principais se encontram isoladas e limitadas em tamanho. Esta estratégia procura travar os processos negativos associados à fragmentação sendo necessária, muitas vezes, como último recurso.

A Estratégia Ofensiva tem como base uma visão, cujo objetivo é o de alcançar uma configuração desejada da paisagem. Esta difere das estratégias anteriores no sentido em que pretende restaurar a natureza nas paisagens previamente perturbadas ou fragmentadas, de acordo com um plano estabelecido e aceite. A aplicação desta estratégia requer noções de planeamento, de restauração ecológica e um financiamento muito significativo.

A Estratégia Oportunística deve ser aplicada em paisagens que contenham elementos ou configurações únicas, que representem oportunidades específicas ao planeamento de corredores verdes. Estes elementos podem estar, ou não, localizados nos pontos mais estratégicos, mas constituem, mesmo assim, uma mais valia para o desenvolvimento de corredores verdes.

Esta estratégia depende da existência de elementos da paisagem de carácter único, que estejam distribuídos de forma regular ao longo de um corredor. É necessário fazer o reconhecimento destas condições oportunísticas, integrando-as com outras estratégias de planeamento.

1.3.3 Estudos de Caso

- Um dos exemplos da aplicação prática do conceito de “Corredores Verdes” em projetos implementados em Portugal é o designado “Corredor Verde de Monsanto”.

O “Corredor Verde de Monsanto”, insere-se num dos estudos concretizados, necessários à elaboração do Plano Verde de Lisboa, concebido pelo arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles.

Um dos objetivos do Plano Verde de Lisboa consiste em controlar o crescimento urbano no sentido de salvaguardar os elementos estruturantes da paisagem juntamente com os valores culturais e patrimoniais intrínsecos ao concelho, e em revitalizar os parques verdes já existentes (Público, 2007).



O corredor verde percorre os seguintes espaços (sentido SN): Av. da Liberdade; Parque Eduardo VII; Jardim Amália Rodrigues (Alto do Parque); Ponte Ciclopédonal sobre a Rua Marquês da Fronteira; por uma zona, junto ao Palácio da Justiça com cerca de 1ha de prado; parque de skates; duas áreas fitness; miradouros; Ponte Ciclopédonal “Gonçalo Ribeiro Telles”; Jardins da Amnistia Internacional; Parque Hortícola Jardins de Campolide; Parque de Recreio Infantil e Juvenil e o Parque Urbano da Quinta José Pinto até ao Parque de Monsanto (Câmara Municipal de Lisboa [CML], sem data).

Figura 2: Corredor Verde de Monsanto (Fonte: CML, sem data).

Os estudos para o Corredor Verde de Monsanto tiveram início em 1977 e hoje, depois de o projeto ter sido finalmente implementado (inaugurado em Dezembro de 2012), constitui uma das componentes fundamentais e de maior destaque da Estrutura Ecológica de Lisboa (Figura 2).

O corredor verde consiste numa “*estrutura contínua assente em princípios de base ecológica e cultural, que permite a criação de um percurso que liga a Praça do Comércio ao Parque Eduardo VII, a Campolide, ao Parque Florestal de Monsanto e finalmente à Zona Ribeirinha*” (Telles *et al.*, 2007 fide Timóteo, 2015, pág. 13). Pode ser percorrido a pé ou de bicicleta numa extensão de 2,5 km que ocupa 51 ha. Na vegetação que envolve este percurso, foram utilizadas espécies características da paisagem onde este se insere. O corredor engloba, também, zonas de sensibilidade ecológica, nomeadamente, o vale e a linha de água e zonas de cumeada e colina (Telles *et al.*, 2007 fide Timóteo, 2015).

Este é um exemplo de um corredor vocacionado para o recreio e lazer, que contribui consideravelmente para a melhoria da qualidade de vida da população de Lisboa, atravessando áreas com elevada concentração de recursos ecológicos, sociais e culturais (Ferreira & Machado, 2010).

- O “*Minuteman National Historic Park*” localiza-se em Massachussets, nos EUA, e celebra o local onde se deu a primeira batalha da Revolução Americana, a 19 de Abril de 1775. O mesmo parque foi, nos últimos tempos, alvo da elaboração de um “Plano de Gestão da Paisagem Cultural”, apresentando uma configuração linear e oportunidades únicas para ações de interpretação da paisagem cultural, proteção da biodiversidade, recreação e agricultura sustentável como estratégia para salvaguardar o caráter histórico da paisagem (Ahern, 2002).

O CRJA-IBI Group, em colaboração com os arquitetos do projeto e o Serviço Nacional de Parques (*National Park Service*), foi responsável pela elaboração do traçado de um corredor verde ao longo do Minuteman Park, que segue a rota utilizada pelas milícias americanas, no período da Revolução, e pelas tropas regulares britânicas aquando da sua fuga. A recuperação desta rota, que favorece pedestres e bicicletas, alterou completamente a dinâmica do parque aumentando, consideravelmente, a afluência de visitantes (CRJA-IBI Group, sem data).

O corredor verde possui uma extensão aproximada de 9 km, numa área de 300 hectares, cuja abordagem serve os requisitos de sustentabilidade e multifuncionalidade combinando objetivos ecológicos, culturais, históricos e recreativos. Um dos maiores desafios enfrentados pela equipa responsável pelo projeto consistia no atravessamento de sete zonas de terrenos alagados, sob a jurisdição de três cidades diferentes (*Lexington, Lincoln e Concord*). Constituiu também um desafio, o faseamento necessário à implementação do projeto, devido a questões relacionadas com direitos de propriedade, contando com o período de tempo necessário à aquisição dos terrenos (CRJA-IBI Group, sem data).

A Plano elaborado para o *Minuteman* é um exemplo que demonstra vantagens na ligação de elementos lineares cumprindo objetivos culturais, recreativos e ecológicos e que reforça a ideia de uma força sinérgica que frequentemente podemos encontrar ao longo de corredores da paisagem e que se soma quando falamos em redes de corredores (Ahern, 2002).

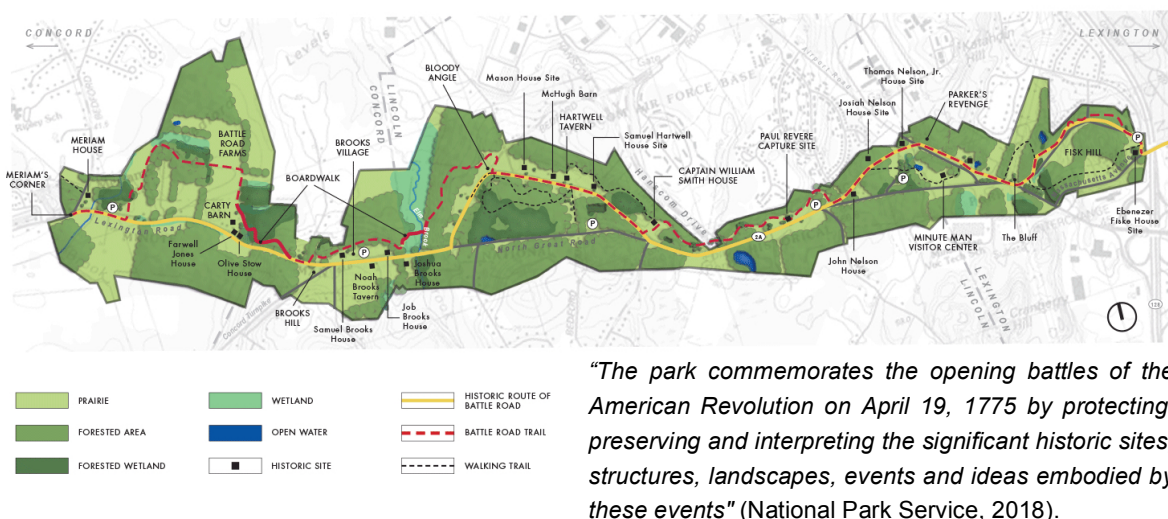


Figura 3: Projeto do Corredor Verde elaborado para o "Minuteman National Historic Park" (Fonte: CRJA-IBI Group, sem data).

- A pesquisa desenvolvida pelo Professor Doutor Luís Paulo Ribeiro na sua tese de doutoramento constitui, também, um exemplo que utiliza uma abordagem de planeamento da paisagem através de corredores verdes metropolitanos, como estratégia para conservação do património cultural paisagístico da cidade de Lisboa e regiões envolventes e que explora meios para avaliar os recursos da paisagem. O desenvolvimento da estratégia assentou na ideia de que a avaliação dos recursos históricos e culturais e da sua distribuição espacial iria resultar na identificação de padrões na paisagem que reforçariam o traçado de uma rede de corredores verdes para a conservação da qualidade da mesma, na região metropolitana de Lisboa. Essa ideia foi baseada na hipótese de que os padrões de distribuição dos recursos históricos e culturais, ao nível regional, coocorrem com recursos visuais e ecológicos de elevado valor, assumindo também enorme importância à escala local, que engloba os valores históricos e culturais da população local. Os termos desta pesquisa concluíram, assim, a enorme significância que os recursos históricos e culturais tiveram no traçado de uma rede de corredores verdes para a conservação da Área Metropolitana de Lisboa (Ribeiro L. P., 1998).

I.4 Legislação

São aqui mencionados alguns documentos legislativos que regem as temáticas abordadas neste trabalho e que constituem, como tal, uma importante ferramenta, podendo ser elucidativos relativamente às possibilidades e limitações dos objetivos lançados para esta proposta.

Corredores Verdes

É importante referir que não existe legislação direcionada especificamente para a temática dos corredores verdes. Apenas tem vindo a ser feita uma abordagem indireta ao seu conceito, em alguns documentos legislativos.

A Lei nº 11/ 87, de 7 de Abril (art.º5) fez a primeira referência ao conceito de corredores verdes, definindo o *Continuum naturale*: "*Continuum naturale é o sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui*

para o equilíbrio e estabilidade do território". Entretanto, esta lei foi revogada pela Lei nº 19/2014, de 14 de Abril, sendo que esta última já não faz qualquer referência ao *Continuum naturale*.

Posteriormente, o Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de Agosto (alterado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio) relativo ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), faz referência à continuidade dos sistemas costeiros e interiores, estabelecendo a necessidade de garantia da mesma entre as áreas a preservar. A visão da REN é muito semelhante à dos corredores verdes mas, na sua visão de estabilidade ecológica dos ecossistemas e conservação da natureza, descarta a importância da integração das componentes social e cultural (Ramalhete *et al.*, 2007).

O que existe em comum entre estes dois documentos apresentados, é a carência de uma preocupação com a integração e harmonização das componentes sociais e culturais com as componentes ecológicas.

Já num campo mais específico, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março) define "Corredor Ecológico" e estabelece dois corredores ecológicos destinados a integrar os Planos Directores Municipais das áreas correspondentes. Este plano realça a importância da multifuncionalidade dos espaços florestais e a importância da compatibilização das suas atividades com funções recreativas e que proporcionem bem estar à população. Contudo, não menciona essas mesmas componentes no âmbito dos corredores ecológicos que propõe.

O Plano Director Municipal (PDM) de Guimarães engloba a Carta de Estrutura Ecológica Municipal, elaborada no sentido de garantir a continuidade e o funcionamento dos sistemas ecológicos fundamentais, valorizando as componentes biofísicas do território e integrando os valores ambientais, culturais, recreativos e paisagísticos mais marcantes. De acordo com o regulamento do PDM (Aviso n.º 6935/2015, de 22 de Junho), a Estrutura Ecológica integra, em si, o corredor ecológico proposto no PROF-BM.

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) são instrumentos de gestão territorial, de política sectorial, incidentes sobre o espaço florestal, que devem seguir os princípios orientadores definidos na Lei de Bases da Política Florestal (Lei nº 33/96, de 17 de Agosto).

Os PROF estabelecem normas específicas para o uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, promovendo e garantindo a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado desses mesmos espaços, e utilizam uma abordagem multifuncional onde englobam a produção, proteção, conservação de habitats, fauna e flora, silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores, recreio e enquadramento paisagístico (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março).

No Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF-BM), são definidos os espaços florestais como *"terrenos ocupados por povoamentos florestais, matos, pastagens naturais, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas de corte raso e os terrenos improdutivos ou estéreis do ponto de vista da existência de comunidades vegetais e ainda as águas interiores"* (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março, art. 4º). No mesmo artigo é definido "Corredor Ecológico" como *"faixas que promovam a conexão entre áreas florestais dispersas, favorecendo o intercâmbio genético, essencial para a manutenção da biodiversidade"* (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março, art.4º) e "Função de recreio, enquadramento e estética da paisagem" como a *"contribuição*

dos espaços florestais para o bem estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos. Engloba como sub-funções principais, o enquadramento de aglomerados populacionais urbanos e monumentos, o enquadramento de empreendimentos turísticos, de empreendimentos turísticos no espaço rural e turismo de natureza, o enquadramento de usos especiais, o enquadramento de infra-estruturas, o recreio e a conservação de paisagens notáveis” (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março, art.º 4).

Um dos princípios orientadores do PROF-BM, assenta na *“multifuncionalidade dos espaços florestais - uma visão multifuncional da floresta é obrigatória, não só porque representa uma oportunidade de valorização intrínseca como a própria sociedade o exige*” (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março, art. 5º). O objetivo estratégico expresso no mesmo artigo referido, consiste em *“beneficiar os espaços florestais da região PROF de forma a assegurar o cumprimento das suas múltiplas funções, a sua sanidade e continuidade*” (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março, art. 5º).

Este plano estabeleceu, para a a região do Baixo Minho, dois corredores ecológicos denominados “Corredores Ecológicos Cávado – Ave”, em que um deles se estabelece ao longo do rio Cávado e o outro, ao longo do rio Ave.

Apesar de a definição de corredores ecológicos não incluir a vertente social e cultural, esta é referida no art. 4º do PROF-BM (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março), que define a *“Função de recreio, enquadramento e estética da paisagem dos espaços florestais”*; no artigo 5º do mesmo plano, relativamente à multifuncionalidade dos espaços florestais; e na Lei de Bases da Política Florestal (Lei nº 33/96, de 17 de Agosto), no artigo 4º, em que um dos objetivos definidos consiste em *“promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspectos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais”*.

Domínio Público Hídrico

Esta figura de ordenamento teve os seus inícios no ano de 1864, com a redação de um Decreto Real, no qual, se estabelecia os conceitos de “Domínio Público Marítimo” e de “Margem das Águas do Mar”. O mesmo decreto também referia *“os rios navegáveis e flutuáveis com as suas margens, os canais e valas, portos artificiais e docas existentes ou que de futuro se construam*” (Agência Portuguesa do Ambiente [APA], sem data) como pertença do domínio público. Contudo, este documento teve consideração pelos particulares que já eram detentores de parcelas das margens das águas do mar integradas no domínio público, sem prejuízo para os mesmos. Foi assim, através deste decreto, que se tornaram públicas as águas do mar, juntamente com os seus leitos e margens, com o principal objetivo de salvaguardar os bens de reconhecido interesse público, nomeadamente no que diz respeito à relevância estratégica da costa, à defesa nacional, à proteção da atividade pesqueira numa vertente económica, e à relevância estratégica das águas interiores navegáveis, funcionando como vias de comunicação de transporte de pessoas e bens (APA, sem data).

Em 1971, foi criado o Decreto-Lei nº. 468/71, de 5 de Novembro com o propósito de *“atualizar e unificar o regime jurídico dos terrenos incluídos no que se convencionou chamar o domínio público hídrico*” (Decreto-Lei nº 468/71, de 5 de Novembro, pág. 1674), considerando que a legislação referente a esta matéria estaria já bastante desatualizada, não correspondendo às necessidades nem

à condição do momento. Este diploma incluiu ainda as temáticas ligadas ao ambiente e à sua conservação e reajustou alguns procedimentos relativamente ao reconhecimento das parcelas privadas na margem das águas do mar (APA, sem data).

A Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro, estabelece a titularidade dos recursos hídricos. Entretanto, a mesma lei sofreu três alterações sendo que, a terceira e mais recente, correspondente à Lei nº 31/2016, de 23 de Agosto.

De acordo com a Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro, e considerando as respetivas alterações, o Domínio Público Hídrico (DPH) diz respeito às águas consideradas públicas, abrangendo os respetivos leitos e margens, e que se encontram sob a pertença do Estado, das Regiões Autónomas, ou dos Municípios e Freguesias, conforme a situação. Assim sendo, o DPH abrange o domínio público marítimo pertencente ao Estado, o domínio público lacustre e fluvial, que pode pertencer ao Estado ou, nas Regiões Autónomas, à respetiva Região, e o domínio público das restantes águas, que pode pertencer ao Estado, nas Regiões Autónomas, à própria região ou aos Municípios e Freguesias.

A margem corresponde *"a uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas"* (APA, 2014, pág. 5) e que varia consoante a natureza das águas. A largura das margens correspondentes às águas do mar e às águas navegáveis ou flutuáveis sob a jurisdição dos órgãos locais da Direção-Geral da Autoridade Marítima ou das autoridades portuárias é de 50 metros, nas restantes águas navegáveis e flutuáveis é de 30 metros e nas águas não navegáveis nem flutuáveis é de 10 metros (APA, 2014). Todos os bens associados ao DPH inseridos dentro dos limites definidos como tal, estão abrangidos por um regime especial de proteção com vista ao seu melhor desempenho possível na satisfação das condições de utilidade pública, *"regime que os subtrai à disciplina jurídica dos bens do domínio privado tornando-os inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis"* (APA, sem data).

O artigo 12 da lei referida, estabelece, relativamente aos leitos e margens privados de águas públicas, que são considerados *"particulares, sujeitos a servidões administrativas: a) os leitos e margens de águas do mar e de águas navegáveis e flutuáveis que forem objecto de desafecção e ulterior alienação, ou que tenham sido, ou venham a ser, reconhecidos como privados por força de direitos adquiridos anteriormente..."* (Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro, art.º 12). Na segunda alteração à Lei nº 54/2005, foram acrescentadas, no mesmo artigo, as margens das albufeiras públicas de serviço público, exceptuando as parcelas que tivessem sido expropriadas pelo Estado ou por outra via (Lei nº 34/2014, de 19 de Junho). Em todos os restantes casos, os terrenos são considerados públicos. No caso das águas públicas não navegáveis e não flutuáveis, que se localizem em prédios particulares, os seus leitos e margens também são considerados particulares, embora sujeitos a servidões administrativas.

Relativamente à constituição de propriedade pública sobre parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, esses fundamentos são expressos no artigo 16 da Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro. Este artigo destaca o direito de preferência do Estado em caso de alienação, voluntária ou forçada, sobre quaisquer parcelas privadas de leitos ou margens públicos. O Estado pode ainda expropriar para utilidade pública *"quaisquer parcelas privadas de leitos ou margens públicos sempre*

que isso se mostre necessário para submeter ao regime da dominialidade pública todas as parcelas privadas existentes em certa zona" (Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro, art.º 16, 2), ficando automaticamente integradas no domínio público.

Em relação às servidões administrativas, ficou estabelecido que todas as parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas se encontram sujeitas às servidões estabelecidas por lei e a uma servidão de uso público, no acesso às águas e de passagem ao longo das águas, da pesca, da navegação e da flutuação, quando se tratar de águas navegáveis ou flutuáveis (Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro, art.º 21).

Património

A Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro estabelece as Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural. Segundo esta lei, o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos e todos têm o direito a usufruir desses bens de acordo com as exigências necessárias ao nível da funcionalidade, segurança, preservação e conservação dos mesmos. Relativamente aos bens culturais cujo suporte seja objecto de propriedade privada, o seu usufruto vai depender de *"modos de divulgação concertados entre a administração do património cultural e os titulares das coisas"* (Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro, art. 7º).

De acordo com artigo 6º desta lei, a política de património cultural obedece, entre outros, aos princípios gerais de inventariação (levantamento sistemático e atualizado dos bens culturais existentes, com vista à respetiva identificação), planeamento (planificação e programação prévias e adequadas dos instrumentos e recursos mobilizados e das medidas adaptadas) e coordenação (articulação e compatibilização do património com as restantes políticas) (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

Algumas das finalidades da proteção e valorização do património cultural consistem em incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural, promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local e defender a qualidade ambiental e paisagística (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, artigo 12º).

As formas de proteção legal dos bens culturais são a classificação e a inventariação existindo para tal, respetivamente, o registo patrimonial de classificação e o registo patrimonial de inventário (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, artigo 16º). O inventário geral do património cultural protege os bens inventariados de forma a evitar o seu perecimento ou degradação, a apoiar a sua conservação e a divulgar a sua existência, sendo coordenado pelo Governo (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, artigo 61º).

De acordo com a sua categoria, os bens imóveis podem ser considerados monumentos, conjuntos ou sítios, podendo ser classificados como de interesse nacional (Monumento Nacional), público ou municipal (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, artigo 15º). O Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de Outubro (alterado pelo Decreto-Lei nº 265/2012, de 28 de Dezembro) estabelece que os bens imóveis em vias de classificação beneficiam automaticamente de uma zona geral de proteção e os bens imóveis classificados beneficiam de uma zona especial de proteção. A zona geral de proteção deve abranger uma distância de 50 metros, contados a partir dos limites externos de um imóvel, e vigora a

partir da data de abertura do procedimento de classificação. Pode, ainda, ser fixada uma zona especial de proteção provisória, sempre que a zona geral de proteção seja insuficiente ou desadequada para a proteção e valorização de um bem imóvel e pode incluir zonas *non aedificandi*. A zona geral de proteção ou a zona especial de proteção provisória de um bem imóvel classificado, de interesse nacional ou público, perdura até à publicação da respetiva zona especial de proteção (Decreto-Lei nº309/2009, de 23 de Outubro).

A Zona Especial de Proteção (ZEP) é fixada de acordo com a extensão e restrições necessárias à proteção e valorização de um bem imóvel classificado. Esta assegura, ainda, o *"enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspectivas da sua contemplação, devendo abranger os espaços verdes, nomeadamente jardins ou parques de interesse histórico, que sejam relevantes para a defesa do contexto do bem imóvel classificado"* (Decreto-Lei nº309/2009, de 23 de Outubro, art.º 43).

O património cultural imóvel deve ser assegurado como um elemento potenciador da coerência dos monumentos, conjuntos e sítios que o integram e da qualidade ambiental e paisagística (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, artigo 44º).

Capítulo II. Estudo de Caso Concelho de Guimarães

II.1 Localização e Enquadramento Territorial

O Concelho de Guimarães localiza-se na região Norte (NUTS II) e sub-região do Ave (NUTS III). Pertence ao distrito de Braga e ocupa, na sua totalidade, uma área de 240,95 km², onde residem cerca 158 124 habitantes (2013), numa densidade populacional de 656,3 hab/km² (Município de Guimarães, sem data b).

Atualmente, o concelho é constituído por 48 freguesias e estabelece fronteira com as seguintes cidades: a Norte, a Póvoa de Lanhoso; a Leste, Fafe; a Sudeste, Felgueiras; a Sul, Vizela e Santo Tirso; a Oeste, Vila Nova de Famalicão; e a Noroeste, Braga.

O concelho é circundado a Noroeste, pelos Montes do Outeiro e Penedice, Sameiro e Falperra, a Norte pela Senhora do Monte, a Sudeste pelo monte de Santa Catarina (Penha), a Sul pelo vale do rio Vizela e a Sudoeste pelo vale do rio Ave. O mesmo, é dividido de Nordeste para Sudoeste pelo rio Ave, através do seu extenso vale. Desta forma, o município apresenta uma acentuada variação altimétrica em que a cota do ponto mais baixo, localiza-se a 77 metros (vale do rio Vizela), e a cota do ponto mais elevado, a 613 metros (Câmara Municipal de Guimarães [CMG], sem data d).

As classes de altitude mais representativas correspondem às classes entre os 100 e 200 metros (42,5 %) e entre os 200 e 400 metros (45%) (CMG, sem data d). Nas paisagens de menor altitude (77-300 metros) predominam os sistemas agrícolas e desenvolvem-se os sistemas urbanos. Nos limites do concelho há um aumento substancial do relevo, com um

predomínio do uso florestal. O ponto mais elevado, de 613 metros, situa-se na Montanha de Santa Catarina (Penha). Este local, integra o Inventário de Geossítios de relevância nacional, por apresentar um grande interesse geológico e geomorfológico associado a aspectos de natureza



Figura 4: Localização do Concelho de Guimarães integrado na sub-região do Ave (Fonte: Adaptado do CAOP 2018).

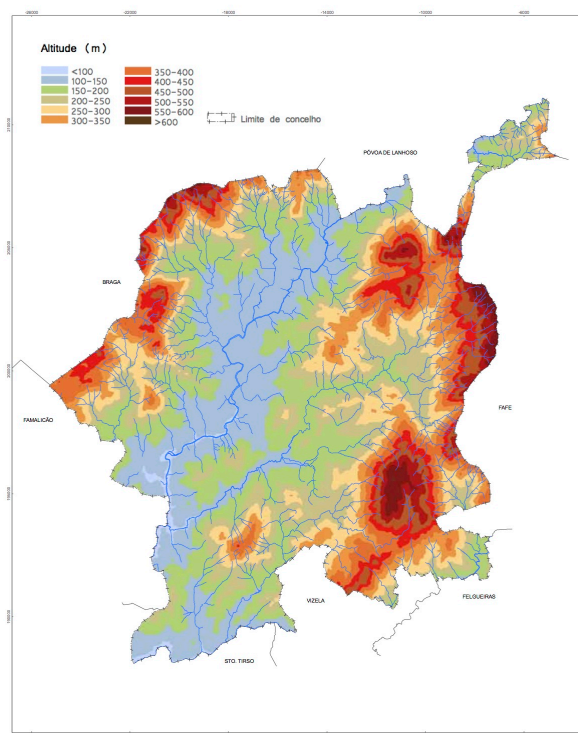


Figura 5: Carta de Hipsometria do Concelho de Guimarães (Fonte: CMG, sem data d).

granítica. A presença de enormes rochas graníticas com forma esférica, vulgarmente designadas por Penhas, que surgem em aglomerados nos locais mais elevados, marcam, decisivamente, a paisagem desta montanha (Universidade do Minho, 2014).

O concelho de Guimarães está situado no Maciço Hespérico, que constitui uma das mais antigas unidades geomorfológicas da Península Ibérica, onde os tipos de rochas predominantes correspondem aos Xistos e Granitos. Predominam, assim, no concelho as rochas graníticas com pontuais afloramentos de xistos a Noroeste e a Sueste e encontram-se depósitos superficiais recentes de cascalheiras fluviais e argilas pouco espessas junto das principais linhas de água (CMG, sem data d).

Hidrograficamente, o concelho de Guimarães insere-se na Bacia do Ave, que ocupa uma área de 1390 km² e é limitada a Norte, pela Bacia do Cávado, a Este, pela Bacia do Douro, e a Sul, pelas Bacias do Leça e do Douro. O rio Ave possui uma extensão de, aproximadamente, 85 km, que vai desde a sua nascente, na Serra da Cabreira, até Vila de Conde, onde desagua no mar, e é o elemento hidrográfico mais representativo em Guimarães, ao qual sucedem, em termos de representatividade, os seus afluentes rio Vizela e rio Selho (CMG, sem data d).

O clima é, normalmente, de Invernos frios com elevados índices de precipitação e de Verões quentes e moderadamente húmidos, com amplitudes térmicas elevadas.

O concelho de Guimarães possui uma considerável mancha florestal que se distribui maioritariamente pelas zonas de cumeada e que ocupa “32,4% do território concelhio (78,4 km²)” (CMG, sem data a, pág.1). Essa mancha é caracterizada por uma baixa diversidade de espécies (florestas mistas de pinheiro bravo e eucalipto e alguns núcleos estimados de folhosas, maioritariamente de carvalho nacional) e por um elevado grau de combustibilidade (CMG, sem data a). Podemos encontrar nas zonas ribeirinhas uma maior variedade de espécies, nomeadamente ulmeiros, amieiros, salgueiros e choupos característicos do tipo de paisagem onde se inserem (CMG, sem data d).

II.1.1 Enquadramento Paisagístico

O Concelho de Guimarães insere-se numa tipologia de paisagem tipicamente minhota embora o acentuado crescimento económico das últimas décadas tenha provocado grandes alterações na sua forma e distribuição. Atualmente, o meio urbano dispersa-se no meio rural ocupando terrenos, outrora, de intensa atividade agrícola, com uma rede viária bem demarcada que quebra, fortemente, a continuidade paisagística (CMG, sem data d).

Grande parte das alterações efetuadas na paisagem produziram impactos negativos que resultaram de uma gestão inadequada do uso do espaço e de uma falta de coerência existente entre os vários usos (urbanos, industriais, agrícolas, entre outros) (Cancela d’Abreu, Correia, & Oliveira, 2004). Tal verifica-se na ocupação e expansão de forma dispersa e desordenada dos espaços urbanos e industriais, que se centram muitas vezes em zonas de vale ou planície correspondentes a solos de elevada fertilidade e sobrepondo, também, espaços pertencentes ao Domínio Público Hídrico; na poluição das águas superficiais pela indústria e nas alterações da drenagem das águas pluviais aumentando o risco de erosão do solo e de ocorrência de cheias; na destruição da maioria da vegetação espontânea existente para instalação de campos de cultura e florestas de plantação, incluindo vegetação infestante (as principais infestantes são as acácias que proliferam a olhos vistos

e constituem uma ameaça extremamente difícil de erradicar); na degradação, à qual, o património histórico e cultural tem vindo a ser sujeito (fenómeno que se deve a factores, tais como, o facto de grande parte desse património não estar inventariado e devidamente identificado, a sua localização em terrenos privados ou a falta de acessibilidade aos mesmos pela maioria da população, a sua destruição por vandalismo, para aproveitamento dos materiais ou para dar lugar a novas construções); entre outros (Cancela d'Abreu, Correia, & Oliveira, 2004).

Apesar deste cenário, ainda sobrevive e se sente no concelho, o forte espírito de "*um passado rural vivido*" (Telles, 2003, pág. 304). Em grande parte das freguesias que alastram da cidade para os limites do concelho os testemunhos desse passado ainda vão sobrevivendo com a esperança de que os planos futuros, sigam um critério mais firme de salvaguarda dos valores culturais e históricos.

Existe em Guimarães uma grande densidade e variedade de património edificado, do qual fazem parte um grande número de igrejas e capelas, torres e solares, mosteiros, monumentos arqueológicos,

arquitetura rural,
entre outros
(Cancela d'Abreu,
Correia, &
Oliveira, 2004)

Existem dois
pontos que se
destacam no
concelho pelo



Figura 6: Vista Panorâmica do enquadramento do Concelho de Guimarães no Vale do Ave, a partir do Monte de São Romão. Briteiros São Salvador, 2018.

alcance das vistas panorâmicas: o Monte de Santa Catarina (Penha) e o Monte de São Romão, onde se situa a Citânia de Briteiros.

II.1.2 Enquadramento Histórico

As evidências mais remotas de ocupação e transformação da paisagem deste concelho, remontam ao período do neolítico, aquando da construção de fortificações no cimo das colinas (os castros), de entre as quais ganhou destaque a Citânia de Briteiros, tendo sido objecto de estudo e investigação pelo notável arqueólogo Francisco Martins Sarmento. A escolha do cimo dos montes pelas comunidades castrejas para a instalação das suas habitações, servindo o propósito de defesa e de comunicação entre si, já constituía, por si só, uma forma de planeamento (CMG, 1993).

Foi, contudo, durante a ocupação romana que, nos primórdios, a transformação da paisagem mais se fez sentir. Durante este período, os povos lusitanos após muita resistência, desceram para as terras mais baixas abandonando os seus castros e estabeleceram-se junto dos terrenos mais férteis ou junto das termas, como no caso da Vila das Taipas (Caldelas). Participariam, assim, no que viria a ser a primeira grande estruturação deste território, através da criação das *villas rústicas* e demarcação das unidades agrárias e da interligação do território através da delineação estratégica de uma rede viária sólida e com fortes ligações ao exterior (CMG, 1993). Considerando a população numerosa, juntamente com o relevo, tal favoreceu uma maior intensidade da pequena cultura (Ribeiro O., 1998).

Desde então, prossegue uma constante adaptação da paisagem em função das atividades rurais que foram sendo praticadas nesta região.

A considerável densidade da população desta região, pertencente ao Minho, já se sentia, portanto, desde o período dos castros, tendo crescido bastante em número e em área, até aos dias de hoje. O que era inicialmente uma sociedade de hábitos simples passou, gradualmente, a ser uma sociedade extremamente complexa (CMG, 1993).

Já no século X, foi planeada a construção do Castelo de Guimarães a mando da Condessa Mumadona Dias, por motivos de defesa do mosteiro situado mais abaixo (atual Igreja de Nossa Senhora da Oliveira), também fundado por si, e da população instalada à sua volta. Passaram, assim, a existir dois núcleos de população, estando o primeiro concentrado à volta do mosteiro e o segundo à volta do castelo. Mais tarde, foi construída uma muralha, partindo do castelo e envolvendo estes dois núcleos de população.

A 24 de Junho de 1128 foi travada a Batalha de S. Mamede cuja vitória, ganha sob o comando de D. Afonso Henriques, marcou a independência do Condado Portucalense tornando-se, D. Afonso, no primeiro rei de Portugal e a "*Vila de Vimaranes*" no "berço" da nação. Atualmente, o centro histórico de Guimarães apresenta o estatuto de Património Cultural da Humanidade, atribuído pela UNESCO em 2001, e é um dos focos turísticos de maior relevância na região.

Guimarães foi elevada a cidade no dia 22 de Junho de 1853 por carta assinada pela Rainha D. Maria II (CCDBPFCG, 1985).

Em Maio de 1867, foi apresentada à Câmara um "Plano de Melhoramentos" da cidade de Guimarães elaborado a cargo do Engenheiro Manuel de Almeida Ribeiro, professor de Arquitectura Civil e Naval na Academia Portuguesa de Belas-Artes. Em 1869, foi nomeada, pela Gerência Municipal, uma Comissão de Melhoramentos que tomou posse a 5 de Julho desse mesmo ano, conferida através do Visconde de Santa Luzia, na altura, Presidente da Câmara (CMG, 1993).

Em 1884, foi inaugurado, no dia 14 de Abril, o troço do caminho de ferro que liga Trofa a Guimarães, integrando a ligação Porto-Braga. No dia 15 de Junho do mesmo ano, realizou-se, a cargo da Sociedade Martins Sarmento, a I Exposição Industrial de Guimarães, no palacete de Vila-Flor. Estes acontecimentos contribuíram, fortemente, para o acentuado progresso industrial de Guimarães, o que conduziu à necessidade de atualizar o plano anteriormente elaborado pelo Engenheiro Almeida Ribeiro (CCDBPFCG, 1985).

Nos anos de 1923-25, a Gerência Municipal, presidida por Mariano Felgueiras, reconheceu a necessidade de inovar e de criar um novo plano para a cidade. As condições económicas, sociais, culturais e políticas após acontecimentos como a Implantação da República e a Primeira Guerra Mundial não eram mais as mesmas. Foi, então, desenvolvido um plano de expansão juntamente com um projeto de edifício que serviria os Paços do Concelho, com a designação "Alargamento da cidade e novos Paços do Concelho", sendo o primeiro da autoria do capitão Luís de Pina e o segundo do ilustre arquiteto Marques da Silva. Apesar de o plano não se ter concretizado na sua totalidade, esta iniciativa marcou decididamente a forma da cidade (CCDBPFCG, 1985). Seguidamente, desenvolveram-se outros planos que "*foram ditando e controlando o crescimento parcelar da Cidade*" (CMG, 1993, pág. 15).

O século XX, ficou marcado em Guimarães pela forte eclosão da atividade industrial e tal pode ser demonstrado pela presença de uma grande quantidade de fábricas de fiação, de tecelagem, de cutelaria e de curtumes (Azeredo, 2011). Deu-se, inevitavelmente, o rápido crescimento económico desta região que conduziu a grandes alterações na forma e distribuição da paisagem.

Em 1982, foi elaborado o primeiro Plano Geral de Urbanização da Cidade, da autoria do Arquiteto Fernando Távora, com o objetivo de propor linhas gerais de ordenamento para a mesma e a previsão do seu futuro. De seguida, também seriam lançados planos gerais para as vilas de Vizela (na altura pertencente a Guimarães) e das Taipas, devendo-se este último ao arquiteto Manuel Fernandes de Sá (CMG, 1993).

A elaboração de planos que se focavam, apenas, nas zonas urbanas mais consolidadas negligenciou, contudo, o restante território sendo difícil controlar a gestão dessas áreas onde a urbanização crescia de forma dispersa e aleatória. Em 1983, é proposta a realização do Plano Director Municipal, plano este, que possibilita a gestão do território à escala de todo o município (CMG, 1993). O primeiro PDM para o concelho de Guimarães entrou em vigor a 13 de Outubro de 1994.

II.1.3 Instrumentos de Gestão Territorial

II.1.3.1 Plano Director Municipal (PDM)

O Plano Director Municipal (ver Apêndice B: B.1) é um instrumento de gestão territorial, de âmbito municipal, que estabelece o modelo de estrutura espacial do território sintetizando a estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida e integrando no seu modelo as diretrizes dos planos de âmbito nacional e regional previamente estabelecidos e com incidência no local (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro).

Este plano, de carácter obrigatório e com um intervalo de revisão de dez anos, é constituído pela planta de ordenamento, planta de condicionantes e pelo respetivo regulamento. É, ainda, acompanhado por estudos de caracterização do território municipal, por um relatório e por um programa que contém indicações sobre as intervenções municipais previstas (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro).

O mais recente PDM aprovado para o município de Guimarães entrou em vigor a 23 de Junho de 2015. A nova proposta privilegia a atividade económica e atribui maior importância aos elementos naturais e sistemas ecológicos fundamentais, promovendo a compatibilização com os recursos patrimoniais do concelho. Considera, ainda, um aumento da área verde disponível, a redução da área de construção em 20% e o aumento da densidade de construção nas áreas de construção disponíveis, de forma a evitar a dispersão urbana e a rentabilizar as infraestruturas já existentes (Redacção, 2015).

De acordo com o regulamento do PDM, são cinco os objetivos gerais traçados para este plano: "a) *Nuclearização e qualificação dos aglomerados urbanos...* b) *Proteção e valorização ambiental e paisagística do território promovendo a sua estabilidade física e sustentabilidade ecológica;* c) *Rentabilização das infraestruturas públicas de suporte à urbanização e reforço da mobilidade, assegurando uma acessibilidade eficaz e equilibrada e promovendo outras formas de circulação;* d)

Reforço da competitividade do concelho induzindo diversidade económica, otimizando e qualificando áreas de atividades, potenciando novos equipamentos e investimentos em infraestruturas; e) Conservação e valorização do património cultural edificado” (Aviso nº 6936/2015, de 22 de Junho, art.º 2).

O PDM integra e incorpora as recomendações estipuladas nos seguintes instrumentos de gestão territorial, com incidência no município: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) (Lei nº. 58/2007, de 4 de Setembro); Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000) (Decreto-Lei nº. 222/98, de 17 de julho e posteriores alterações); Plano da Bacia Hidrográfica do Ave (Decreto Regulamentar nº. 19/2002, de 20 de Março); Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas (RH2) PGBH do Cávado, Ave e Leça (Resolução do Conselho de Ministros nº. 16-D/2013, de 22 de março); e o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF-BM) (Decreto Regulamentar nº. 17/2007, de 28 de março) (Aviso nº 6936/2015, de 22 de Junho).

II.1.3.1.1 Estrutura Ecológica Municipal (EEM) de Guimarães

A Estrutura Ecológica Municipal é um dos elementos que fazem parte do Plano Director Municipal (PDM), estando identificada na sua Planta de Ordenamento.

De acordo com o PDM para o Concelho de Guimarães, a Estrutura Ecológica Municipal foi definida no sentido de identificar e valorizar as *"componentes biofísicas, interligando os valores ambientais, culturais, recreativos e paisagísticos marcantes no território, com vista à integração dos sistemas ecológicos fundamentais, garantindo a continuidade e o funcionamento entre eles"*

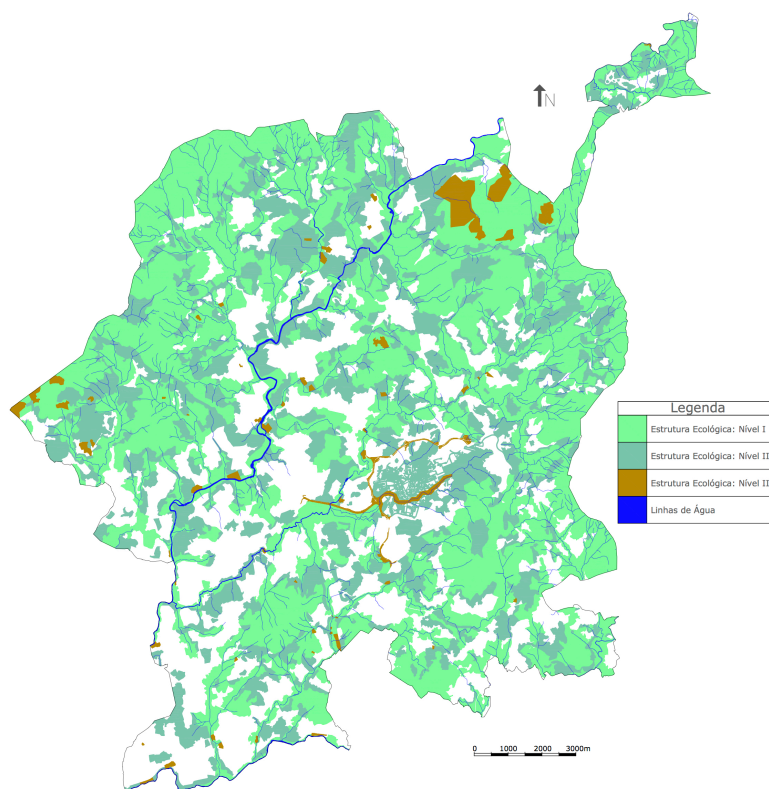


Figura 7: Estrutura Ecológica Municipal de Guimarães (Fonte: Adaptada da cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães)

(Aviso nº 6936/2015, de 22 de Junho, art.º 10). Acrescenta-se a importância de valorizar e evidenciar o carácter multifuncional e diversificado da paisagem, num sentido que vai para além da proteção e conservação, tornando estes espaços compatíveis com as atividades humanas recreativas e criando complementaridades entre a Estrutura Ecológica, o Património Cultural e as redes de circulação (CMG, sem data c).

Esta estrutura, encontra-se hierarquizada em três níveis (Aviso nº 6936/2015, de 22 de Junho):

O nível I engloba as áreas com componentes essenciais à estabilidade física e sustentabilidade ecológica do território, sendo necessário garantir a sua preservação. Este nível dita as áreas de máximo condicionamento à edificação.

As ações, neste nível, devem decorrer no sentido da valorização dos espaços verdes, da proteção dos recursos naturais e da minimização dos impactos ambientais das atividades internas e externas. Dessas ações, destacam-se as de promoção e manutenção da biodiversidade, estabelecimento de ligações entre habitats, garantindo a continuidade entre os mesmos, a preservação do património histórico e cultural e a manutenção e valorização da qualidade da paisagem.

O nível II integra as áreas com componentes naturais e culturais únicas, que estabelecem continuidades com os restantes sistemas, e componentes de valorização específica de interesse municipal e com funções a salvaguardar. A valorização destas componentes contribui no sentido de promover uma melhor leitura da continuidade da estrutura. Contudo, pelas suas características, não são abrangidas por um regime não edificável.

Este nível privilegia ações, entre as quais, se destaca o apoio e complemento dos espaços verdes de utilização coletiva, a criação de cortinas arbóreas, constituindo corredores verdes de proteção ao longo das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias e a reabilitação de linhas de água e/ou de espécies arbóreas assinaláveis.

O nível III diz respeito às áreas destinadas à proteção e regeneração dos ecossistemas sujeitos a pressões antrópicas, constituindo um suporte para a recuperação do potencial de biodiversidade e regeneração ecológica.

Este nível privilegia ações, das quais, se destaca a recuperação dos ecossistemas sujeitos a pressões antrópicas e, nos locais de indústrias em situação de abandono situadas em "áreas sensíveis", a preferência de uso compatível com a sua sensibilidade ecológica, promovendo também a requalificação das áreas adjacentes através de uma proposta de integração paisagística.

Seguindo as orientações do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF-BM), a EEM engloba no seu traçado o corredor ecológico "Cávado/Ave", previamente estabelecido.

II.1.3.1.2 Domínio Público Hídrico (DPH)

De acordo com o relatório do PDM de Guimarães (CMG, sem data d), o DPH do concelho de Guimarães integra as águas navegáveis e flutuáveis, juntamente com os seus leitos e margens e os cursos de água não navegáveis nem flutuáveis, localizados em terrenos públicos ou que sejam legalmente reconhecidos como aproveitáveis para fins de utilidade pública, nomeadamente, para a produção de energia eléctrica, nacional ou regional, ou para irrigação (Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro). O rio Ave, apesar de se inserir na categoria de "águas navegáveis e flutuáveis", não é, contudo, navegável em toda a sua extensão, devido à existência de vários açudes ao longo do rio que impossibilitam essa ação.

Relativamente à largura das margens, foi atribuído ao Rio Ave, juntamente com os seus afluentes Selho e Vizela, uma extensão de 50 metros, e para as restantes linhas de água uma extensão de 10 metros (CMG, sem data d).

II.1.3.2 Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF-BM)

O PROF-BM foi aprovado pelo Decreto-Regulamentar nº 17/2007, de 28 de Março. Este plano é constituído por um mapa síntese e o respetivo regulamento, fazendo-se também acompanhar de um relatório que inclui dois documentos (“Bases de Ordenamento” e “Plano Proposto”), e abrange os concelhos de Santo Tirso, Trofa, Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde, Vieira do Minho e Vizela, numa área total de 249 000 ha (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março).

A estratégia do plano consiste, num traço geral, na constituição de espaços florestais diversificados, que possam garantir a proteção e recuperação do solo e recursos hídricos, assim como das zonas de conservação, através de uma exploração sustentável e multifuncional que concilie usos como a silvopastorícia, a caça, a pesca nas águas interiores e o recreio em espaço florestal (Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho [DRAEDM], Direcção Geral dos Recursos Florestais [DGRF], & Universidade de Trás os Montes e Alto Douro [UTAD], 2006).

O artigo 9, presente no regulamento deste plano, refere a importância, como prioridade, da defesa e proteção de espécies florestais que apresentem elevado valor económico, patrimonial e cultural, que se relacionem com a história e cultura da região, que constituam raridades e que funcionem como suporte de habitat. São essas espécies, o *Quercus suber* (Sobreiro), o *Quercus ilex* (Azinheira) e o *Ilex aquifolium* (Azevinho espontâneo), sendo que, as três já se encontram protegidas por legislação específica. Acrescenta-se ainda o *Quercus pyrenaica* (Carvalho negral), o *Quercus robur* (Carvalho roble) e o *Taxus baccata* (Teixo), como exemplares espontâneos que necessitam de proteção específica (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março).

O Concelho de Guimarães insere-se na sub-região Cávado-Ave definida no PROF-BM. É a sub-região mais representativa deste plano, com cerca de 128 000 hectares (51% do total da região). As principais funcionalidades desta sub-região, definidas na "Proposta de Plano" dizem respeito à produção, sendo esta a principal função, à Silvopastorícia, Caça e Pesca e, por fim, ao Recreio e Paisagem, considerando a existência de centros de peregrinação católicos em pontos elevados, que funcionam como miradouros e permitem ter uma visão global da paisagem da região (DRAEDM, DGRF, & UTAD, 2006).

Dos objetivos específicos traçados para a sub-região homogénea Cávado-Ave, incidente na área de estudo, destacam-se os de recreio, enquadramento e estética da paisagem, através da *“inventariação e manutenção dos espaços com interesse lúdico e paisagístico; implementação e beneficiação de infra-estruturas de apoio; valorização e recuperação do património edificado existente; estabelecimento de percursos interpretativos em áreas florestais; elaboração do Atlas das Florestas do Norte de Portugal; aproveitamento da originalidade paisagística aliada ao seu património histórico e arqueológico* (DRAEDM, DGRF, & UTAD, 2006, pág. 40)”.

As espécies florestais que devem ser privilegiadas nesta sub-região, de acordo com o regulamento do PROF-BM, são o *Acer pseudoplatanus*, *Castanea sativa*, *Fraxinus excelsior*, *Prunus avium*, *Quercus robur* e *Quercus suber*, sendo estas espécies consideradas com carácter prioritário. Seguem-se as de carácter relevante, nomeadamente, *Populus x Canadensis*, *Pinus pinea*, *Quercus rubra*, *Cedrus atlantica*, *Alnus glutinosa*, *Celtis australis*, *Fraxinus angustifolia*, *Arbutus unedo*, *Corylus*

avellana, *Crataegus monogyna* e *Ilex aquifolium* (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março, art.º 28).

Foram, ainda, estabelecidos neste plano dois corredores ecológicos (Figura 8), com uma largura máxima de 3 km, que se estendem ao longo do rio Ave e do rio Cávado, com função de proteção da rede hidrográfica e objetivos ligados à gestão e intervenção florestal na condução e restauração de povoamentos nas galerias ripícolas, na gestão da manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais e na manutenção e fomento dos mesmos corredores (Decreto Regulamentar nº17/2007, de 28 de Março).

Um dos objetivos da delimitação destes corredores é o da sua integração na definição da Estrutura Ecológica Municipal, no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). O corredor proposto ao longo do rio Ave tem incidência na área de estudo constituindo um elemento favorável à definição da estratégia a aplicar.

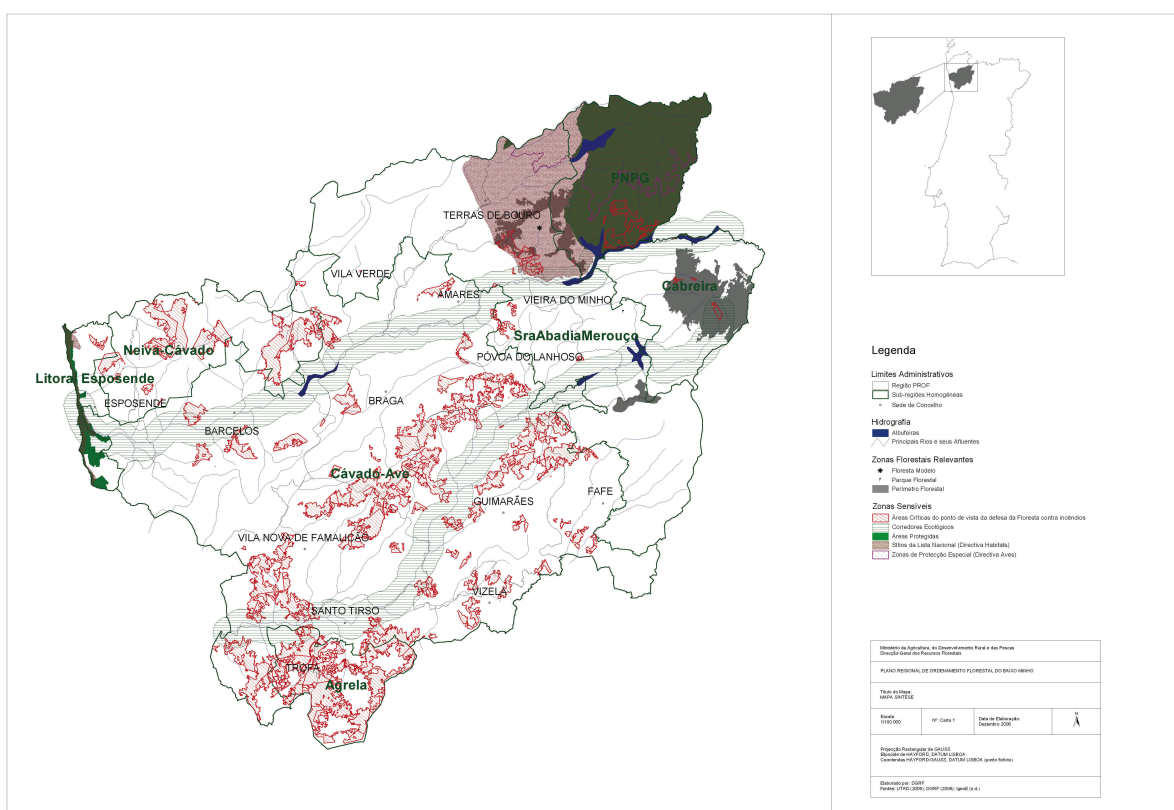


Figura 8: Carta Síntese do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF-BM) (Fonte: Direcção Geral dos Recursos Florestais [DGRF], 2006)

II.2 Delimitação da Área de Estudo

A escolha do local para a aplicação deste estudo foi feita tendo em conta a presença, no mesmo, de algumas características que indicam um forte potencial para a aplicação da estratégia definida neste trabalho (*Corredores Verdes como Estratégia de Integração e Salvaguarda do Património Histórico e Cultural*).

A delimitação da área de intervenção contorna os limites das freguesias abrangidas pela proposta de intervenção, embora, em algumas freguesias, a proposta incida apenas sobre uma pequena porção de território pertencente às mesmas. Tal situação, justifica-se, pelo facto de ter sido necessário que o

estudo e análise do território pertencente a essas divisões fosse feito na sua integridade e considerando que estaria dependente desse mesmo estudo, o traçado da rede de corredores verdes. Assim sendo, considere as seguintes freguesias:

Caldelas (Taipas); Ponte (São João); Barco (São Cláudio); Prazins (Sta Eufémia); UF Sande S. Lourenço e Balazar; UF Briteiros S. Salvador e Santa Leocádia; UF Briteiros Sto. Estêvão e Donim; UF Souto S. Salvador Souto Sta Maria e Gondomar.

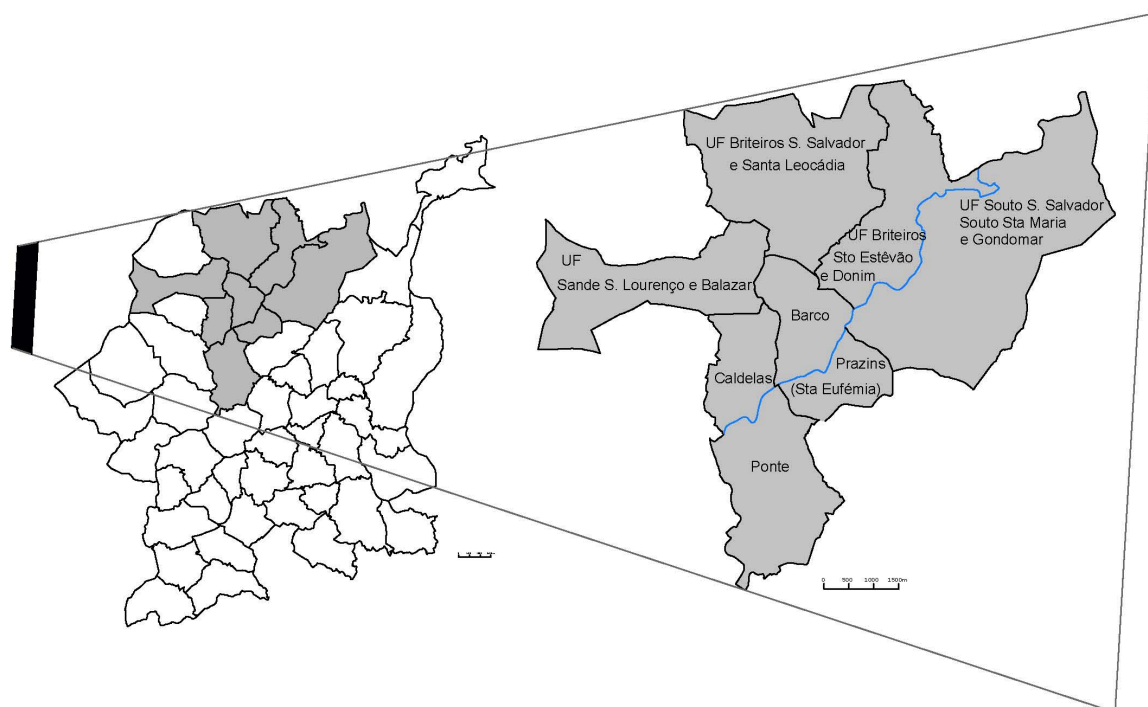


Figura 9: Limites da área de estudo e freguesias abrangidas do Concelho de Guimarães (Fonte: Adaptado da CAOP 2018)

II.3 Análise SWOT da Área de Estudo

A análise SWOT é uma ferramenta aqui utilizada, no sentido de fazer um diagnóstico, aplicado aos limites da área de estudo, dos principais elementos a ter em conta na definição e aplicação de uma estratégia de planeamento com vista à integração e salvaguarda do património histórico e cultural. Este diagnóstico consiste em detetar pontos fortes e pontos fracos (Análise Interna), inerentes ao local e que poderão constituir um reforço ou um obstáculo à aplicação da estratégia, e as oportunidades e as ameaças (Análise Externa), que correspondem a factores externos que poderão potenciar ou contrariar a aplicação da mesma.

O seguinte quadro, foi feito com base na análise SWOT que integra o relatório do PDM de Guimarães (CMG, sem data d), tendo sido adaptada ao local em questão.

Quadro 8: Análise SWOT aplicada à área de estudo (Fonte: Adaptada de CMG, sem data d, pág. 145 - 150).

Análise Interna	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Existência de componentes da paisagem de grande importância ecológica: zonas de vale, linhas de água, cabeços; 	<ul style="list-style-type: none"> Perda progressiva da prática e exploração agrícola; Várias infraestruturas viárias subdimensionadas;

<ul style="list-style-type: none"> - Presença do rio Ave, rio Febras e ribeira da Canhota, elementos lineares com grande concentração de elementos patrimoniais; - Riqueza em património: Património rural, religioso (material e imaterial) e arqueológico; - 6 bens classificados (4 Monumentos Nacionais e 2 Imóveis de Interesse Público); - Recursos hidrogeológicos: Termas das Taipas; - Grande quantidade de solos com potencial para a prática agrícola; - Grande quantidade de espaços florestais; - Presença de locais com vistas panorâmicas sobre o concelho de Guimarães e concelhos vizinhos. - Predominância de declives suaves (a maior parte da área insere-se no vale do Ave); - Vários parques de lazer distribuídos ao longo do rio Ave; - Paisagem predominantemente rural com locais de elevada qualidade paisagística. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dispersão urbanística; - Presença de algumas construções nas margens das linhas de água que quebram a continuidade das mesmas; - Degradação dos recursos hídricos e de áreas ribeirinhas; - As ribeiras apresentam-se, de uma maneira geral, em mau estado de conservação; - Locais com alguns desequilíbrios e agressões paisagísticas; - Desvanecimento/descharacterização da ruralidade em alguns locais; - Presença de património não inventariado nem identificado no PDM, em risco de se perder; - Forte presença de arborização infestante, exótica e não autóctone; - Baixa capacidade de valorização e aproveitamento turístico de espaços naturais existentes; - Défices ecológicos e ambientais nalguns sistemas naturais (como troços a jusante de rios poluídos, áreas florestais degradadas, espaços florestais com infestantes);
Análise Externa	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Maior envolvimento das autarquias no apoio a projetos voltados para a melhoria da qualidade ambiental e divulgação do património; - Reforço de instrumentos de apoio à preservação e melhoria das condições ambientais; - PROF-BM estabelece um corredor ecológico ao longo do rio Ave, destinado a integrar a Estrutura Ecológica Municipal de Guimarães (Decreto Regulamentar nº 17/2007, de 28 de Março); - A Estrutura Ecológica Municipal de Guimarães abrange a maior parte da área de estudo; - Espaços de forte atratividade turística: Termas das Taipas e Citânia de Briteiros; - Potencial para o desenvolvimento do turismo de natureza, aproveitando as elevadas áreas naturalizadas do concelho; - Potenciação das crescentes áreas incultas para ligar espaços naturais, criando corredores verdes; - Elevado potencial para desenvolvimento multifuncional dos espaços florestais; - Elevado potencial para a criação de espaços de recreio e lazer relacionados com espaços naturais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Desertificação de áreas rurais; - Desaproveitamento das potencialidades naturais e paisagísticas do concelho em detrimento do desenvolvimento urbano disperso; - Sinalização de disfunções ambientais (poluição de cursos de água, extração de inertes de índole ilegal, povoamentos florestais degradados etc.) que podem constituir potenciais focos destruidores de ecossistemas importantes; - A área de estudo abrange zonas com elevado risco de incêndio. - Vegetação invasora tende a propagar-se cada vez mais colocando em risco a flora autóctone existente, provocando desequilíbrios nos ecossistemas, aumentando o risco de incêndio e colocando em risco elementos do património em locais de maior vulnerabilidade (ex: Castro de Sabroso); - A elevada densidade de linhas de água existentes, associada a declives suaves e perturbações de escoamento que originam zonas com drenagem deficiente traduzido por longos períodos de encharcamento e, na ocorrência de cheias em determinadas áreas durante a estação do Inverno; - A maioria das margens dos cursos de água e alguns elementos patrimoniais pertencem a domínios privados.

II.4 Caracterização da Área de Estudo

II.4.1 Enquadramento e Contextualização

Para um melhor entendimento do contexto em que se insere o local eleito para aplicação deste estudo, foi feita uma primeira abordagem, através da caracterização de cada uma das freguesias inseridas nos limites da área de estudo. De seguida, foi feita uma caracterização geral de toda a área, destacando os elementos definidores da paisagem e traçando a matriz da mesma.

Caldelas (Caldas das Taipas):

Situa-se na margem direita do rio Ave, a Noroeste do concelho. É atravessada pela Estrada Nacional 101 e está localizada numa posição estratégica, entre os centros urbanos de Guimarães, Braga, Vila Nova de Famalicão e Póvoa de Lanhoso.

Relativamente às origens desta região, os primeiros vestígios documentais epigraficamente datáveis dizem respeito à presença romana, embora algumas evidências permitam afirmar, com alguma segurança, que esta região já seria ocupada desde o período do eneolítico, que marca a transição da idade da pedra polida para os metais. Tais evidências, correspondem aos vestígios de ocupação pré e proto-histórica encontrados nos montes e vales circundantes desta região e tendo também em consideração a forte disponibilidade, da mesma, em recursos hídricos e agrícolas, para além das vias de comunicação fluvial e terrestre (Cachada, 2006). Caldelas é também conhecida, desde muito cedo, por Caldas das Taipas devido ao termalismo praticado, tendo sido os romanos os responsáveis pela descoberta das suas águas termais.

Esta freguesia, teve existência em registos documentais, apenas, a partir dos séculos X e XI e foi elevada a vila a 19 de Junho de 1940 (Cachada, 2006).

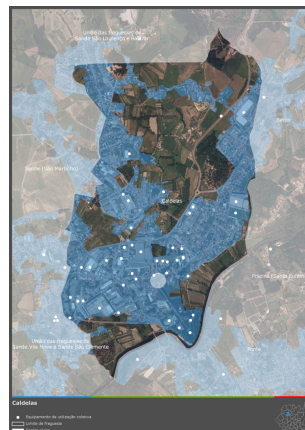


Figura 10: Freguesia de Caldelas (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).

O território desta freguesia, de tipologia urbana (Município de Guimarães, sem data a), apresenta uma morfologia essencialmente plana. A freguesia é atravessada pela ribeira da Canhota, que desagua no rio Ave juntamente com rio Febras, ainda nos limites da mesma.

Até aos anos 80 do século XX, a freguesia, que era enquadrada por um ambiente de forte ruralidade, manteve sempre o seu carácter bucólico. Caldas das Taipas, desde sempre, foi local de grande atratividade devido aos tratamentos termais, sendo visitada por muitas pessoas de fora. Entre essas pessoas, alguns escritores, que nos deixaram algumas descrições ou referências à paisagem envolvente dessa região antes da forte pressão urbanística que veio a sofrer, em tempos posteriores. São alguns desses exemplos os escritores Ramalho Ortigão, Ferreira de Castro (visitante regular pelos tratamentos termais que, em 1971, foi homenageado com um busto da autoria de António Duarte), José Augusto Vieira e Camilo Castelo Branco (Cachada, 2006).

Passo a citar uma das descrições, feita por Ramalho Ortigão, nos finais do século XIX:

“A povoação é quase inteiramente assombrada pelas largas copas de magníficos carvalhos. A paisagem é belíssima, duma grande frescura verde, duma serenidade inefável. Ao fim das tardes, no mês de Setembro, o ar tranquiliza-se inteiramente; não boia folha; cai um silêncio; distinguem-se as vozes mais distantes, o chiar de uma nora, o ladrar do cão, uma mulher que chama ao longe. As vacas que recolhem das pastagens, atravessam o rio a nado ou a vau, seguidas dum rapaz montado numa velha égua felpuda e trazendo diante de si um grande molho de erva, de que sobressaem as flores amarelas dos prados. A natureza assoberba um pouco e absorve quase a natureza animal. Logo que vem a noite, em setembro, principiam as desfolhadas do milho nos casais, e é então que se ouvem de grandes distâncias os grandes coros. Ramalho Ortigão” (Cachada, 2006, pág. 190).

Este carácter bucólico, que perdurou até aos anos 80, foi-se perdendo em parte, para dar lugar a uma nova dinâmica desta região, motivada pela posição estratégica da vila e centrada no crescimento urbanístico, na indústria (principalmente de cutelarias), no turismo e comércio e na exploração termal (esta última, apesar de ser praticada desde tempos muito remotos, beneficia hoje de novas formas de exploração e aplicação). Contudo, a região não perdeu totalmente as suas características rurais e grande parte do território que lhe pertence, é ainda ocupado por explorações agrícolas de minifúndio. Esse carácter também é visível através do património rural construído que ainda resiste no meio das novas construções, disseminado por toda a freguesia, desde as casas tradicionais, a pormenores como os espigueiros, alpendres, alminhas, cruzeiros, entre outros (Cachada, 2006).

Do património existente nesta freguesia, destaca-se a presença de dois monumentos nacionais, a Ponte sobre o Rio Ave (Pontilhão) e a Ara de Trajano. A ponte liga Caldelas a São João de Ponte através da junção de dois parques de lazer.

O parque de lazer das Taipas, ao qual se anexa um parque de campismo, funcionou, durante muito tempo, como parque fluvial mas, nos últimos anos, os índices de poluição não permitiram mais o seu usufruto nessa condição (Cachada, 2006).

Ponte (São João)

A freguesia de Ponte dista 5 km, no sentido Noroeste, da cidade de Guimarães e faz fronteira com a freguesia de Caldelas ocupando a outra margem do rio Ave (margem esquerda).

A origem desta freguesia é bastante antiga, havendo documentos datados de Abril de 911 que mencionam a "villa" e "ecclesia" de "Sancti Johannis in ripa de Ave", tendo pertencido sempre ao termo de Guimarães. A toponímia da freguesia deve-se à existência de uma ponte pétreia sobre o rio Ave tendo sido, a mesma, referenciada num documento de 1059. No ano de 1995, a freguesia de São João de Ponte foi elevada à categoria de vila (Diretor, 2012, pág. 74).

A paisagem de São João de Ponte apresenta uma tipologia urbana, com acentuada industrialização (Município de Guimarães, sem data a), da qual constitui evidência o Parque Industrial de S. João de Ponte. Antigamente, a agricultura era a principal atividade económica da freguesia, especialmente no cultivo do milho, tendo sido substituída, desde algumas décadas para cá, pela indústria, com ênfase para o sector dos têxteis (Diretor, 2012). A freguesia é rasgada, longitudinalmente, pela Estrada Nacional 101 que faz a ligação a Braga. As zonas não urbanizadas são, maioritariamente, ocupadas por campos de exploração agrícola de minifúndio. Destaca-se a presença do rio Ave no contorno dos limites a poente desta freguesia e a existência de dois parques de lazer ribeirinhos fronteirais à freguesia de Caldelas. Esta freguesia é, também, rica em património, do qual saliento a Ponte de Campelos que tem origem romana, a Quinta da Ribeira (Agroturismo), situada junto ao rio, e a Igreja Paroquial.

Lê-se, aqui, uma breve descrição que dá uma ideia da imagem desta freguesia, aquando do Inquérito Paroquial de 1842, respondido pelo pároco Domingos Joze Marques: *"10º Há nesta freguesia duas estradas que atravessam de Guimarães para Braga muitíssimo povoadas e trilhadas que tem entrada*

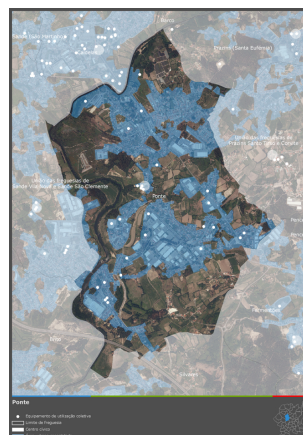


Figura 11: Freguesia de Ponte (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).

nesta freguesia nos pontilhões do Rio Ave feitos de grandes padieiras de que pertence a metade a esta freguesia e outra tem sua entrada na ponte de S. João, sendo esta da mesma freguesia formada sobre o dito Rio Ave feita com toda a segurança, o que denota ser feita pelos romanos; esta é mais trilhada no Inverno por causa das grandes cheias; há nesta freguesia um moinho chamado a Ribeira de Baixo; o terreno desta freguesia é todo cultivado à excepção de pequenos montes que produzem mato para a cultura sendo que deste se sofre grande penúria assim como de lenha e águas de rega” (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 473).

Prazins (Sta Eufémia)

A freguesia de Santa Eufémia de Prazins dista, aproximadamente, 7 km do centro da cidade no sentido Norte. Ocupa a margem esquerda do rio Ave e faz fronteira com a freguesia de Ponte posicionando-se a montante desta.

Esta freguesia tem uma origem muito remota, que remonta à época da ocupação romana. A toponímia poderá estar relacionada com a existência, no mesmo local, de uma *"Plácidi Villa"*, sendo o proprietário Plácido. Nas Inquirições de 1220, de D. Afonso II, a localidade designava-se *"Sancta Eufemia de Fiiz"*. Nas Inquirições de D. Afonso III, em 1258, designava-se *Prazim* e só mais tarde passou a designar-se, no plural, *Prazins*. Durante muito tempo, esta freguesia foi um Lugar da freguesia de Prazins de Santo Tirso, atual freguesia vizinha, tendo deixado de pertencer à mesma no século XVIII (Direnor, 2012, pág. 48).

A paisagem desta região apresenta uma matriz rural com industrialização (Município de Guimarães, sem data a). A atividade económica desta freguesia distribui-se pelo comércio de madeiras, pela agricultura e pela indústria (Direnor, 2012).

Predominam, na paisagem, os campos de cultivo agrícolas com a presença de manchas florestais de considerável extensão.

Foi possível extrair alguns dados relativamente à flora que compunha a maioria da paisagem desta localidade e o modo de subsistência da população, recorrendo ao Inquérito Paroquial de 1842, respondido pelo pároco Antonio Joze Roiz de Freitas. O mesmo, faz a seguinte descrição:

"7º (...) E as árvores são: carvalhos, castanheiros, amieiros e todas as mais que nela se plantarem tanto de espinho como de frutas, e por sua natureza produz milho grosso e vinho que é o alimento usual o qual todo se consome na mesma freguesia" (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 477).

O património que merece destaque nesta freguesia, diz respeito a uma ponte em granito que faz ligação com a freguesia de Barco e a Igreja Paroquial. Nas Inquirições de 1842, o pároco menciona a existência de uma levada no rio Ave, juntamente com uma azenha: *"11º Nos limites desta freguesia passa o Rio Ave e no mesmo tem uma Levada dos Vales na qual tem uma azenha"* (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 478).

Existe um pequeno parque de lazer junto ao rio, bastante frequentado na época balnear, que comunica, por baixo da ponte, com o parque de lazer de Barco.

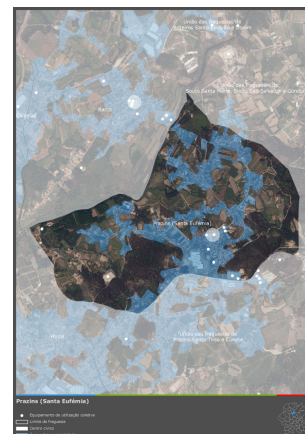


Figura 12: Freguesia de Prazins (Santa Eufémia) (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).

Barco (São Cláudio)

A freguesia de Barco dista 10 km da cidade de Guimarães no sentido Noroeste e ocupa a margem direita do rio Ave, a montante da freguesia de Caldelas, com a qual, faz fronteira.

A origem desta freguesia relaciona-se com uma antiga travessia de embarcação no rio Ave. Há, também, vestígios arqueológicos que comprovam a presença romana nesta localidade. Em tempos passados esta freguesia já teve o nome de S. Cláudio de Riba d'Ave (Direnor, 2012). A paisagem de Barco apresenta uma tipologia rural com industrialização (Município de Guimarães, sem data a). Outrora, a moagem da farinha foi o principal meio de subsistência da maioria das famílias desta localidade havendo, portanto, uma forte ligação da freguesia a essa atividade, que, atualmente, se encontra extinta. Nos tempos atuais, a atividade económica predominante é a indústria, principalmente têxtil (Direnor, 2012).

O domínio da paisagem divide-se de forma equivalente entre o espaço agrícola e o espaço florestal embora a leitura dos mesmos seja dificultada pela distribuição dispersa do espaço edificado e da rede viária. No limite a Norte da freguesia, situa-se o Parque de Ciência e Tecnologia (Avepark) que, pela sua dimensão e localização, assume uma forte imponência sobre a paisagem onde está implantado. A freguesia é atravessada, num corte transversal, pela Nacional 310.

Os elementos patrimoniais que merecem destaque nesta freguesia são a Igreja Paroquial e o seu Cruzeiro, a já referida ponte que faz a ligação com a freguesia de Prazins (Sta Eufémia) e um moinho abandonado, localizado na margem do rio Ave, junto ao parque de lazer ribeirinho. No Inquérito Paroquial de 1842, relativo a esta freguesia, o Vigário Manuel Brás Novais menciona a existência de alguns moinhos ao longo do rio Ave e do rio Febras: *"11º No regato de Febras há onze moinhos, e no Rio Ave três levadas, que cada uma tem de comprimento cinquenta pés, duas azenhas, e quatro moinhos, que trabalham somente no tempo de Verão"* (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 125).

UF Briteiros Sto Estêvão e Donim

A freguesia dista 12 km da cidade de Guimarães no sentido Norte, situando-se na margem direita do rio Ave e ocupando os limites do concelho, fazendo fronteira com a Póvoa de Lanhoso. Esta freguesia resulta da agregação das freguesias de Sto. Estêvão de Briteiros e Donim aquando da reforma administrativa de 2013.

Relativamente às origens, a freguesia de Sto. Estêvão remonta ao período castrejo e à invasão romana, tendo integrado a *"Villa Briteiros"*. Nas inquirições de 1220, esta freguesia denominava-se *"Sancto Stephano de Ripa Ave"* podendo esta designação estar relacionada com a presença do rio Ave. A origem da freguesia de Donim poderá remontar até ao período romano, uma vez que está situada muito próximo da Citânia de Briteiros. O primeiro documento que menciona a esta localidade é do ano de 1059 e diz respeito a um Inventário de Bens do Mosteiro de Guimarães (Direnor, 2012).

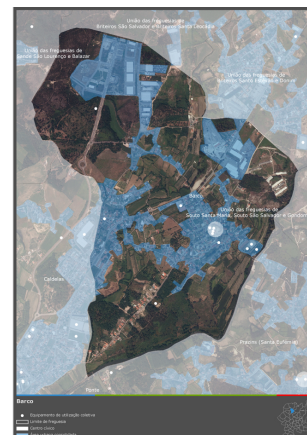


Figura 13: Freguesia de Barco (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).

A matriz que predomina nesta paisagem é essencialmente rural, com alguma industrialização (Município de Guimarães, sem data a). Esta freguesia teve, no geral, durante muito tempo, o sector primário como atividade económica predominante. Atualmente, a indústria também marca em força o seu lugar (Direnor, 2012).

Há uma grande diferença, em relação a ambas as localidades que compõem a recente união de freguesias, no que diz respeito à capacidade de produção. Os solos de Donim, não permitiam uma produção em abundância devido à natureza do solo, como se pode verificar na seguinte descrição feita pelo abade Bento Joze Alvares de Moura, no inquérito de 1842:

“7º (...) É de pouca produção em razão do solo ser frio, arenoso, afogado. Produzirá de milho grosso 3.400 alqueires, de centeio 800 alqueires, de milho alvo 200, de feijão de toda a qualidade 400 alqueires, de vinho 70 pipas. Todas as mais produções são tão insignificantes que não merecem especial menção” (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 250).

Relativamente à ocupação do solo, por esta atividade, o abade faz a seguinte menção: *“10º (...) O terreno cultivado da freguesia é pouco,*

comparativamente ao inculto, por este não ser susceptível de cultura, em razão da muita pedra e má qualidade da terra; que assim mesmo não é abundante de matos porque os montes só produzem caganho;” (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 250).

A anterior freguesia de Briteiros Sto. Estevão é descrita, no Inquérito Paroquial de 1842, pelo pároco Manoel Joze Gomes Pereira Velozo. Passo a citar algumas descrições relativas à flora existente na freguesia, naquela época, e os géneros de produção e consumo: *“7º (...) As árvores são castanheiros, carvalhos, salgueiros, pereiras, macieiras, laranjeiras, limoeiros, pessegueiros, vides, oliveiras, sobreiros, pinheiros, etc., quase todas produzem frutos que se comem dão lenhas para queimar, e madeiras para construir edifícios.*

(...)

Os géneros de consumo são milho grosso amarelo, e branco, o qual abunda mais nesta freguesia, centeio, milho alvo, feijões de diferentes qualidades, como são amarelos, brancos, rajados, vermelhos, e dos pequenos. O vinho é abundante nesta freguesia sendo verde, porém de boa qualidade. O alimento ordinário desta freguesia é pão de milho grosso com algum centeio, caldo de feijões e couves e toucinho.

(...)

A produção da freguesia supre enquanto ao mantimento, enquanto ao vestuário apenas há o linho. Não há privilégio algum em respeito à caça. Não há minas metálicas; há pedreiras donde se tira pedra para edifícios, e para moer grão, e centeio, a sua qualidade é de pedra fina e de galho.” (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 133-134).

O mesmo documento, descreve ainda a situação da freguesia relativamente aos acessos e o estado da ocupação do solo, à data. Faz ainda menção à existência de uma grande quantidade de Levadas, com Azenhas, e moinhos distribuídos ao longo dos rios Ave e Febras:

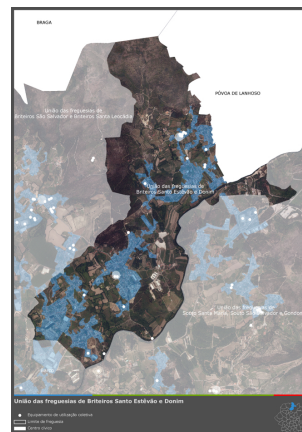


Figura 14: UF Briteiros (Sto Estêvão) e Donim (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).

“10º Há uma estrada que atravessa da Póvoa de Lanhoso para as Caldas das Taipas, sitas em S. Tomé de Caldelas. Há um pontilhão feito de padieiras no Rio Ave, que só serve de passar gente a pé desta freguesia para a do Salvador do Mosteiro de Souto, e umas passadeiras de pedra no Rio de Febras na estrada que atravessa da Póvoa de Lanhoso para as Caldas das Taipas. Há dois pequenos pinhais, um no lugar da Ribeira e outro no lugar de Ribas. O terreno desta freguesia é quase todo cultivado, excepto os três montes que tem, e algumas bouças que servem para roço. Há poucas águas de rega, e poucas lenhas.

11º Há o Rio Ave que cerca todo o lado do Sueste, desta freguesia em comprimento quase de um quarto de légua, tem em si poços mais fundos que outros, sendo o mais notável o Poço das Bestas, tem nesta direcção bastantes levadas, com Azenhas, e muitos moinhos. Há também o Rio de Febras que corre pelo lado do Poente desta freguesia também tem levadas, e moinhos” (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 134).

Atualmente, a freguesia é atravessada pela Nacional 310, ao longo da qual, se distribui a área urbana consolidada. A restante paisagem é pontuada pela presença de algumas unidades industriais e é ocupada, no limite mais a Norte e no limite que engloba parte da encosta Este da Citânia de Briteiros, por uma extensa mancha florestal, sendo todo o restante território, ocupado por campos de exploração agrícola bem compartimentados.

A nível de património, assume destaque a Ponte de Donim (estilo românico), descrita no Inquérito de 1842 para a freguesia de Donim. O mesmo documento faz referência a *“duas azenhas, e um lugar de fazer azeite com os seus açudes e levadas”* (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 251) situados junto à referida ponte.

Constituem, também, elementos patrimoniais de interesse o Moinho de Requeixo (incluído no itinerário da rota da Citânia), a Igreja Paroquial, os cruzeiros existentes e uma azenha situada junto à ponte. Existe, ainda, um pequeno parque de lazer junto ao rio Ave.

UF Souto Sta Maria, Souto S. Salvador e Gondomar

Dista, aproximadamente, 15 km do centro da cidade e posiciona-se a Norte da mesma. Ocupa a margem esquerda do rio Ave até à fronteira com o concelho da Póvoa de Lanhoso. Esta freguesia é resultado da agregação das freguesias de Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, na reforma administrativa de 2013.

Durante muito tempo, as freguesias de Souto Sta. Maria e Souto S. Salvador compunham apenas uma freguesia denominada Souto. O topónimo Souto, poderá estar associado à presença de uma extensa área de castanheiros, que existiria na altura em que estas terras foram denominadas. A freguesia de Gondomar é mencionada, no século XI e nas inquirições de 1220 de D. Afonso II, como *“Sancto Martino de Gondomar”* (Direnor, 2012).

Esta freguesia apresenta uma matriz de tipo rural com industrialização (Município de Guimarães, sem data a). A produção e o tratamento do linho foi, durante muito tempo, uma atividade de destaque em Souto S. Salvador. Atualmente, a principal atividade económica

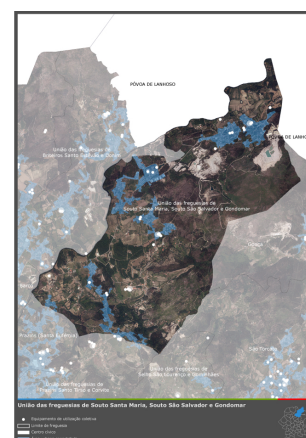


Figura 15: UF Souto S. Salvador, Souto Sta. Maria e Gondomar (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).

assenta na indústria, especialmente têxtil, e nas confecções. Já Souto Santa Maria, de matriz predominantemente rural, tem uma atividade comercial e industrial consideravelmente baixa. Relativamente a Gondomar, esta tem como uma das mais fortes atividades económicas, a extração de pedra granítica, à qual se seguem, a indústria têxtil e a agricultura (Diretor, 2012).

No Inquérito Paroquial de 1842 são feitas descrições da condição das anteriores freguesias relativamente às estradas, bosques, matas, pinhais, serras, extensão do terreno cultivado, entre outros, dando uma ideia geral da composição da paisagem nessa altura. A 4 de Novembro de 1842, O prior Joze Leite Pereira da Costa, de Salvador de Souto, assim a descreve: *“10º Há nesta freguesia uma pequena passagem que atravessa o Rio Ave, única nesta freguesia, é de pedra muito mal construída e apenas será para pessoas a pé; estradas há duas, uma que atravessa do Sul ao Norte dando caminho de Guimarães à Póvoa, e outra do Sul ao Poente dando caminho de Guimarães à cidade de Braga, porém muito trilhada dos povos transmontanos que descem a Fafe para Braga ou mesmo para as caldas de Santo António das Taipas, ou para o Bom Jesus; bosques, matas, pinhais não há, serras só a que já vai descrita no primeiro quesito, sua etimologia ignoro; o terreno cultivado é igual ao inculto e todo terá meia légua quadrada e é bastante abundante dos géneros que já vão descritos; terras maninhas já se foram e que estão fazendo bastante falta, principalmente pelos matos de que uns têm abundância e a outros falta, bem como eu que o compro para o Passal quando outros o vendem porque lhes sobeja; de lenhas também há escassez; de águas no geral há abundância”* (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 579).

No dia 21 de Maio, o pároco Manoel Joaquim Roiz de Santa Maria de Souto, faz a seguinte descrição: *“11º Passa aqui a estrada real que vem de Guimarães para a Póvoa de Lanhoso; não tem matos, pinhais, nem serras; o terreno inculto é muito e por isso mais que o cultivado, mas não pode ser melhorado por causa de ser tudo pedra miúda pelo meio, por isso não se pode pôr carvalhos e também para se conservar algum que nasce pelo meio dela e também para aproveitar algum tojo que é bem necessário para o estrume e por haver falta grande de matos e lenhas”* (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 573).

Em 20 de Maio de 1842, Rodrigo Baptista, no Inquérito já mencionado, descreve Gondomar:

“11º Não tem estrada real, tem tão somente um travesso da estrada de Guimarães para a Póvoa de Lanhoso; mas não tem matos, pinhais, nem serras; o terreno inculto é muito e por isso mais que o cultivado; porém não pode ser melhorado por ser tudo pedra miúda, por isso não se pode pôr carvalhos e para conservar algum que nasce pelo meio dela é preciso deixar de cortar o tojo, o que se não pode fazer por este ser muito preciso para a cultura e haver muita falta dele e juntamente de lenhas” (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 329).

Da informação que se pôde extrair deste inquérito, relativamente à espécies que compunham a vegetação arbórea, sabe-se que nestas três freguesias abundavam os carvalhos e os castanheiros. Existiam ainda salgueiros, amieiros, freixos e, em quantidades mais reduzidas, pinheiros mansos (Sociedade Martins Sarmiento, 1998).

Numa leitura da paisagem atual, pode-se verificar que o espaço edificado que ocupa os terrenos desta freguesia é de baixa densidade. Os espaços industriais distribuem-se pontualmente por todo o território. A paisagem é de uma forte ruralidade, sendo constituída, maioritariamente, por campos de

exploração agrícola e espaço florestal. Este último apresenta uma área considerável, principalmente em Souto Santa Maria. Do lado de Gondomar, existem duas grandes pedreiras que marcam, fortemente, a paisagem envolvente.

Relativamente ao património da freguesia, merece destaque a Capela dos Anjos, a Igreja Paroquial de Souto (Souto Sta. Maria), um Cruzeiro de Granito Brasonado (IIP), a Igreja Paroquial de Souto S. Salvador (antigo mosteiro), o cruzeiro junto ao antigo mosteiro, os moinhos em ruína junto ao rio e um conjunto de moinhos, de grande interesse, dispostos ao longo de uma linha de água, afluente do Ave. Existe, ainda, um Parque Desportivo e de Lazer, com uma dimensão considerável (200 000 m²), instalado relativamente perto do rio Ave.

UF Sande S. Lourenço e Balazar

A freguesia dista 12 km do concelho de Guimarães e posiciona-se a Noroeste do mesmo, fazendo fronteira com Barco e Caldelas. Esta freguesia resulta da agregação das freguesias de Sande de S. Lourenço e Balazar, quando se deu a reforma administrativa de 2013.

Sande de S. Lourenço já era paróquia no século XII. Nas inquirições de D. Afonso II, de 1220, a mesma pertencia ao termo de Guimarães. O primeiro documento que faz menção a Balazar é do século XII, cuja designação era "Velsar" (Direnor, 2012).

Esta paisagem apresenta uma matriz essencialmente rural (Município de Guimarães, sem data a).

Sande de S. Lourenço foi, em tempos, uma das regiões mais representativas no fabrico artesanal de cutelaria (Direnor, 2012).

A principal atividade económica de Balazar assenta, sobretudo, na agricultura e pecuária.

Esta freguesia, cercada por montes, apresenta um carácter predominantemente rural, presenciado pela preponderância do verde e pela presença de vários elementos do património rural. No Inquérito Paroquial de 1842, para Salvador de Balazar, Luiz Dias Silva descreve a vegetação arbórea que compunha a maioria do território desta freguesia e que não deveria, por isso, diferir da vegetação existente em São Lourenço de Sande, dada a sua proximidade. As espécies mais representativas seriam os carvalhos, os sobreiros, os castanheiros, os amieiros, os salgueiros e algumas frutíferas, tais como, pereiras, macieiras, ameixeiras, cerejeiras, pessegueiros, figueiras e noqueiras (Sociedade Martins Sarmiento, 1998).

A maior parte do território da freguesia é ocupado por campos de cultivo e espaços florestais. O espaço edificado é mais denso em Sande de S. Lourenço do que em Balazar e é pontuado por algumas unidades industriais que causam algum impacto nesta imagem de paisagem predominantemente rural. Nesta freguesia, nasce a ribeira da Canhota que desagua em Caldelas, no rio Ave. Uma parte da freguesia é atravessada pela Nacional 101, que permite o acesso direto a Braga e Guimarães.

Em relação ao património, merecem destaque dois elementos classificados, sendo eles, o Castro de Sabroso (Monumento nacional) e a Capela do Espírito Santo juntamente com o seu cruzeiro fronteiro (Imóvel de Interesse Público). O Castro de Sabroso localiza-se no topo do monte do Coto de

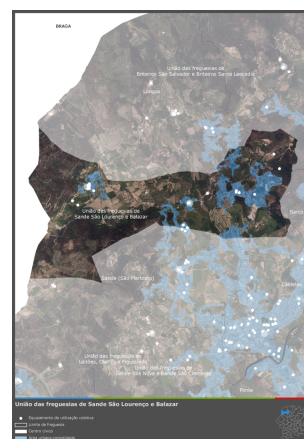


Figura 16: UF Sande S. Lourenço e Balazar (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).

Sabroso. Este monte encontra-se, atualmente, infestado por espécies de vegetação exótica, sendo predominante a *Acacia dealbata* (Mimosa). Todos os esforços desenvolvidos, até hoje, no sentido de reverter esta problemática não produziram resultados eficazes, constituindo uma situação de grande risco para o Monumento Nacional que se instala no topo do monte, considerando que parte dos vestígios das construções castrejas já terão sido destruídos pelos sistemas radiculares da espécie referida. Os trabalhos com vista à reversão desta problemática ambiental continuam em curso e espera-se que, em breve, o Castro de Sabroso possibilite as condições necessárias ao seu usufruto, como parque arqueológico.

UF Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia

A freguesia dista 12 km do centro de Guimarães, no sentido Norte, e estabelece fronteira com o concelho de Braga. A mesma, é resultado da união das freguesias de S. Salvador de Briteiros e Sta. Leocádia de Briteiros, quando decorreu a reforma administrativa de 2013.

S. Salvador de Briteiros testemunha a existência de uma povoação pré-romana, com mais de 2000 anos. O povoado de Briteiros Sta. Leocádia também goza de uma grande ancestralidade e tal, comprova-se, pela sua proximidade à Citânia de Briteiros. Briteiros Sta. Leocádia, até meados do século XIV, denominava-se Santa Leocádia de Palmeira, tendo pertencido sempre ao termo de Guimarães (Direnor, 2012).

A freguesia apresenta uma matriz de tipologia predominantemente rural (Município de Guimarães, sem data a).

No Inquérito Paroquial de 1842, respondido pelo abade Joaquim Vicente Marques Ribeiro, aparece a seguinte descrição que dá uma ideia da imagem da paisagem desta freguesia nessa época:

“10º Há nesta freguesia terreno todo cultivado à excepção de pequenas porções que produzem matos para a cultura, do que se padece grande necessidade, porque o monte só produz saganho e abundância de pedra, principalmente na Citânia, antigamente Cidade dos Mouros, cuja se acha arrasada, e no cume do monte da mesma há um poço com suas escadas, o qual dizem ia ter ao Rio Ave por debaixo da terra, em espaço de meio quarto de légua, porém hoje se acha quase entulhado de pedras lançadas pelos pastores dos gados, outros.

11º Esta freguesia é plana, à excepção da dita Serra da Citânia, passa no centro dela um regato, cujo tem seu princípio em Pedralva, e Espinho, tem algumas cheias porém como é pequeno não tem feito estragos, tem uma ponte de padieiras ordinária que dá passagem a uma estrada que vem de S. Bento de Donim a saber do Nascente a Poente, este regato tem bastantes moinhos onde toda a freguesia moía as suas fornadas, à excepção do Verão que nesse tempo vão ao Rio Ave, e também tem um engenho de azeite que mói com o mesmo regato, que passa de Norte a Sul pelo centro da freguesia em extensão de meia légua” (Sociedade Martins Sarmiento, 1998, pág. 141).

Relativamente às espécies que compunham a vegetação arbórea, o abade Joaquim Vicente Marques Ribeiro descreve que a mesma seria composta por carvalhos, castanheiros (soutos) e salgueiros. Grande parte dos campos seriam, ainda, avidados para a produção do vinho.

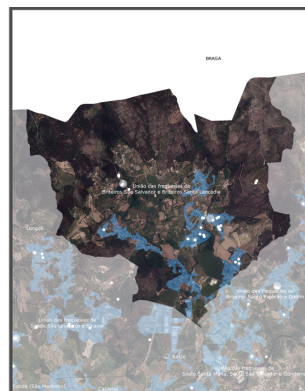


Figura 17: UF Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).

Atualmente, a atividade económica distribui-se entre a agricultura, indústria e o comércio. A freguesia é quase toda cercada por montes, à excepção da zona mais a sudeste do território da mesma. É, ainda, servida pela Nacional 309 (atualmente desclassificada) que dá acesso a Braga atravessando a Citânia de Briteiros. O espaço edificado circunda as zonas de vale, e a restante área é preenchida por campos de exploração agrícola por onde se distribuem, pontualmente, algumas unidades industriais. Os montes envolventes são ocupados, maioritariamente, por espaço florestal.

A freguesia é, também, atravessada pelo rio Torto e Febras, ao qual se associa um vasto património molinológico, grande parte do qual, ainda não está identificado. Mais de uma centena de moinhos hidráulicos se distribuem ao longo dos rios mencionados (afluentes do rio Ave), cuja extensão atravessa o limite da fronteira do concelho, chegando até ao concelho de Braga, sítio onde nasce o rio Febras, e onde também podem ser encontrados imensos exemplares deste património molinológico.

Relativamente ao património desta região, merecem destaque a Citânia de Briteiros (Monumento nacional), a Igreja Paroquial de S. Salvador, a Quinta do Paço, o Solar da Ponte e o conjunto de moinhos já mencionados.

II.4.1.1 Caracterização Geral

Quadro 9: Indicadores Estatísticos da área de estudo por freguesia (Fonte: Município de Guimarães, sem data a).

Freguesia	Área (Km²)	População (Hab.)	Densidade (Hab/km²)	Matriz da Paisagem
Caldelas (Vila)	2,69	5 723	2 128	Urbana
Ponte (Vila)	6,01	6 610	1 100	Urbana com industrialização
Prazins (Sta Eufémia)	2,32	1 221	526	Rural com Industrialização
Barco	3,02	1 510	500	Rural com Industrialização
UF Briteiros Sto Estêvão e Donim	5,94	2 125	358	Rural com industrialização
UF Souto Sta Maria, Souto S. Salvador e Gondomar	13,87	2 096	151	Rural com industrialização
UF Sande S. Lourenço e Balazar	6,46	1 537	238	Rural
UF Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia	9,39	1 799	192	Rural
Área de Estudo (total)	49,6	22 621	456	Rural com industrialização

A área de estudo apresenta uma área total aproximada de 49,6 Km² com um total de população residente de 22 621 habitantes numa densidade populacional média de 456 hab/Km². As freguesias mais populosas correspondem a São João de Ponte (6 610 hab.) e Caldelas (5 723 hab.) com uma densidade populacional de 1100 hab/Km² e 2128 hab/km², respetivamente, e correspondendo às zonas mais urbanizadas da área de estudo.

A UF de Souto Sta Maria, Souto S. Salvador e Gondomar é a divisão administrativa que possui a maior área (13,87 km²) seguindo-se a UF de Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia (9,39 km²), ambas com baixa densidade populacional (151 hab/Km² e 192 hab/Km², respetivamente). Estas freguesias são, ainda, as que possuem uma maior percentagem de espaços florestais.

Num contexto geral, a matriz que predomina na paisagem é uma matriz rural com industrialização, em que a atividade económica predominante está ligada à exploração agrícola e à indústria, com especial relevo na área dos têxteis. As freguesias de Ponte e Caldelas são as que sofrem maior pressão urbanística e industrial. Nas restantes freguesias essa pressão não se sente tanto, embora tenda a ocorrer uma maior dispersão do edificado. A área de estudo é atravessada pela Nacional 101 (ligação Valença - Mesão Frio passando por Guimarães / centro e Braga) e pela Nacional 310 (ligação Póvoa de Lanhoso – Santo Tirso).

Predominam na paisagem os campos de exploração agrícola (minifúndio) e uma considerável área florestal. As espécies de vegetação arbórea que predominavam na paisagem desta região, antes do domínio do eucalipto e pinheiro bravo, seriam os carvalhos, castanheiros, salgueiros, amieiros, freixos, sobreiros e alguns pinheiros mansos.

O património histórico e cultural é abundante. Destaca-se a existência de seis elementos do património classificado, quatro Monumentos Nacionais e dois Imóveis de Interesse Público.

II.4.2 Caracterização Biofísica da Área de Estudo

II.4.2.1 Hidrografia

A área estudo caracteriza-se pela presença de uma considerável densidade de linhas de água, que se distribuem uniformemente por todo o território, inserindo-se numa tipologia de drenagem dendrítica, semelhante à ramificação de uma árvore. A linha de água que assume maior expressão é o rio Ave, que possui uma extensão aproximada de 85 km, seguindo-se os seus afluentes, da direita para a esquerda, rio Febras e a ribeira da Canhota.

A zona com maior propensão à ocorrência de cheias nos meses de Inverno diz respeito à ribeira da Canhota,

considerando que parte do seu percurso é canalizado sob o centro urbano de Caldelas.

O rio Febras é conhecido pela grande quantidade de moinhos de água e algumas azenhas que se instalam ao longo do seu percurso. Tal situação, terá a ver com o facto de este rio atingir uma velocidade de caudal considerável, devido ao grande declive existente nos seus troços iniciais, permitindo a alimentação de todos os moinhos instalados, especialmente nos meses de Inverno (Cruz, 2017).

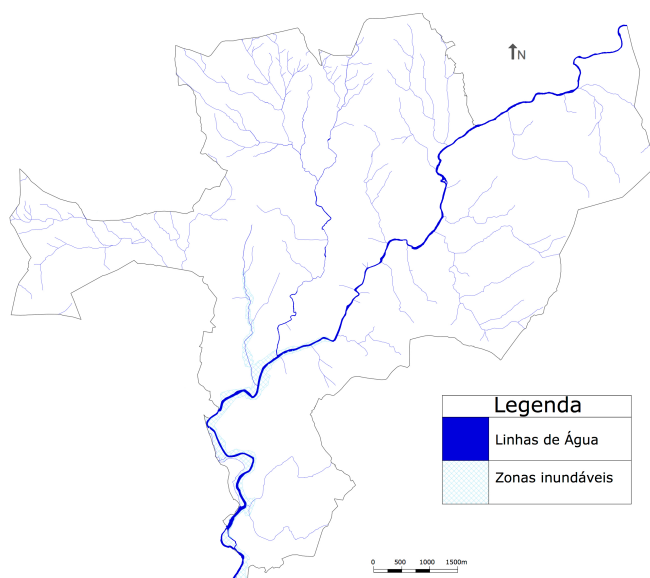


Figura 18: Carta de Hidrografia (Fonte: Adaptada da cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).

II.4.2.2 Hipsometria

Através da carta hipsométrica é possível verificar que as classes de altitude predominantes na área de estudo variam entre os 100 e os 200 metros de altitude e correspondem à região inserida no vale do rio Ave, que atravessa a área de estudo de Nordeste para Sudoeste. As classes de cotas mais elevadas situam-se entre os 300 e os 516 metros de altitude e correspondem às regiões limítrofes da área de estudo, situadas no sentido Norte, Este e Oeste abrangendo a UF de Briteiros São Salvador e Briteiros Santa Leocádia, UF de Briteiros Santo Estêvão e Donim, a UF de Sande de São Lourenço e Balazar e a UF de Souto São Salvador, Souto Santa Maria e Gondomar. A cota mais baixa corresponde aos 79 m de altitude, situada na freguesia de Ponte, e a cota mais elevada corresponde aos 516 m de altitude, na UF de Souto São Salvador, Souto Santa Maria e Gondomar.

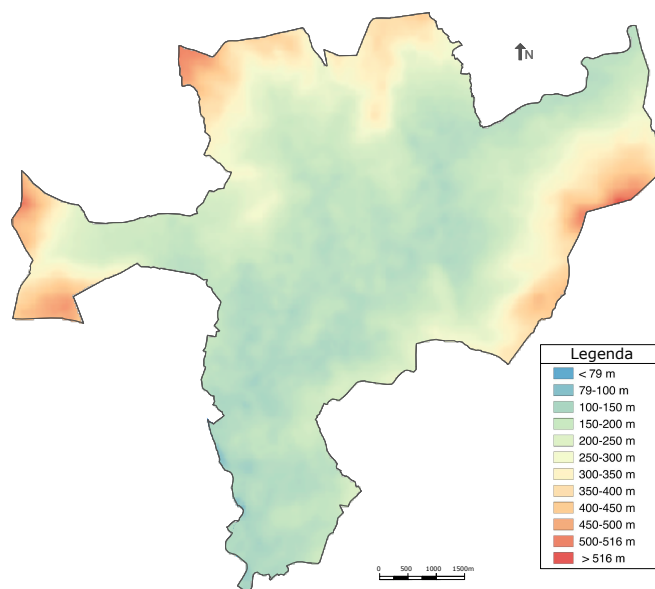


Figura 19: Carta de Hipsometria (Fonte: Adaptada de U. S. Geological Survey [USGS], sem data).

II.4.2.3 Declives

As classes de declives predominantes na área de estudo variam entre os 0 e 12% e correspondem à região aplanada do vale do Ave, em altitudes inferiores a 300 metros. As classes de declive mais acentuadas correspondem às regiões mais montanhosas que circundam o vale do Ave (altitudes superiores a 300 metros) e que se situam nas zonas limítrofes da área de estudo.

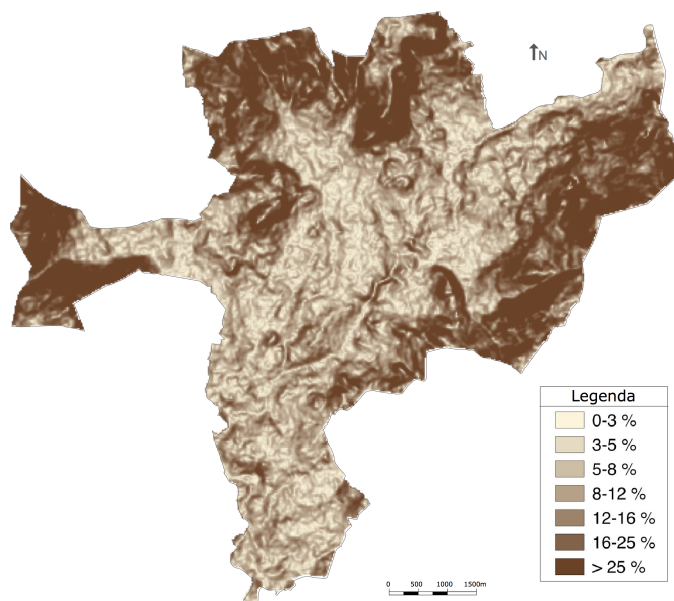


Figura 20: Carta de Declives (Fonte: Adaptada do SRTM_25m; USGS, sem data).

II.4.2.4 Solos

Os solos presentes na área de estudo (Fig. 21) distribuem-se, de um modo geral, entre Antrossolos, Regossolos, Fluvissolos e Solo Urbano.

Os Antrossolos ocupam a maioria do território em Guimarães e, especificamente, da área de estudo. São solos que foram profundamente alterados pela atividade humana através de cortes ou escavações, regas contínuas, soterramento de horizontes, etc. Correspondem a solos em que os horizontes mais superficiais originais foram soterrados, removidos ou perfurados (CMG, sem data d).

Os Regossolos “São solos de materiais não consolidados, com exclusão de materiais com textura mais grosseira que franco-arenosa ou com propriedades fúlvicas, não tendo outro horizonte de diagnóstico além de um A úmbrico ou ócrico; sem propriedades gleicas em 50 cm a partir da superfície; sem características de diagnóstico para vertissolos ou antrossolos; sem propriedades sálicas” (CMG, sem data d, pág. 119).

Estes solos tendem a formar-se de rochas não consolidadas e são solos relativamente profundos.

A maioria dos solos tende a ocorrer em áreas de granito podendo, no entanto, ocorrer em coluviões de fundo de vale e de base de encostas (CMG, sem data d).

Os Fluvissolos “são solos que apresentam propriedades flúvicas, com formação a partir

de depósitos aluvionares e com um único horizonte A ócrico (pouco desenvolvido) ou mólico (orgânico, com estrutura grumosa, saturado em bases, matéria orgânica superior a 1%) e a presença de material sulfídrico até 125 cm da superfície” (CMG, sem data d, pág. 118).

Podemos verificar que a sua distribuição na área de estudo, ocorre ao longo do rio Ave. Estes solos, que correspondem a baixas aluvionares, planas ou de declives suaves, e de drenagem moderada, são normalmente aproveitados para agricultura intensiva (CMG, sem data d).

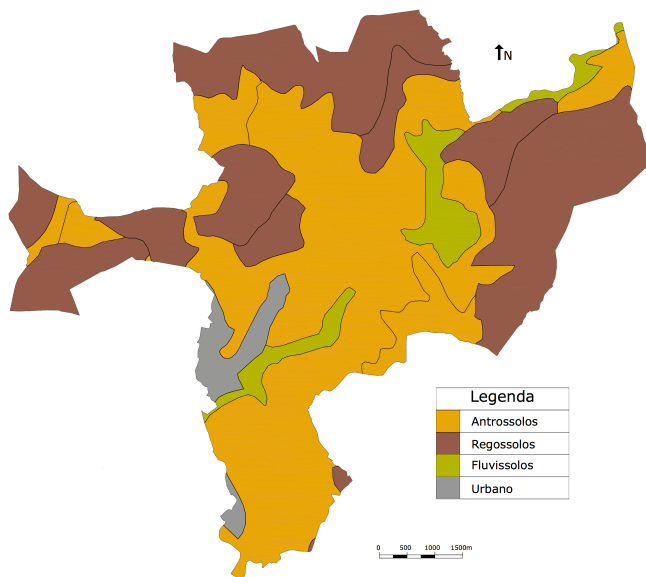


Figura 21: Carta de Solos (Fonte: Adaptada de Leitão, Cortez, & Pena, 2013)

II.4.2.5 Vegetação

A área de estudo possui uma mancha florestal (Fig. 22) consideravelmente extensa, distribuída por propriedades de tipo minifúndio, caracterizada por um elevado grau de combustibilidade e onde predominam as florestas de eucalipto. As freguesias que se encontram mais densamente florestadas correspondem à UF de Sande São Lourenço e Balazar, UF de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, UF Briteiros Santo Estêvão e Donim e a UF de Souto São Salvador, Souto Santa Maria e Gondomar.

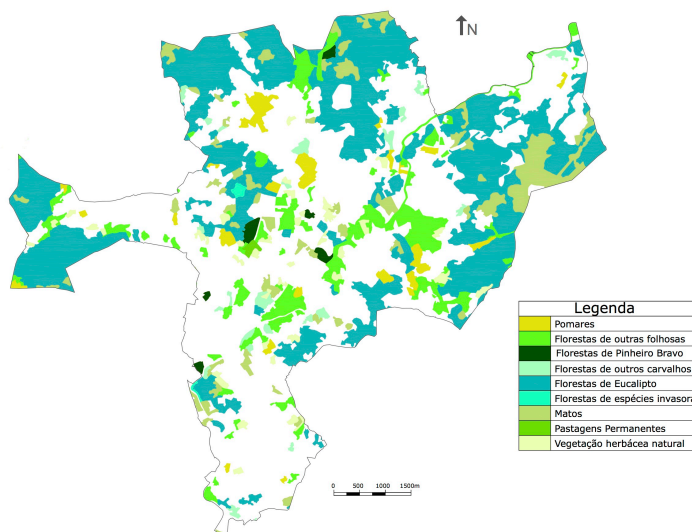


Figura 22: Carta da Vegetação Existente (Fonte: Adaptada da COS2015; Direção-Geral do Território [DGT], 2018)

O espaços florestais são compostos, na sua maioria, por povoamentos mistos de pinheiro bravo (*Pinus pinaster* Ait.), eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labill.) e matos (*Erica cinerea* L., *Erica umbellata* L., *Ulex europaeus* L., *Ulex minor* Roth.).

Relativamente à vegetação herbácea, as espécies predominantes são a *Viola riviniana* Rchb., *Polygonatum odoratum* (Miller) Druce, *Pteridium aquilinum* (L.) kuhn, *Cistus psilosepalus* Sweet. e *Hyacinthoides hispanica* L. (CMG, sem data d).

Os núcleos de espécies autóctones são relativamente escassos e encontram-se cada vez mais em desvantagem considerando a globalidade da vegetação existente. Nos núcleos que sobrevivem, as espécies que se encontram com mais frequência são o *Quercus robur*, *Prunus lusitanica* L., *Arbutus unedo* L. e *Ruscus aculeatus* L.. Encontram-se ainda a *Quercus pyrenaica* Willd., *Ilex aquifolium* L., *Taxus baccata* L., *Vaccinium myrtillus* L., *Quercus suber* L. e *Pinus pinea* L. (CMG, sem data d).

A *Castanea sativa* Mill. e a *Fagus sylvatica* L. são espécies alóctones que se encontram bem adaptadas ao nosso clima e também podem ser encontradas com alguma frequência (CMG, sem data d).

Relativamente à vegetação infestante, merecem destaque a *Acacia dealbata* Link., *Acacia longifolia* (Andrews) Willd., *Acacia melanoxylon* R. Br., *Robinia pseudoacacia* L. e *Alnus altissima* (Mill.) Swingle (CMG, sem data d).

A principal mancha de florestas invasoras, assinalada na carta, corresponde ao monte do Coto de Sabroso, onde está situado o Castro de Sabroso, Monumento Nacional. O impacto da presença destas infestantes vai além da quebra do equilíbrio e sustentabilidade ecológica. O monumento encontra-se em risco, devido à presença dominante da *Acacia dealbata* (Mimosa) que já destruiu parte da estrutura existente. Contudo, estão a ser feitos esforços, cada vez mais frequentes, no sentido de contrariar esta situação, exercendo controle de forma a evitar o alastramento da vegetação, até que se possam aplicar métodos mais seguros e eficazes de erradicação da mesma.

II.4.2.7 Uso do Solo

A carta de uso do solo foi obtida a partir da "COS2015" disponível no site da Direcção-Geral do Território (<http://mapas.dgterritorio.pt/>).

Verifica-se através desta carta, que a maior percentagem de área é ocupada por florestas, com o predomínio das florestas de eucalipto. Seguem-se as culturas, das quais, se salientam as culturas temporárias de sequeiro.

Através desta carta, podemos verificar que a matriz predominante na paisagem da área de estudo é uma matriz agro-florestal. É certo que a crescente urbanização tem contribuído para a diminuição das áreas agrícolas e florestais mas, contudo, ainda são estas áreas que apresentam uma maior estabilidade de ocupação (CMG, sem data d). Tal justifica-se, também, pelo facto de os espaços florestais se concentrarem nas zonas mais montanhosas, zonas essas que se localizam nos limites a Norte, Este e Oeste da área de estudo.

O Tecido Urbano Contínuo e a Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais também assumem algum destaque, distribuindo-se, essencialmente, pelas zonas de vale e concentrando-se, sobretudo, nas freguesias de Caldelas e São João de Ponte, localizadas mais a Sul.

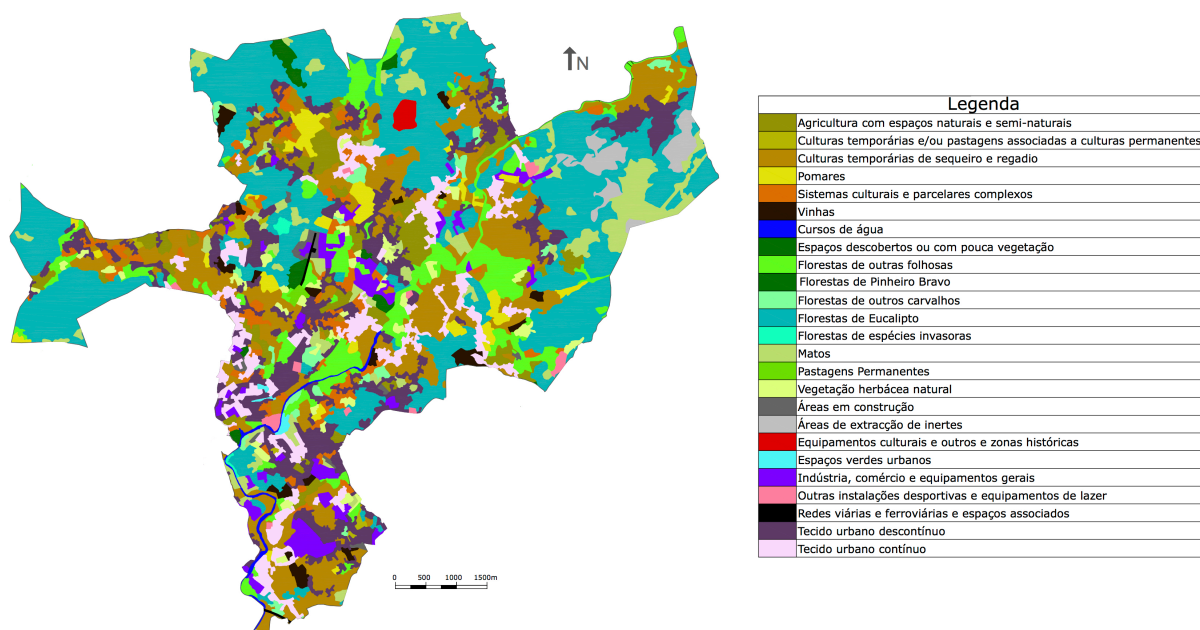


Figura 23: Carta de ocupação e uso do solo (Fonte: Adaptada da COS2015; DGT, 2018)

II.4.3 Figuras de Proteção e Ordenamento

A Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) e o Domínio Público Hídrico (DPH) são figuras de proteção e ordenamento, com legislação própria, que protegem áreas com características especiais e essenciais, através do condicionamento à sua utilização.

De acordo com o Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de Agosto, a Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma estrutura biofísica que integra o conjunto de áreas de grande valor e sensibilidade ecológica e, ao mesmo, áreas de grande exposição e suscetibilidade perante riscos naturais,

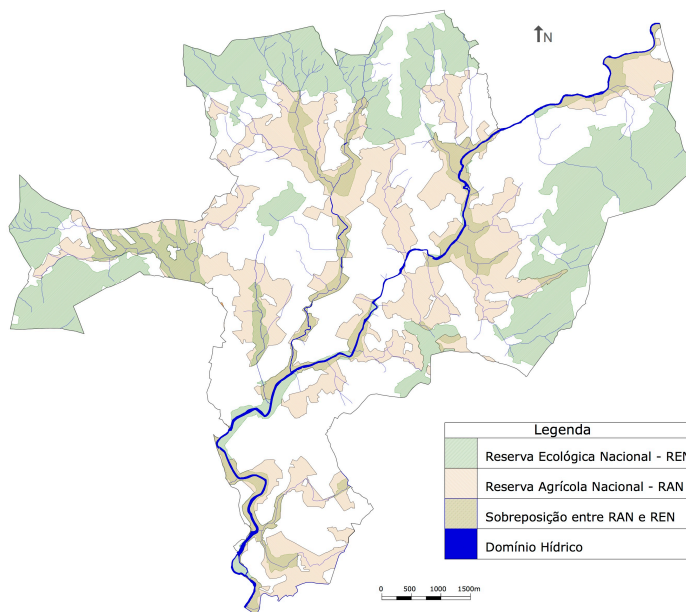


Figura 24: Figuras de Proteção e Ordenamento (Fonte: Adaptada da cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães)

devendo, por ambos os motivos, ser objecto de proteção especial. A REN constitui uma figura de restrição à utilidade pública que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, ao mesmo tempo que identifica os usos e ações compatíveis com os objetivos desse regime (Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de Agosto).

Segundo o relatório do PDM (CMG, sem data d), a Reserva Ecológica Nacional, que se encontra delimitada no plano vigente para o concelho de Guimarães, integra os seguintes sistemas:

- Leitos dos Cursos de Água; Zonas ameaçadas pelas cheias; Cabeceiras das linhas de água; Áreas de infiltração máxima; Ínsuas; Áreas com riscos de erosão

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) representa o conjunto das áreas que apresentam maior aptidão para a atividade agrícola, no contexto agro-climático, geomorfológico e pedológico e é considerada uma ferramenta de restrição de utilidade pública, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização do solo para fins que não os agrícolas e estabelece quais os usos permitidos de acordo com os seus objetivos (Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de Março).

As áreas pertencentes à RAN que se encontram delimitadas no PDM do concelho de Guimarães são constituídas por solos das classes A e B, por solos de baixas aluvionares e coluviais e ainda por solos de outros tipos cuja integração se mostrou conveniente para a prossecução dos fins previstos (CMG, sem data d).

"O objectivo principal da constituição da RAN é defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afectação à agricultura, de forma a contribuir para o desenvolvimento da agricultura, protecção e gestão dos terrenos mais aptos para a agricultura e assim assegurar a qualidade do recurso solo e a valorização da diversidade paisagística com vista a um correcto ordenamento do território" (CMG, sem data d, pág. 141).

As considerações relativas ao Domínio Público Hídrico, já foram referidas no ponto II.1.3.1.2, do presente trabalho e aplicam-se, da mesma forma, aos limites da área de estudo.

Capítulo III. Proposta

III.1 Estratégia de Intervenção

É objetivo deste trabalho, desenvolver e aplicar uma estratégia para a proteção e valorização do património histórico e cultural existente em Guimarães e a sua integração na paisagem, através da criação de uma rede de corredores verdes.

O esquema que se segue traduz a metodologia de intervenção que foi aplicada na elaboração da proposta de corredores verdes como estratégia para a integração e salvaguarda do património histórico e cultural.

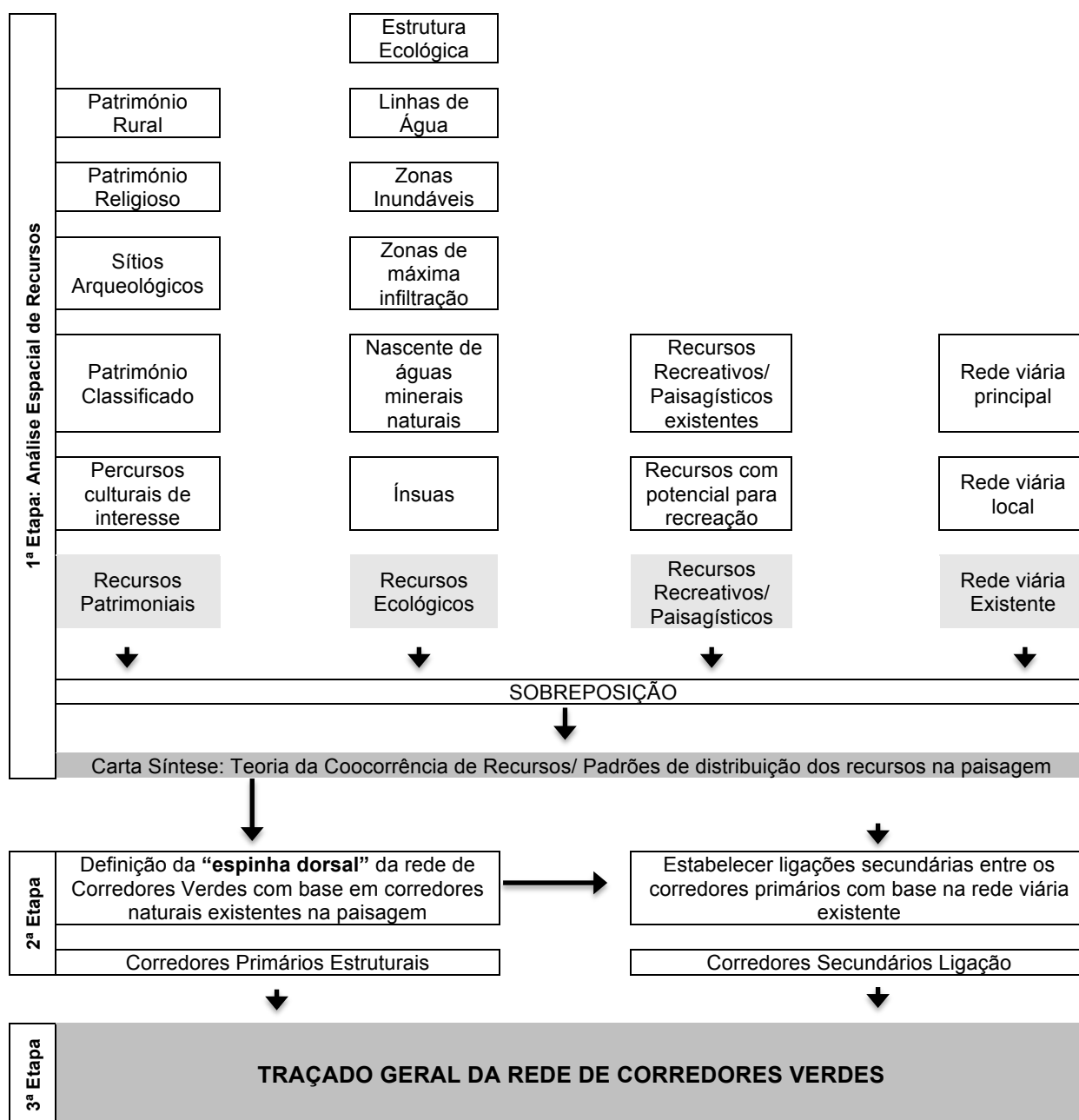


Figura 25: Diagrama da estratégia de intervenção aplicada no desenvolvimento da proposta.

A primeira etapa do processo de elaboração da proposta assenta na análise espacial dos recursos existentes com o objetivo de verificar se os recursos patrimoniais tendem a ocorrer simultaneamente com recursos de elevado valor ecológico, recreativo e paisagístico (verificação da hipótese da coocorrência de recursos ao longo dos corredores verdes) e se a distribuição desses mesmos recursos assenta em padrões que se distinguem na paisagem, sendo relevantes para a definição do traçado de uma rede de corredores verdes.

A segunda etapa tem como propósito a definição da “espinha dorsal” da rede de corredores verdes, a qual irá constituir a base estrutural da mesma (Corredores Primários Estruturais). A definição desta base estrutural é de grande importância, assentando em componentes naturais que assumem maior carácter de permanência na paisagem e que virão a servir de referência à criação dos corredores verdes secundários.

Após estar definida a base estrutural, são criadas as ligações secundárias (Corredores Secundários de Ligação), com base na rede viária existente, entre os corredores primários estabelecidos, sempre com o objetivo de interligar os elementos do património, atravessando locais com elevado valor ecológico, recreativo e paisagístico e fazendo a consolidação da rede.

Na terceira etapa, através da junção destas duas tipologias de corredores, que se complementam entre si, obtemos, então, o Traçado Geral da Rede de Corredores Verdes.

III.2 Análise Espacial de Recursos

O objetivo desta análise é o de verificar se os recursos patrimoniais da paisagem coocorrem com recursos de elevado valor ecológico, recreativo e paisagístico, e se a distribuição desses recursos tende a concentrar-se ao longo de corredores já existentes na paisagem. Esta análise constitui o ponto de partida para a definição de uma base estrutural para a criação de uma rede de corredores verdes.

Para a concretização desta análise, foi necessário, numa primeira fase, proceder ao levantamento dos recursos existentes, com base na cartografia e bibliografia disponíveis e em levantamentos de terreno.

Os recursos a analisar dividem-se em recursos patrimoniais, recursos ecológicos e recursos recreativos e paisagísticos.

III.2.1 Recursos Patrimoniais

Dado o elevado número de elementos patrimoniais existentes no concelho de Guimarães e, especificamente, nos limites da área de estudo, estes foram subdivididos em cinco tipologias de forma a facilitar a sua identificação (Património Rural, Património Religioso, Sítios Arqueológicos, Património Classificado e Percursos Existentes de Interesse Cultural). Ao todo, foram identificados 124 elementos patrimoniais referentes ao património rural, religioso e arqueológico. Para cada tipologia, foi elaborada uma carta de levantamento, onde foram assinalados os principais elementos identificados.

Património Rural

Ao longo de muitos dos caminhos abrangidos pela área de estudo, podemos notar a presença de inúmeros elementos do património rural que resistem, até hoje, aos fenómenos da expansão urbana e industrial. São inúmeras as evidências do património rural que se manifestam através da forma da paisagem, da organização do espaço e do património edificado, nomeadamente o histórico, casa de habitação, construções de exploração agrícola, construções ligadas a atividades artesanais e industriais, construções de utilização coletiva, entre outras (DGADR, 2009).

A identificação do património rural teve como base a carta de património edificado que integra o PDM de Guimarães, fornecida pela Câmara Municipal. Através desta carta é possível ter uma ideia geral da abrangência dos elementos patrimoniais existentes, embora os mesmos não estejam discriminados. Além disso, grande parte do património edificado assinalado corresponde a casas de habitação cuja traça corresponde a uma tipologia tradicional.

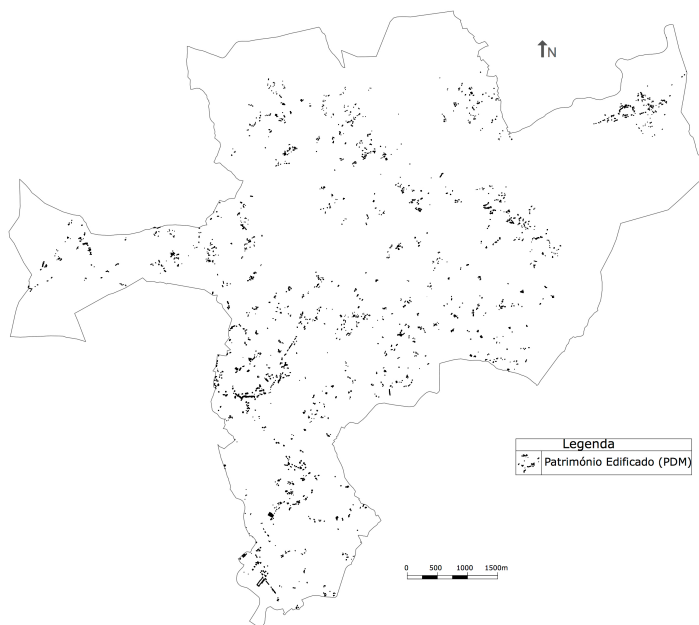


Figura 26: Carta de Património Edificado integrado no PDM de Guimarães (Fonte: Adaptada da Carta de Património Edificado disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães)

Posteriormente, foi feita a análise de cada freguesia com o intuito de identificar os elementos patrimoniais que assumem maior relevância, excetuando os elementos que foram considerados na análise do património religioso e dos sítios arqueológicos. Ao todo, foram identificados 43 elementos patrimoniais relevantes que se encontram discriminados na respetiva carta de levantamento.

A carta de património rural é, assim, constituída pela carta de património edificado, não discriminado, que integra o Plano Director Municipal e pelos elementos patrimoniais de maior destaque que foram identificados isoladamente (ver Apêndice A, Peça nº 1). O quadro 12 (ver Apêndice A: A.1), apresenta o Inventário do Património Rural identificado na área de estudo, com as respetivas descrições. A maior parte destes elementos correspondem a moinhos ou conjuntos de moinhos, pontes e quintas ou casas senhoriais

Considerando a grande quantidade de vestígios relativos ao património molinológico existentes nos limites da área de estudo, considerando o grande impacto que os mesmos tiveram na configuração das paisagens onde se inserem e considerando a grande urgência em formas de proteção e recuperação deste património que tem vindo a



Figura 27: Moinhos em ruína na zona de fronteira entre Guimarães e Braga. Briteiros S. Salvador, 2018.

desaparecer, considera-se relevante fazer uma descrição mais aprofundada sobre os mesmos e sobre a sua condição na área de estudo.

Moinhos: Os moinhos estão impregnados, desde há séculos, na história dos costumes das populações e são um dos principais elementos caracterizadores das paisagens onde se inserem.

A moagem de cereais evoluiu desde processos mais rudimentares como é o caso da utilização de pios ou almofarizes, de lajes naturais ou mós planas e rebolos, seguindo-se as mós manuais, até à criação de engenhos próprios, como é o caso dos moinhos hidráulicos, que procuravam dar uma resposta mais rápida e eficaz gerada pelo aumento demográfico que se ia verificando ao longo dos tempos (Oliveira, Galhano, & Benjamim, 1983)

Em Portugal, é difícil situar, sem o risco de cair em erro, a época em que surgiram os primeiros moinhos. Sabe-se, de facto, que estes elementos foram extremamente úteis para moer os cereais, preparar o linho, esmagar a azeitona e para serrar a madeira.

Os moinhos hidráulicos localizavam-se nas margens dos rios e ribeiros ou relativamente perto destes, numa construção concertada com a criação de açudes e de levadas que tinham como objetivo barrar a água transportando-a, através das levadas para servirem o funcionamento dos moinhos e servirem também, em muitos casos, a rega dos campos nas proximidades dos moinhos. Estes engenhos eram utilizados na sua maioria, não apenas pelo proprietário, mas por outros interessados através de parcerias que se estabeleciam e onde a manutenção desses espaços deveria ser feita a cada utilização. A limpeza e manutenção dos moinhos, açudes e levadas, assim como os caminhos de acesso aos mesmos apresentava, assim, um carácter regular (Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave [ADRAVE], 2002).

Relativamente à sua construção, esta era essencialmente

em granito, sendo a sua implantação feita de forma muito estratégica devido, muitas vezes, ao declive das margens, declive esse que também foi determinante no tamanho do moinho. Quanto menor o desnível, maiores tendiam a ser os moinhos. Contudo, a funcionalidade do moinho com vista apenas à satisfação de uma família também teve o seu contributo no tamanho da construção. A sua constituição corresponde à sobreposição de duas partes diferenciadas, o sobrado e o cabouco, estando o cabouco localizado numa posição inferior relativamente ao primeiro. Outra particularidade interessante está relacionada com o movimento dos rodízios, parte constituinte do cabouco, que através do seu movimento, provocava a oxigenação das águas e exercia, por isso, um efeito depurador (ADRAVE, 2002).

Atualmente, estes velhos moinhos, após o sucessivo abandono, uma vez que deixaram de dar resposta ao avanço tecnológico, económico e social que ditou novos modelos de produção e consumo, encontram-se em avançado estado de degradação e muitos deles deixaram mesmo de



Figura 28: Levada de água junto ao seu ponto de recolha no rio Febras. Briteiros S. Salvador, 2018.



Figura 29: Açude no rio Ave. Ponte, 2018.

existir, incluindo exemplares mais raros como as azenhas, de dimensões mais amplas, e os engenhos de serrar madeira.

Nos limites da área de estudo, localizam-se mais de uma centena de moinhos hidráulicos, sendo que, a maioria se distribui ao longo das margens dos rios Torto e Febras, afluentes do rio Ave, e do próprio rio Ave, constituindo um *"parque industrial antigo que servia de sustento às famílias produtoras de pão, tecido, madeira, azeite e tanino"* (SOS Moinhos, sem data). É importante referir que este conjunto de moinhos ultrapassa a fronteira do concelho, até Braga, seguindo os cursos dos rios Torto e Febras, de onde se conhece o importante núcleo dos Moinhos de Portugueziz.

Sendo difícil precisar a época certa da construção dos moinhos, aponta-se a maioria deles entre os séculos XIX e XX e alguns entre os séculos XVII e XVIII (Cruz, 2017). A maior parte dos moinhos já se encontra em avançado estado de degradação e insere-se em domínios privados, onde os próprios donos carecem de sensibilidade na matéria ou, então, de recursos financeiros para garantir a sua recuperação e salvaguarda.



Figura 30: Fotografia de um conjunto de moinhos localizados no curso do rio Torto (Fonte:Cruz, 2017).

Em 1994, foi fundada, em São Salvador de Briteiros, a Associação Cultural e Recreativa dos Moinhos dos Rios Torto e Febras, presidida pelo Engenheiro Inácio Vasconcelos, com o objetivo de divulgar os moinhos apelando à necessidade de recuperação dos mesmos. Após esforços, conseguiram cativar o interesse e a colaboração de grande parte dos proprietários, mas tal não aconteceu ao nível da autarquia, sendo difícil avançar com o projeto.

Contudo, isso não demoveu as iniciativas da Associação que continuou em esforços na divulgação deste património nas escolas e desenvolvendo ações de limpeza, a par das ideias que se continuavam a formular sobre o possível futuro de todo esse espólio molinológico.

Algumas ideias que surgiram relacionavam-se com o aproveitamento dos moinhos, após a sua recuperação, para turismo de habitação, criação de espaços culturais e artesanais e produção de energia. Entretanto, foram disponibilizados, pelas autarquias de Braga e Guimarães, o total de 657 contos (3 285 €) para a elaboração de um levantamento topográfico da região, inexistente na altura, com o objetivo de proceder à localização dos engenhos (SOS Moinhos, sem data).

Após este estudo topográfico e levantamento de todo este património, o objetivo da Associação assentaria na criação de um parque molinológico que envolveria a já referida recuperação dos mais de cem moinhos, com o apoio essencial da comunidade, uma vez que a maioria destes elementos pertence a domínios privados, partindo dos proprietários uma primeira atitude neste sentido, e a constituição de uma rede de percursos que permitiriam o acesso e divulgação deste património em consociação com o Castro de Sabroso e a Citânia de Briteiros situados nas imediações (SOS Moinhos, sem data).

No dia 25 de Fevereiro de 2011 o Engenheiro Inácio Vasconcelos, presidente da associação, faleceu. Tendo sido ele a principal força motriz dos esforços desenvolvidos pela concretização deste projeto

devido à sua forte paixão pela temática, atualmente, pouco se tem feito no sentido de lhe dar continuidade, tendo este projeto entrado em processo de estagnação.

Contudo, todos os anos é realizada a "Caminhada dos Moinhos", organizada pela mesma associação em parceria com a Sociedade Martins Sarmento e a Casa do Povo de Briteiros, cuja finalidade é divulgar este património, sensibilizando para a necessidade da sua preservação e recuperação.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foram encontradas algumas limitações na recolha de informação relativamente à localização dos moinhos, a maioria dos quais não são visíveis através do Google Maps devido à densa vegetação, nem estão identificados na Carta de Património Edificado, cedida pela Câmara Municipal de Guimarães. Considerando a limitação de tempo e a imensidade de elementos a identificar, juntamente com a falta de acessibilidade a alguns locais devido à densa vegetação, foi excluída a hipótese de se fazer esse levantamento. Após o contacto com membros da associação, sabe-se que existe um levantamento com a identificação desses moinhos mas, desde o falecimento do responsável pelo mesmo, a informação ficou arquivada e já não foi possível ter acesso à mesma de forma atempada. Contudo, consultando um trabalho de investigação realizado pelo mesmo autor e publicado no livro "Património e Indústria no Vale do Ave" (ADRAVE, 2002), foi possível extrair informação relativamente à quantidade de exemplares de moinhos e construções associadas, localizados ao longo dos rios Torto, Febras e Ave: - Ao longo do rio Torto foi identificado um núcleo composto por 8 moinhos e 9 mós. Ao longo do rio Febras foram identificados quatro núcleos compostos por 22 moinhos, 23 mós, 3 habitações, 1 habitação com mó, 1 engenho de azeite, 1 engenho de serrar madeira e 1 engenho de linho. Por fim, ao longo do rio Ave foram identificados 7 moinhos, 2 habitações, 1 azenha, 1 muro de pescadores e 2 mós. Contudo, com o passar dos anos, é possível que parte dos elementos identificados já tenham sido destruídos ou tenham desaparecido.

Um dos moinhos recuperados, que retrata a ideia de como funcionava esta estrutura, é o moinho de grão, situado no Solar da Ponte, anterior residência do Arqueólogo Martins Sarmento e onde, atualmente, se instala o Museu de Cultura Castreja.



Figura 31: Moinho recuperado do Solar da Ponte. À esquerda, mecanismo de funcionamento do moinho. À direita, vista exterior do moinho com o Engenheiro Inácio Vasconcelos. Briteiros S. Salvador. (Fonte: Armindo Cachada, 2000).

Património Religioso

O concelho de Guimarães possui um vasto património religioso que importa preservar. Esse património é representado na sua maioria por igrejas, capelas, cruzeiros, alminhas e oratórios, simbolizando a fé e devoção das populações, desde tempos muito remotos e que perdura até aos dias de hoje.

Em associação com o património edificado religioso do concelho, existe uma componente intangível que faz parte do património imaterial, na qual se encaixam as romarias. As romarias assumem um peso enorme na identidade cultural de Guimarães e as que ainda perduram, são fruto de um esforço e devoção coletivos manifestados através do cumprimento regular de rituais e costumes tradicionais pelas comunidades locais, que se foram transmitindo por gerações sucessivas. Este património

intangível é suscetível de se perder com o tempo, sendo que as únicas evidências materiais assentam na edificação de monumentos simbólicos que cimentam consigo parte da memória coletiva (Barroso, 2004).

A procissão é uma das celebrações com maior significado na romaria, em que se *"exterioriza a devoção (indo ao encontro dos fiéis e delimitando o espaço sagrado por onde passa)"* e se mantém acesa a chama das origens da comunidade (Barroso, 2004).

Foi feito um levantamento dos itinerários das procissões de maior relevo, celebradas nas freguesias pertencentes à área de estudo. A demarcação destes percursos é apresentada mais à frente, na planta de "Percursos de Interesse Cultural".

A carta de Património Religioso (ver Apêndice A, Peça nº 2) foi elaborada através do levantamento do património religioso existente na área de estudo, cuja caracterização é feita no Quadro 13 (Apêndice A: A.2), que inclui igrejas, capelas, cruzeiros, alminhas e oratórios. Nesta subdivisão, foram identificados, no total, 41 elementos patrimoniais relevantes.

Sítios Arqueológicos

O património arqueológico assume forte presença no concelho de Guimarães e, especialmente, nos limites da área de estudo. A presença de vestígios arqueológicos nesta região recua, em grande parte, ao período pré-romano. Do património classificado existente, quatro encontram-se assinalados na carta arqueológica que acompanha o PDM de Guimarães, nomeadamente, a Citânia de Briteiros, o Castro de Sabroso, a Ara de Trajano e a Ponte sobre o rio Ave. Deste património, destaca-se a Citânia de Briteiros, que constitui um dos focos de maior atratividade turística na região. Este castro tem sido, desde a sua descoberta, objeto de estudo e investigação para muitos investigadores, a nível internacional. Os primeiros trabalhos de escavação devem-se ao arqueólogo vimaranense Francisco Martins Sarmiento (1833–1899), considerado pioneiro na arqueologia em Portugal. Francisco Martins Sarmiento residiu no Solar da Ponte, localizado relativamente próximo da Citânia de Briteiros (ver localização no Apêndice A, Peça 1 - F4).

A elaboração da carta de Sítios Arqueológicos (Apêndice A, Peça nº 3) teve por base a Carta Arqueológica existente e que acompanha o PDM de Guimarães. As respetivas descrições podem ser consultadas no Quadro 14 "Inventário de Sítios Arqueológicos" presente nos Apêndice A: A.3. Neste quadro, também podem ser consultados os elementos que constam do Inventário de Sítios Arqueológicos (acedido através do "Portal do Arqueólogo" da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), através do respetivo Código Nacional de Sítio (CNS).

Ao todo, encontram-se identificados 40 sítios arqueológicos. É importante referir que alguns dos sítios identificados já não contêm os vestígios arqueológicos que lhes atribuíram a designação e isso deve-se ao facto de esses vestígios poderem ter sido transferidos para instalações museológicas, de forma a garantir a sua proteção, ou por terem desaparecido ou sido soterrados.

Património Classificado

A área de estudo engloba seis elementos do património classificado juntamente com as suas zonas de proteção, cuja identificação pode ser consultada no Apêndice A, Peça nº 4. De acordo com a classificação atribuída pela DGPC, dos seis elementos classificados, quatro correspondem à

designação de Monumentos Nacionais e dois correspondem à designação de Imóveis de Interesse Público. Foi elaborada uma tabela com a respetiva caracterização, que deverá ser consultada no Apêndice A (A.4, Quadro 15).

Percursos Existentes de Interesse Cultural

"Um Itinerário Cultural é uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra, determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço dum objectivo concreto e determinado. O Itinerário Cultural deve também reunir as seguintes condições: a) ser o resultado e o reflexo de movimentos interactivos de pessoas e de trocas pluridimensionais contínuos e recíprocos dos bens, das ideias, dos conhecimentos e dos valores sobre os períodos significativos entre povos, países, regiões ou continentes; b) ter gerado uma fecundação mútua, no espaço e no tempo, das culturas implicadas, que se manifeste tanto no seu património tangível como intangível; c) ter integrado, num sistema dinâmico, as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência" (Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais [CCIIC], 2008, pág. 3).

Os itinerários culturais podem ser considerados numa nova categoria patrimonial, que se harmoniza com outras categorias já existentes e reconhecidas, dando-lhes valor, religando-as e integrando-as no seio de um determinado contexto. Os Itinerários Culturais são muito mais do que simples vias históricas de comunicação, dotadas de elementos patrimoniais ou que servem como interligação entre os mesmos. São fenómenos históricos únicos, que resultam, na maior parte das vezes, de longos processos evolutivos que envolvem vários agentes coletivos que se dirigem para um mesmo fim.

"O conceito de Itinerário Cultural refere-se a um conjunto de valor superior à soma dos elementos que o constituem e que lhe dão sentido" (CCIIC, 2008, pág. 4).

Após uma análise dos percursos culturais existentes no local de estudo e do respetivo interesse na definição da proposta de intervenção, foram identificadas duas categorias, num total de seis percursos. Uma das categorias diz respeito aos itinerários culturais, dos quais fazem parte as procissões religiosas, e a outra, diz respeito a percursos existentes de carácter recreativo e cultural, como é o caso da rota da Citânia. A diferença entre estas duas categorias assenta no valor patrimonial intrínseco existente no itinerário cultural, não existente no caso do percurso cultural de interesse recreativo referido.

As procissões são uma componente importante do património imaterial, cuja origem é difícil estabelecer, e foram, dessa forma, tidas em conta na análise para a proposta de uma rede de corredores verdes, com o objetivo de integrar e salvaguardar o património histórico e cultural. As rotas destas procissões atravessam, na maioria das vezes, caminhos antigos, pontuados com elementos patrimoniais religiosos (cruzeiros, cruces, alminhas e oratórios) e tendo como ponto de partida e chegada uma igreja ou capela.

O único percurso de interesse recreativo e cultural identificado é a Rota da Citânia PR2, uma rota com cerca de 9,5 km, com interesse histórico-cultural, ambiental e paisagístico. Apesar deste percurso não possuir um carácter histórico intrínseco, à semelhança das procissões, é um percurso que cruza vários elementos patrimoniais, num contexto de grande qualidade paisagística e ambiental.

Foi elaborado um quadro, com a caracterização de cada um dos percursos, que deverá ser consultado no Apêndice A (A.5, Quadro 16). A respetiva planta com o levantamento dos percursos deve ser consultada, também, no Apêndice A, Peça nº5.

III.2.2 Rede Viária Existente

A rede viária existente (Figura 32) engloba a rede viária principal e a rede viária local. Esta carta servirá de base à definição dos corredores secundários de ligação, que visam estabelecer ligações entre os corredores primários estruturais, interligando elementos do património em zonas com elevada concentração de recursos, através de caminhos existentes, e consolidando, assim, a rede.



Figura 32: Estrutura Viária Existente (Fonte: adaptado da cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães)

III.2.3 Recursos Recreativos e Paisagísticos

A carta de recursos recreativos e paisagísticos foi elaborada através do levantamento dos principais espaços ligados a atividades recreativas e de lazer, frequentados pela população, e espaços que, pela sua qualidade estética e visual, constituem mais valias no reforço do traçado de uma rede de corredores verdes como estratégia de integração e salvaguarda do património histórico e cultural. A carta inclui ainda espaços que, apresentando um enorme potencial ao nível das componentes acima enunciadas e que atualmente não estejam a ser utilizados devido ao abandono, à falta de acessibilidade ou desconhecimento pela população em geral, à falta de equipamentos e infraestruturas apropriadas à sua utilização, entre outros, constituam, mesmo assim, uma oportunidade ao reforço da rede através da criação de espaços de lazer e contemplação de usufruto público.

A carta deverá ser consultada no apêndice A ,Peça nº 6, juntamente com o respetivo quadro de descrição de cada espaço (A.6, Quadro 17). No total, foram identificados 30 recursos recreativos e paisagísticos.

III.2.4 Recursos Ecológicos

A Estrutura Ecológica Municipal de Guimarães foi definida no sentido de identificar e valorizar as *"componentes biofísicas, interligando os valores ambientais, culturais, recreativos e paisagísticos marcantes no território, com vista à integração dos sistemas ecológicos fundamentais, garantindo a continuidade e o funcionamento entre eles"* (Aviso nº 6936/2015, de 22 de Junho, art.º 10).

As áreas de nível I, correspondem às componentes fundamentais ao equilíbrio ecológico dos ecossistemas e englobam as áreas compreendidas na Reserva Agrícola Nacional (RAN) e na

Reserva Ecológica Nacional (REN). A Estrutura Ecológica Municipal ocupa uma porção considerável do território abrangido pela área de estudo, embora a sua estrutura necessite de uma maior consistência ao longo das margens do rio Ave, tal como é definido no corredor ecológico proposto no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho.

A carta de recursos ecológicos (ver Apêndice A, Peça nº7) foi definida tendo como base a Estrutura Ecológica Municipal e discriminando componentes importantes presentes no território, tais como, as linhas de água e os leitos dos cursos de água, as zonas inundáveis, as zonas de máxima infiltração, as cabeceiras das linhas de água, as zonas com riscos de erosão, as nascentes de águas minerais e respetivas zonas de proteção e as ínsuas.

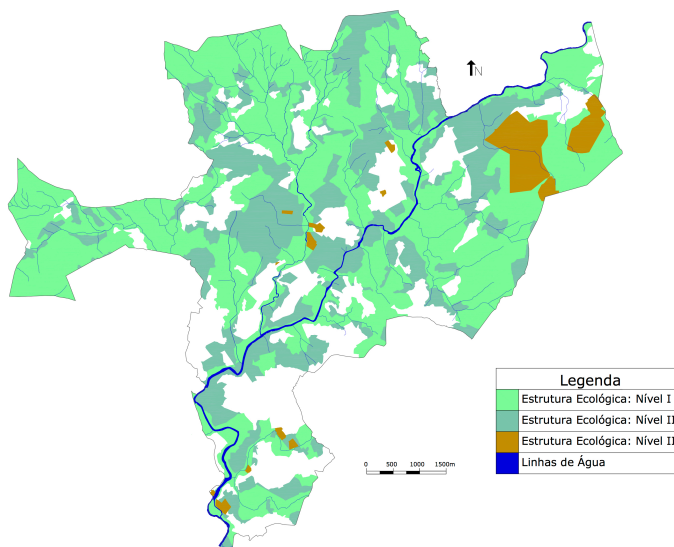


Figura 33: Carta da Estrutura Ecológica Municipal referente à área de estudo (Fonte: Adaptada da cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).

Esta carta permite identificar os locais de maior qualidade e, ao mesmo tempo, vulnerabilidade ecológica, assim como reconhecer zonas com uma estrutura ecológica contínua que, em conjugação com os recursos patrimoniais, recreativos e paisagísticos existentes, permita identificar corredores naturais com grande concentração de recursos, que servirão a criação da estrutura base (“espinha dorsal”) da rede de corredores verdes.

“A rede de corredores verdes a propor deve ser desenhada com base na Estrutura Ecológica, abrangendo áreas com elevado valor ecológico, cultural e paisagístico” (Ferreira, 2010, pág. 2).

III.3 Cruzamento e Análise da Informação Recolhida

Através do cruzamento das cartas elaboradas, relativas aos recursos patrimoniais, ecológicos e recreativos e paisagísticos, foi possível obter uma carta síntese que evidencia as principais zonas onde os recursos da paisagem se concentram, assim como, o padrão de distribuição que os mesmos apresentam (ver Apêndice A, Peça nº 8).

Após a análise da carta síntese (Figura 34), foi possível chegar a algumas conclusões relativamente ao padrão de coocorrência e distribuição dos recursos na paisagem, com vista à delineação estratégica de uma rede de corredores verdes como forma de integração e salvaguarda dos recursos patrimoniais da mesma.

Perante a análise, os elementos naturais da paisagem que concentram, ao longo do mesmo corredor, uma maior quantidade e variedade de recursos são o rio Ave e o rio Febras. Estes elementos, para além da sua importância ecológica e valor paisagístico, concentram, em si, uma grande quantidade de elementos patrimoniais e recreativos (pontes, açudes, moinhos e azenhas, parques de lazer, etc.). A ribeira da Canhota, que nasce na encosta do monte do Coto de Sabroso e desagua em Caldelas, onde parte do seu percurso é canalizado, apesar de não englobar uma grande quantidade de recursos patrimoniais ao longo do seu curto trajeto, faz a ligação entre duas importantes zonas de

concentração de recursos. Assim sendo, podemos classificar estes três corredores, existentes na paisagem da área de estudo, de Zonas Primárias de Concentração de Recursos.

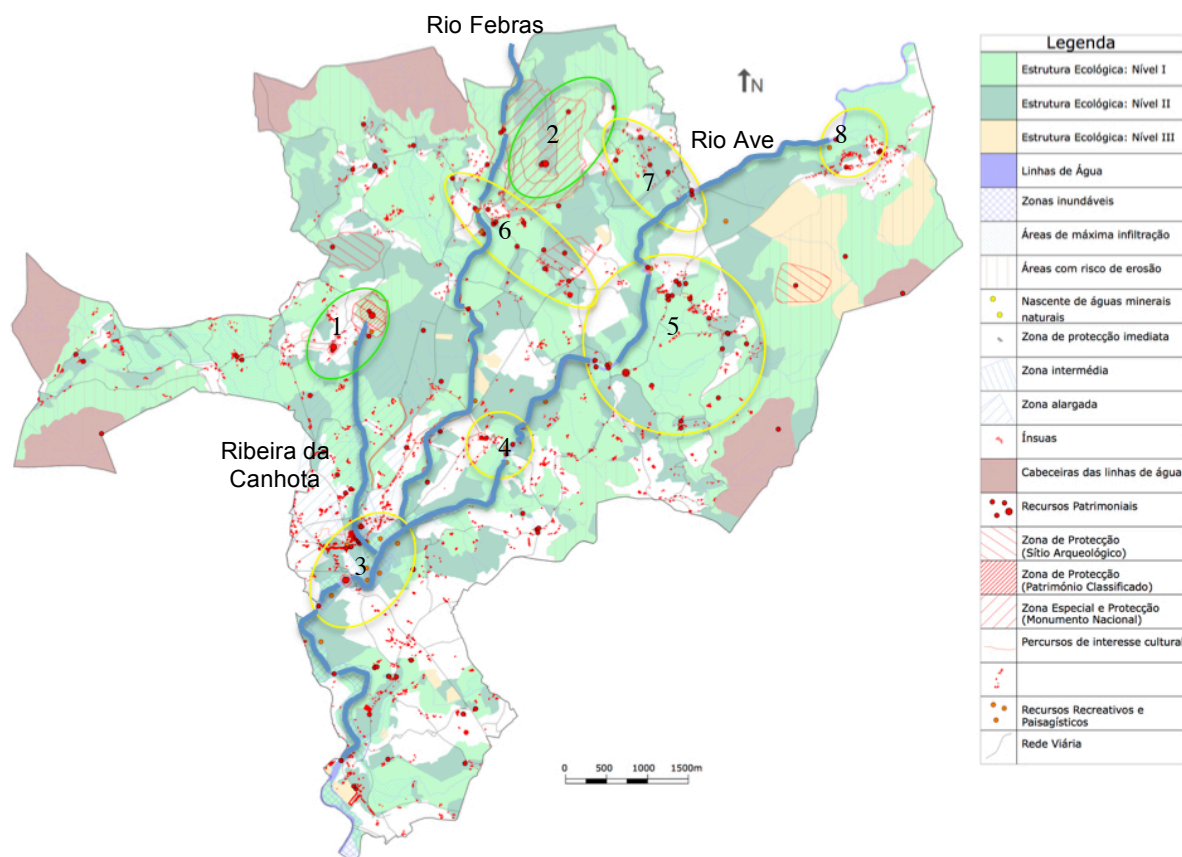


Figura 34: Principais zonas de concentração de recursos patrimoniais, ecológicos e recreativos e paisagísticos (Fonte: Elaborada com base na cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).

As zonas de concentração de recursos, que se assinalam ao longo de vias estabelecidas pelo Homem e que englobam, além das vias pavimentadas, os caminhos em terra batida dos espaços agrícolas e florestais, obtêm a classificação de Zonas Secundárias de Concentração de Recursos (Zona 1, Zona 2, Zona 3, Zona 4, Zona 5, Zona 6, Zona 7 e Zona 8).

Destaca-se, nesta última secção, a Zona 1 e a Zona 2, onde se enquadram, respetivamente, o Castro de Sabroso e a Citânia de Briteiros, uma vez que correspondem a dois cabeços que, para além do seu valor ecológico como elementos estruturantes da paisagem, permitem, ainda, a comunicação visual com os restantes elementos assinalados.

Zona 1: Inclui a Capela do Espírito Santo (Imóvel de Interesse Público) e o Castro de Sabroso (Monumento Nacional). O Castro de Sabroso, pela sua posição geográfica no topo de uma colina, permite o alcance de vistas panorâmicas sobre a sua envolvente.

Zona 2: Inclui a Citânia de Briteiros (Monumento Nacional) e a sua envolvente, que assume uma posição altimétrica de destaque, permitindo o alcance de largas vistas panorâmicas sobre a cidade e concelhos vizinhos. Estabelece, ainda, uma relação visual com o Castro de Sabroso.

Esta zona concentra elementos de grande valor cultural, recreativo e paisagístico e ecológico, sendo dotada de grande beleza cénica e conservando, ainda, importantes núcleos de flora autóctone, que inclui carvalhos, sobreiros e castanheiros.

Zona 3: Corresponde à zona urbana de Caldelas. Este local concentra recursos de elevado valor cultural (dois Monumentos Nacionais), recreativo e paisagístico (parques de lazer fluviais) e ecológico, beneficiando da presença do rio Ave e da foz da ribeira da Canhota e do rio Febras.

Zona 4: Concentra elementos de valor patrimonial, recreativo e paisagístico e de importância ecológica. Destaco a Igreja de São João de Barco, a ponte sobre o rio Ave, o parque de lazer fluvial e um moinho junto ao rio Ave em estado de degradação.

Zona 5: Engloba recursos de carácter cultural, recreativo e paisagístico e ecológico, apresentando um padrão de distribuição linear, ao longo de vias existentes. Do património existente neste local, faz parte um Imóvel de Interesse Público e um conjunto de moinhos em ruína. Os restantes elementos existentes são de carácter religioso que inclui igrejas, cruzeiros e uma capela.

Zona 6: Nesta zona, os recursos distribuem-se num padrão linear, ao longo de uma via existente. Esta via, dotada de variados elementos patrimoniais, apresenta elevada qualidade cénica devido ao seu enquadramento com a paisagem rural circundante.

Zona 7: Concentra recursos distribuídos linearmente, ao longo de vias existentes, dos quais se destaca a Ponte de Donim, sobre o rio Ave e, ao pé da mesma, uma Azenha e um cruzeiro.

Zona 8: Esta zona é a mais isolada, mas apresenta grande potencial pela junção de elementos patrimoniais com elementos recreativos e paisagísticos e elementos de importância ecológica.

Como conclusão desta análise, podemos verificar que grande parte dos recursos da paisagem tendem a coocorrer ao longo de corredores naturais existentes na mesma, neste caso o rio Ave, o rio Febras e a ribeira da Canhota. Estes corredores representam uma oportunidade para a criação de corredores verdes, com base em elementos naturais, acessíveis à população, e que conjuguem, ao mesmo tempo, objetivos culturais, sociais, recreativos e ecológicos, numa visão de sustentabilidade.

Segundo Ahern (2002), na maioria das paisagens de clima temperado existentes, o padrão da rede de drenagem tende a assumir uma forma dendrítica podendo, este tipo de sistema, ser considerado um dos elementos mais imutáveis e contínuos da paisagem, constituindo, dessa forma, a "espinha" lógica para um corredor verde. Além disso, *"os corredores ribeirinhos são elementos fundamentais para os corredores verdes uma vez que proporcionam conectividade, contêm imensos recursos e suportam múltiplos usos e funções"* (Ahern, 2002, pág. 117).

Os rios e ribeira identificados, representam o potencial necessário ao suporte da base estrutural dos corredores verdes, podendo conjugar várias atividades humanas, garantindo a acessibilidade e usufruto dos recursos hídricos a toda a população e contribuindo para a salvaguarda do património histórico e cultural, muito do qual, tem vindo a desaparecer.

Verifica-se, ainda, que existe um padrão de distribuição de recursos, ao longo de algumas das vias existentes, que tende a seguir uma orientação transversal às linhas de água, fazendo a sua interligação em determinados pontos. Esta circunstância proporciona uma oportunidade à criação de corredores de ligação entre a "base estrutural", complementando o traçado final da rede de corredores verdes.

III.4 Proposta de Intervenção

III.4.1 Definição dos Corredores Primários Estruturais

A análise espacial de recursos permitiu concluir que os elementos da paisagem com maior concentração e variedade de recursos existentes correspondem ao rio Ave, ao rio Febras e à ribeira da Canhota, que são elementos lineares naturais existentes na paisagem. Estes corredores, que conjugam múltiplas potencialidades e múltiplos objetivos, constituem a oportunidade perfeita para a criação da base estrutural da rede de corredores verdes, a partir da qual, todos os restantes elementos se irão articular.

A Figura 35 representa os corredores verdes estabelecidos nas Zonas Primárias de Concentração de Recursos, constituindo a base estrutural da rede. A largura dos corredores foi definida tendo em conta as medidas de largura de margem estipuladas na legislação referente ao DPH (Lei nº54/2005, de 15 de Novembro, alterada pela Lei nº 31/2016, de 23 de Agosto) e expressas, também, no relatório do PDM (CMG, sem data d), em que o rio Ave beneficia de uma largura de margem de 50 metros, integrando as águas navegáveis e flutuáveis, e as restantes linhas de água, não navegáveis e não flutuáveis, beneficiam de uma largura de margem de 10 metros. Desta forma, foi atribuído ao corredor verde do rio Ave, uma largura média de 50 metros em cada margem, e aos corredores verdes, relativos ao rio Febras e à ribeira da Canhota, a largura de 10 metros em cada margem. Foram também integrados nos corredores, os espaços recreativos e de lazer existentes ao longo dos percursos.

Relativamente ao corredor da ribeira da Canhota, verifica-se que a sua continuidade é quebrada pelo centro urbano de Caldelas, sob o qual, esta ribeira é canalizada. Esta estrutura ganhará de novo forma, através da ligação do corredor primário aos espaços verdes existentes na zona urbana.

Na planta, foram também identificados os espaços verdes, agrícolas e florestais, adjacentes aos corredores verdes estabelecidos. Estes

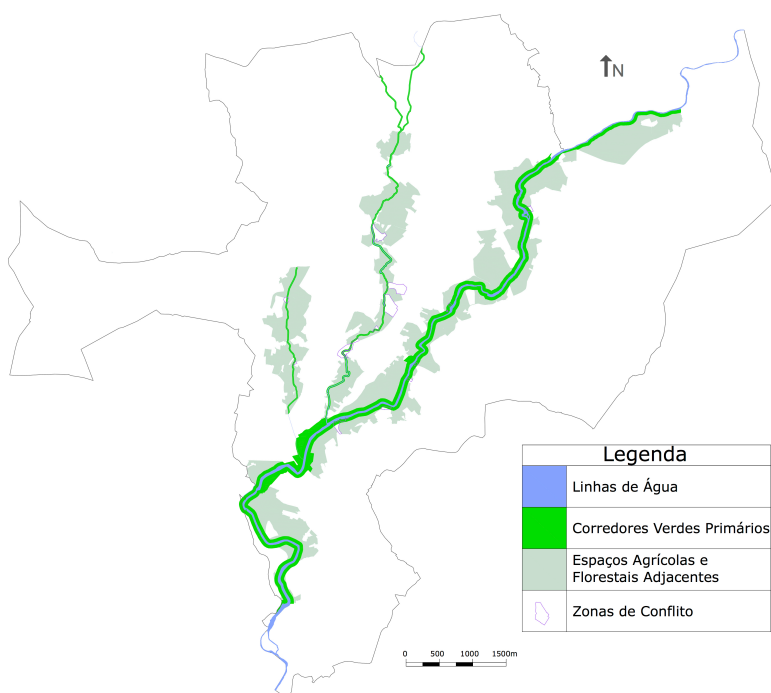


Figura 35: Corredores Verdes Primários Estruturais (Fonte: elaborado com base na cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).

espaços, apesar de pertencerem maioritariamente a terrenos privados, poderão constituir uma oportunidade à consolidação da rede de corredores verdes, através da criação de estratégias de compatibilização de atividades de carácter ambiental, cultural, recreativo, pedagógico e, até mesmo, económico, numa simbiose que beneficie os vários agentes envolvidos.

As zonas de conflito identificadas na planta, dizem respeito aos obstáculos físicos identificados ao longo do traçado dos corredores, que colocam em causa a continuidade dos mesmos. Esses obstáculos correspondem, na maioria das vezes, a construções de fomento privado que interagem com os limites das margens estabelecidos, pertencentes ao Domínio Público Hídrico. As soluções a apresentar nessas situações devem ser analisadas individualmente e podem consistir na procura de desvios alternativos, caso as distâncias sejam curtas e não quebrem a noção de continuidade, no recuo dos muros que delimitam terrenos privados, nos casos em que os edifícios se encontram mais recuados, e, em último recurso, na demolição dos mesmos. Uma das principais problemáticas relacionadas com a implementação de projetos a esta escala, relaciona-se com a pertença ao domínio privado, de grande parte dos terrenos onde os mesmos incidem.

De acordo com a legislação referente ao DPH, o artigo 16^a da Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro (alterada pela Lei nº 31/2016, de 23 de Agosto) estabelece alguns fundamentos relativamente à constituição de propriedade pública sobre parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas. Este artigo destaca o direito de preferência do Estado em caso de alienação, voluntária ou forçada, sobre quaisquer parcelas privadas de leitos ou margens públicas. O Estado pode ainda expropriar para utilidade pública *"quaisquer parcelas privadas de leitos ou margens públicas sempre que isso se mostre necessário para submeter ao regime da dominialidade pública todas as parcelas privadas existentes em certa zona"* (Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro, art.º 16, 2), ficando automaticamente integradas no domínio público.

Relativamente às servidões administrativas, o artigo 21 estabelece que todas as parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas se encontram sujeitas às servidões estabelecidas por lei e a uma servidão de uso público, no acesso às águas e de passagem ao longo das águas, da pesca, da navegação e da flutuação, quando se tratar de águas navegáveis ou flutuáveis (Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro).

Considerando a grande morosidade associada aos processos necessários para a total aquisição de terrenos, de forma a implementar os projetos para eles estabelecidos, e considerando os enormes gastos financeiros implicados, poderão existir soluções menos morosas, menos dispendiosas e que tenham em consideração os proprietários dos terrenos. Um dos objetivos dos corredores verdes prende-se com a melhoria do bem estar e da qualidade de vida da população e, assim sendo, não são recomendadas medidas drásticas que desconsiderem os proprietários das terras, podendo isso gerar reações contrárias às pretendidas, relativamente aos benefícios associados aos corredores verdes (Ahern, 2002).

O papel das instituições locais poderá ser muito importante no sentido de sensibilizar os proprietários relativamente à importância da matéria em questão e arranjando formas de envolver os mesmos nos processos de decisão e planeamento (Ahern, 2002).

Assim sendo, deverão ser estudadas formas de compatibilização que permitam o usufruto público dos espaços adjacentes à linhas de água sem necessidade de recorrer à expropriação dos terrenos e que, ao mesmo tempo, tal possa trazer benefícios, numa relação de simbiose, aos mesmos proprietários.

III.4.2 Definição dos Corredores Secundários de Ligação

A Figura 36 representa os corredores verdes estabelecidos nas Zonas Secundárias de Concentração de Recursos. Estes corredores foram estabelecidos com base na estrutura viária existente, seguindo o propósito de interligar espaços de grande concentração e variedade de recursos com os corredores primários estruturais, consolidando, dessa forma, o traçado geral da rede de corredores verdes.

De acordo com a análise espacial de recursos, foi possível concluir a existência, no geral, de um padrão linear de distribuição dos recursos ao longo de determinadas vias ou caminhos existentes, com uma orientação tendencialmente transversal à direção dos corredores primários estabelecidos.

Essa condição favorece a criação de corredores de ligação entre os corredores primários, diferenciados pela utilização de vias pavimentadas e vias não pavimentadas existentes e, ainda, a utilização de espaços verdes

ajardinados como forma de colmatar a quebra da continuidade do corredor primário da ribeira da Canhota, quando este incide no espaço urbano de Caldelas.

Os corredores secundários em vias pavimentadas assentam sobre uma infraestrutura sólida e correspondem normalmente às estradas mais antigas, inseridas em contexto rural, o que lhes proporciona um enquadramento de grande qualidade cénica.

Os corredores secundários em

vias não pavimentadas assentam sobre solo nú e correspondem, maioritariamente, a caminhos existentes no espaço florestal e, pontualmente, a ligações existentes nas zonas de interface com as margens ribeirinhas.

É importante mencionar que a Norte da área de estudo, na UF de B.S.S. e B.S.L., estão representados dois corredores secundários que, extravazando os limites do concelho de Guimarães, interseitam-se já em Braga, embora muito próximo da fronteira. Este ponto de ligação é de grande importância, para garantir a continuidade da rede numa zona em que as acessibilidades são limitadas devido ao relevo. Este local, é também marcado pela importante zona dos moinhos de Portuguediz, que abrange os dois concelhos e atrai muitos visitantes, sendo que, a perceção de fronteira é quase inexistente entre os mesmos. Assim sendo, a representação desta ligação tem como objetivo, não a sua intervenção, mas apenas evidenciar a existência de uma ligação próxima dos limites da freguesia, que garante a continuidade entre a Rede de Corredores Verdes.

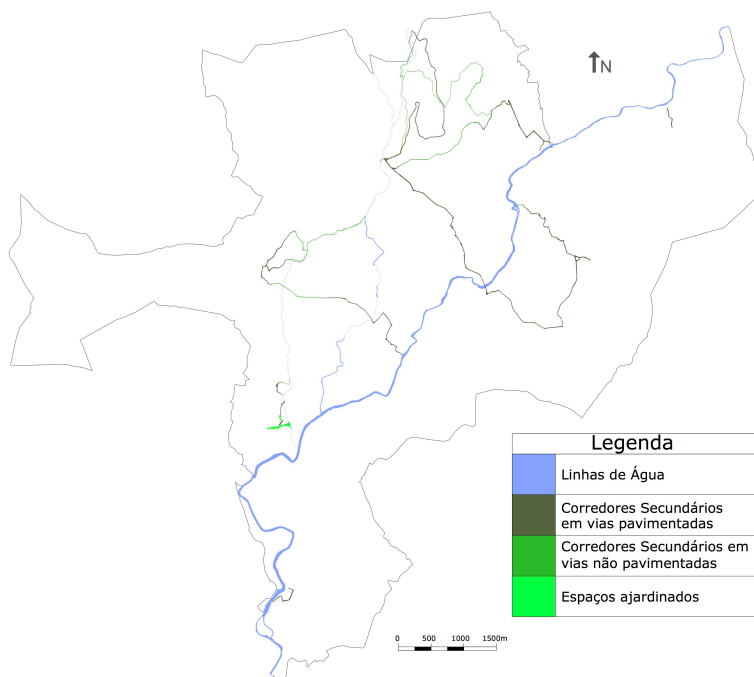


Figura 36: Corredores Verdes Secundários de Ligação (Fonte: elaborado com base na cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Guimarães).

III.4.3 Traçado Geral da Rede de Corredores Verdes (RCV)

Após a análise espacial de recursos e da definição dos corredores verdes primários estruturais e corredores verdes secundários de ligação, foi possível, através da junção destas duas tipologias, obter o traçado geral da rede de corredores verdes a propor.

Estes corredores fazem a interligação entre os recursos patrimoniais da paisagem, conjugando objetivos ecológicos, recreativos e paisagísticos, sociais e culturais. Dos recursos patrimoniais identificados, foram representados apenas os que estabelecem uma relação direta, ou indireta com os corredores verdes estabelecidos.

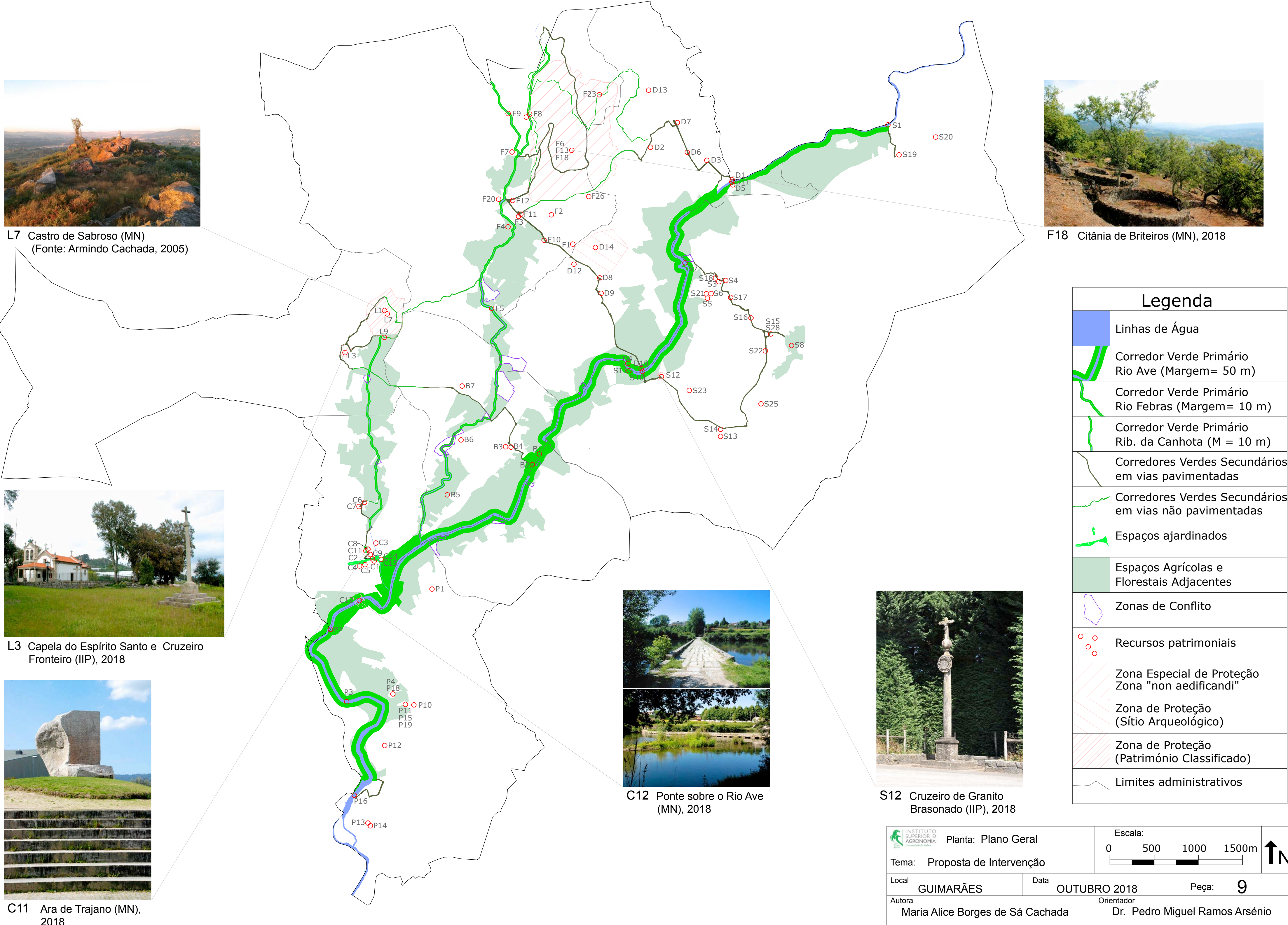
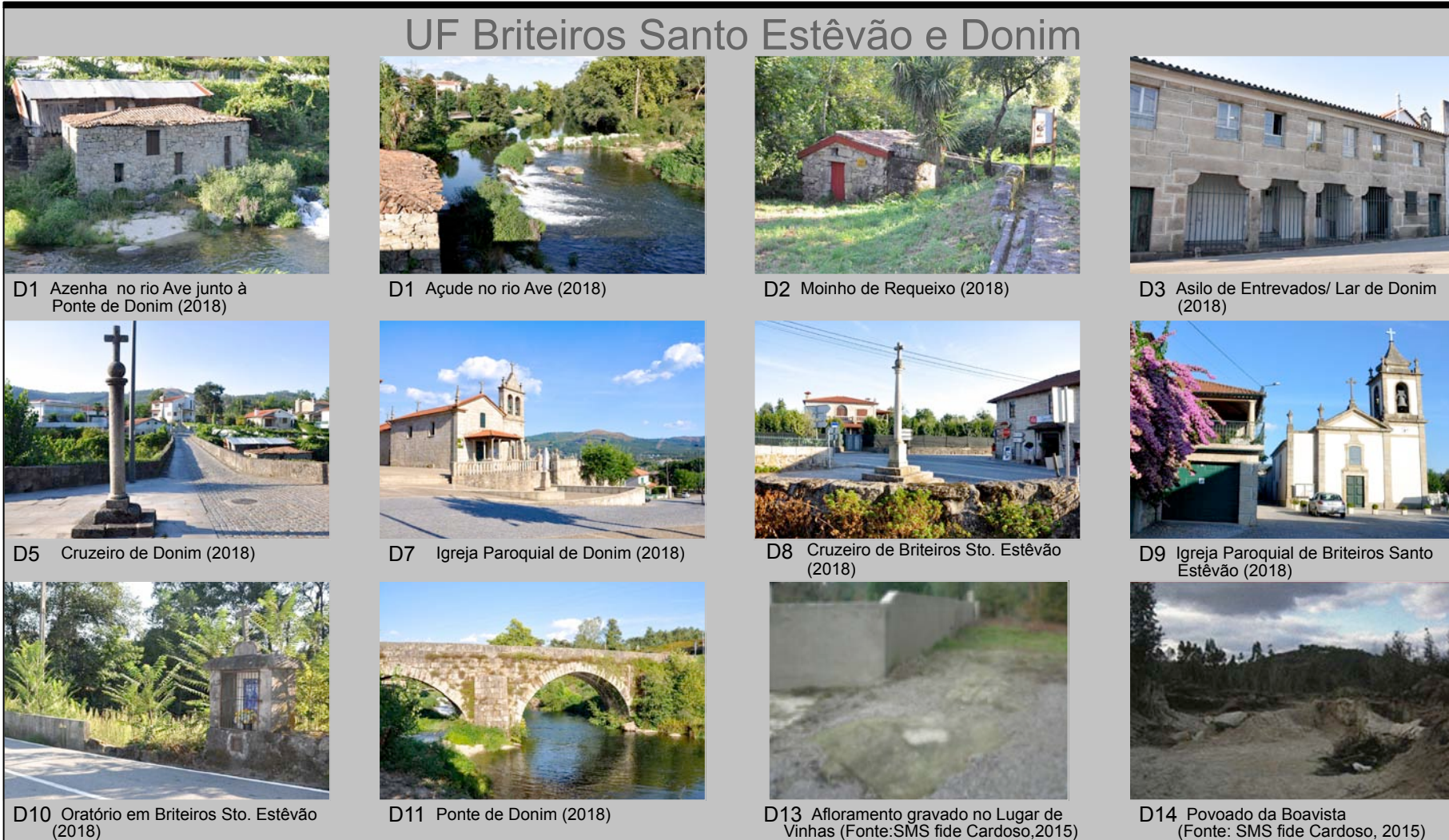
O quadro que se segue traduz a quantidade de recursos patrimoniais que foram identificados na área de estudo e a respetiva quantidade de elementos que foi possível proteger através da RCV, assim como, o valor calculado da área ocupada pela RCV e o comprimento dos percursos. A área ocupada pela RCV foi calculada tendo em conta apenas os corredores primários e os espaços ajardinados e excetua os corredores assentes na estrutura viária.

Quadro 10: Análise quantitativa de recursos patrimoniais e da rede de corredores verdes por freguesia e no total da área de estudo.

FREGUESIAS	Recursos Patrimoniais						Rede de Corredores Verdes (RCV)	
	P. Rural		P. Religioso		P. Arquelógico		ÁREA (p/ freguesia) (calculada apenas para os corredores primários e espaços ajardinados) m² (Km²)	COMPRIMENTO (p/ freguesia abrangida) (calculado para todos os corredores exceto os espaços ajardinados) m (km)
	AE	RCV	AE	RCV	AE	RCV		
Barco	2	2	2	2	4	3	182 973,6 (0,2)	7 842,1 (7,8)
Caldelas	5	5	4	4	7	4	197 316,2 (0,2)	4 533,2 (4,5)
Ponte	10	5	4	4	5	4	366 097,5 (0,4)	5 193,4 (5,2)
P.S.E.	0	0	2	0	2	0	100 620,8 (0,1)	2 040,5 (2,0)
UF BSE e D	4	4	6	6	4	4	253 749,7 (0,3)	12 166,8 (12,1)
UF BSS e BSL	9	9	8	4	9	4	92 936,0 (0,09)	14 543,7 (14,5)
UF SSL e B	2	1	4	1	3	2	18 795,5 (0,02)	4 023,1 (4,0)
UF SSM, SSS e G	11	8	11	9	6	3	281 374,2 (0,3)	10 583,1 (10,6)
Total	43	34	41	30	40	24	Total (AE)	1 493 863,6 (1,5)
	AE		RCV				% RCV (Área de estudo= 49,6 Km ²)	3 %
	124		88					

De acordo com o Quadro 10, foram identificados, no total, 124 recursos patrimoniais, sendo possível proteger 88 através de uma RCV com 52,2 km de comprimento e ocupando uma área aproximada de 1,5 km², correspondendo a 3% da área de estudo. Estes cálculos podem ser consultados de forma mais detalhada no Quadro 18 que consta no Apêndice A, A.7.

A Peça nº 9 representa o Plano Geral da Rede de Corredores Verdes proposta, estando identificados, através de registo fotográfico, os principais elementos patrimoniais que se encontram integrados na mesma.



De acordo com Ahern (2002), os corredores verdes podem ser classificados em função da sua escala, objetivos, contexto de paisagem e estratégia de planeamento.

A tabela seguinte, pretende estabelecer uma classificação para os corredores verdes, com base na tipologia de classificação proposta por Ahern (2002):

Quadro 11: Classificação dos Corredores Verdes com base no sistema de classificação proposto por Ahern (Fonte: Ahern, 2002).

Tipologia	Escala	Objetivos	Contexto de Paisagem	Estratégia de Planeamento
Corredores Verdes Primários	1ª Ordem (1-100 km ²)	Proteção dos Recursos Históricos e Culturais através da sua interligação e acessibilidade Compatibilização dos recursos existentes com funções de recreação; Melhoria da qualidade paisagística; Proteção dos recursos hídricos; Manutenção e promoção da biodiversidade;	Rural (Agrícola e Florestal)	Oportunística , uma vez que se baseia em características especiais únicas existentes na paisagem que constituem uma oportunidade ao estabelecimento de corredores verdes; Protecionista , no sentido de manter e garantir a proteção de componentes naturais e culturais existentes ao longo dos corredores; Ofensiva , considerando que poderão ser necessárias intervenções em locais designados como zonas de conflito, de forma a restituir a continuidade e acessibilidade aos corredores e a regenerar espaços degradados devido à construção. Para além destas intervenções, acrescentam-se as intervenções mínimas necessárias à implementação dos corredores verdes.
Corredores Verdes Secundários em vias pavimentadas	1ª Ordem (1-100 km ²)	Proteção dos Recursos Históricos e Culturais através da sua interligação e acessibilidade; Compatibilização dos recursos existentes com funções recreativas; Melhoria da Qualidade paisagística; Melhoria, manutenção e promoção da qualidade ecológica e ambiental	Rural (Agrícola e Florestal)	Oportunística , baseando-se em características especiais únicas existentes na paisagem que constituem uma oportunidade única ao estabelecimento de corredores verdes; Levemente ofensiva , no sentido em que as vias existentes poderão sofrer intervenções de forma a corresponderem às condições necessárias à implementação dos corredores verdes.
Corredores Verdes Secundários em vias não pavimentadas	1ª Ordem (1-100 km ²)	Proteção dos Recursos Históricos e Culturais através da sua interligação e acessibilidade; Compatibilização dos recursos existentes com funções recreativas; Melhoria da qualidade paisagística; Manutenção e promoção da biodiversidade;	Rural (Agrícola e Florestal)	Oportunística , baseando-se em características especiais únicas existentes na paisagem que constituem uma oportunidade única ao estabelecimento de corredores verdes; Protecionista , no sentido de manter e garantir a proteção de componentes naturais e culturais existentes ao longo dos corredores, especialmente quando falamos de espaços agrícolas e florestais. Ofensiva no sentido da regeneração de espaços agrícolas ou florestais degradados e ao abandono, garantindo as condições necessárias ao estabelecimento dos corredores.

Corredores Verdes em Espaços Ajardinados	1ª Ordem (1-100 km ²)	Proteção dos Recursos Históricos e Culturais através da sua interligação e acessibilidade; Compatibilização dos recursos existentes com funções recreativas; Melhoria da Qualidade Paisagística; Melhoria, manutenção e promoção da qualidade ecológica e ambiental	Urbano	<p>Oportunística, uma vez que a sua existência permite restabelecer a ligação de um corredor verde primário, cuja continuidade é quebrada pelo espaço urbano.</p> <p>Levemente ofensiva, no sentido em que estes espaços poderão sofrer intervenções de forma a corresponderem às condições necessárias à implementação dos corredores verdes e garantia das acessibilidades.</p>
--	-----------------------------------	--	--------	---

III.4.4 Proposta de Medidas de Intervenção a aplicar às diferentes tipologias de Corredores Verdes

Corredores Verdes Primários:

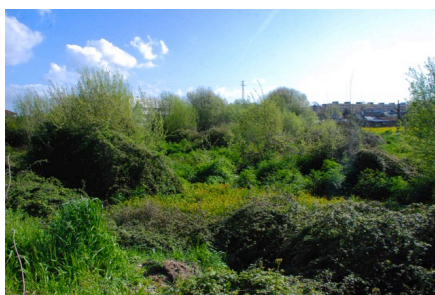


Figura 37: Ribeira da Canhota na periferia urbana de Caudelas, 2018.



Figura 38: Ribeira da Canhota na direção do Castro de Sabroso. Sande S. Lourenço, 2018.



Figura 39: A ribeira da Canhota no final do percurso. Caudelas, 2018.



Figura 40: Rio Febras e conjunto de moinhos. Briteiros São salvador, 2018.



Figura 41: Rio Febras coberto por vegetação infestante, Briteiros S. Salvador, 2018.



Figura 42: Rio Febras - zona de conflito Briteiros S. Salvador, 2018.



Figura 43: Rio Febras e caleira em granito. São Cláudio de Barco, 2018.



Figura 44: Rio Ave. São João de Ponte, 2018.



Figura 45: Rio Ave. Briteiros St. Estêvão, 2018.



Figura 46: Rio Ave visto da Ponte de Donim, 2018.



Figura 47: Rio Ave. Souto Santa Maria, 2018.



Figura 48: Rio Ave, Caldelas, 2018.

- Estabelecer acessos destinados a pedestres e bicicletas, de forma a não impermeabilizar o solo e de modo a garantir a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida;
- Limpeza e manutenção das margens dos cursos de água, removendo a vegetação infestante e plantando novas espécies de vegetação característica deste tipo de paisagem;
- Regeneração de espaços degradados pela construção;
- Recuperação (quando necessário) e valorização dos recursos patrimoniais existentes, proporcionando a sua acessibilidade à população;
- Incorporação dos espaços recreativos e de lazer existentes e valorização de espaços com potencial recreativo e de lazer;
- Integração de atividades ligadas ao turismo de natureza e ações de interpretação da paisagem e dos elementos patrimoniais existentes;
- Incorporação de sinalética apropriada ao espaço com indicações orientativas dos percursos e de divulgação e promoção das componentes de valor ecológico, paisagístico e cultural.

Corredores Verdes Secundários em Vias Pavimentadas:



Figura 49: Via de ligação entre o jardim da Igreja Paroquial de Caldelas e a ribeira da Canhota. Caldelas, 2018.



Figura 50: Via pavimentada junto à ponte sobre o rio Ave. Briteiros Sto Estêvão, 2018.
Pormenor: oratório à esquerda



Figura 51: Via pavimentada sobre a Ponte de Donim. Donim, 2018.
Pormenor: cruzeiro à esquerda e azenha à direita.



Figura 52: Travessa de ligação junto à Ponte de Campelos do rio Ave. São João de Ponte (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).



Figura 53: Via pavimentada sobre a ponte que liga as freguesias de Prazins (Santa Eufémia) e Barco, 2018.



Figura 54: Via pavimentada de ligação entre a Capela do Espírito Santo (IIP) e o Castro de Sabroso (MN). Sande S. Lourenço (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).



Figura 55: Via pavimentada de ligação à Capela dos Anjos. Souto Santa Maria, 2018.
Pormenor: Casal de Soutelinho à esquerda.



Figura 56: Via pavimentada (direita) de ligação ao Mosteiro de Souto. Souto S. Salvador, 2018.
Pormenor: Cruzeiro de Granito Brasonado (IIP).



Figura 57: Via de ligação ao Mosteiro de Souto. Souto S. Salvador, 2018.



Figura 58: Via pavimentada de ligação à Igreja de Briteiros S. Salvador. Briteiros S. Salvador (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).
Pormenor: Entrada da Quinta do Paço à direita.



Figura 59: Via pavimentada de ligação à Citânia de Briteiros. Briteiros S. Salvador, 2018.
Pormenor: Procissão de São Romão.



Figura 60: Via pavimentada que atravessa o rio Febras. São Cláudio de Barco (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).

- Adaptação das vias a pedestres e bicicletas, separando-os da zona de circulação automóvel com barreiras de vegetação, nos casos em que as vias possuam largura suficiente. Nos casos em que a largura das vias não seja suficiente, os acessos devem ser compatibilizados com a circulação automóvel, criando medidas de restrição de velocidade;
- Garantir a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida;
- Incorporação de corredores de vegetação ao longo das vias, de forma a não obstruir as vistas de grande qualidade cénica e de forma a manter uma relação visual com os recursos patrimoniais existentes;
- Recuperação (quando necessário) e promoção dos recursos patrimoniais existentes, proporcionando a sua acessibilidade à população;

- Incorporação de sinalética apropriada ao espaço com indicações orientativas dos percursos e de divulgação e promoção de componentes de valor ecológico, paisagístico e cultural.

Corredores Verdes Secundários em Vias Não Pavimentadas:



Figura 61: Via de Ligação não pavimentada na zona de interseção com a Ribeira da Canhota. Sande S. Lourenço, 2018.



Figura 62: Caminho de ligação entre a ribeira da Canhota e a Igreja Velha. Caldelas, 2018.



Figura 63: Interface entre uma via pavimentada e o caminho florestal de acesso ao Castro de Sabroso. Sande S. Lourenço, 2018.



Figura 64: Caminho florestal de acesso ao Castro de Sabroso. Sande S. Lourenço, 2018.



Figura 65: Caminho murado não pavimentado. Briteiros S. Salvador, 2018.



Figura 66: Caminho integrado no percurso pedestre da Rota da Ciitânia (PR2).



Figura 67: Passagem sobre o rio Febras. Briteiros S. Salvador, 2018. Pormenor: ponte em pedra destruída.

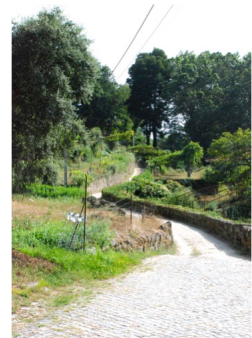


Figura 68: Caminho murado não pavimentado com acesso ao rio Febras. Briteiros S. Salvador, 2018.



Figura 69: Caminho não pavimentado com acesso à Citânia de Briteiros. Briteiros S. Salvador, 2018.



Figura 70: Interface entre caminho não pavimentado e via pavimentada com acesso à Capela do Espírito Santo (IIP). Sande S. Lourenço, 2018.



Figura 71: Caminho de acesso ao rio Febras ao longo do curso de uma antiga *Levada*. Briteiros S. Salvador, 2018.



Figura 72: Caminho de ligação entre a Citânia de Briteiros e os moinhos de Portuguediz (fronteira Guimarães - Braga) Briteiros S. Salvador, 2018. Pormenor: "Caminhada dos Moinhos" organizada pela Associação dos moinhos dos rios Torto e Febras.

- Estabelecer acessos destinados a pedestres e, sempre que possível, a bicicletas, de forma a não impermeabilizar o solo;
- Garantir, sempre que possível, a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida;
- Regeneração de espaços degradados ou em risco, especialmente nas zonas florestais;
- Recuperação (quando necessário) e promoção dos recursos patrimoniais existentes, proporcionando a sua acessibilidade à população;
- Limpeza e manutenção das zonas adjacentes aos caminhos, removendo a vegetação infestante e plantando novas espécies de vegetação característica do tipo de paisagem;
- Integração de atividades ligadas ao turismo da natureza e ações de interpretação da paisagem e dos elementos patrimoniais existentes;
- Incorporação de sinalética apropriada ao espaço com indicações orientativas dos percursos e de divulgação e promoção das componentes de valor ecológico, paisagístico e cultural.

Corredores Verdes em Espaços Ajardinados:

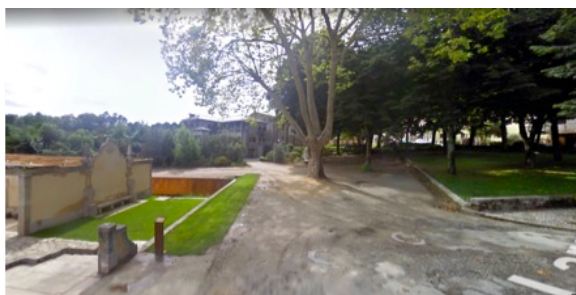


Figura 73: Espaço ajardinado junto aos Banhos Velhos e à ribeira da Canhota, na zona de interface com o centro urbano de Caldelas (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).



Figura 74: Jardim Público de Caldelas (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).



Figura 75: Jardim Público de Caldelas (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).



Figura 76: Jardim Público de Caldelas (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).

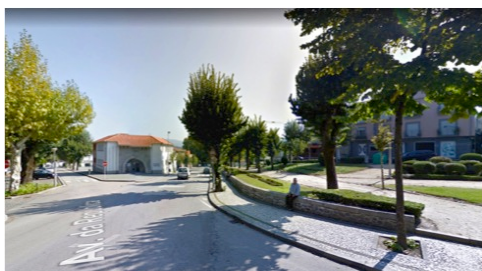


Figura 77: Jardim Público de Caldelas e ligação à Igreja Paroquial (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).



Figura 78: Igreja Paroquial de Caldelas e espaço ajardinado que envolve a Ara de Trajano (MN), 2018.



Figura 79: Espaço ajardinado junto à Igreja de Caldelas com ligação à ribeira da Canhota através de via pavimentada - ver Figura 48 (Fonte: Captura de foto de 2014. Google Maps, 2018).

- Reabilitação e adaptação dos espaços ajardinados, criando acessos que permitam a circulação de bicicletas e de pessoas com mobilidade reduzida;
- Recuperação (quando necessário) e promoção dos recursos patrimoniais existentes, proporcionando a sua acessibilidade à população;
- Incorporação de sinalética apropriada ao espaço com indicações orientativas dos percursos e de divulgação e promoção de componentes de valor ecológico, paisagístico e cultural.

Capítulo IV. Conclusão

O património histórico e cultural assume-se como uma componente de grande importância quando falamos de memória e de paisagem. É um bem que pertence a todos e por todos deve ser estimado. A salvaguarda do património não se deve resumir apenas a formas legais de proteção do mesmo, considerando que nem todos os recursos patrimoniais podem ser classificados e, mesmo que o sejam, grande parte deles ficam esquecidos e desprovidos de dinâmicas que lhes garantam a valorização real que os mesmos merecem. A proteção do património deve ir além disso, devendo ser encarada como necessidade urgente nas ações de planeamento do território, pensadas de forma a permitirem aplicações mais concretas de projetos que promovam a sua inclusão e a sua valorização. Através deste trabalho, foi possível comprovar que os recursos da paisagem, onde se incluem os recursos patrimoniais, tendem a assumir padrões específicos de distribuição que coincidem, na maioria das vezes, com corredores naturais, de grande importância ecológica, existentes na mesma. Esses padrões de distribuição representam uma oportunidade à criação de corredores verdes como estratégia flexível e integradora na proteção dos recursos patrimoniais, garantindo a sua conexão.

Os corredores verdes constituem, desta forma, uma estratégia de planeamento eficaz na proteção do património histórico e cultural, quando esse mesmo objetivo é conjugado de forma sinérgica com outros usos e funções, que englobam a proteção dos recursos ecológicos, a proteção e valorização da qualidade paisagística e a melhoria qualidade de vida das populações.

Os corredores verdes permitem a integração e proteção de um elevado número de elementos patrimoniais diversificados, distribuídos por todo o território, através de uma abordagem única e agregadora. Esta abordagem passa, assim, a assumir a importância e a representação de um todo.

Os benefícios estratégicos ligados aos corredores verdes, traduzem-se na eficiência espacial, suporte político e conectividade (Ahern, 2002). Uma rede de corredores verdes como estratégia para a integração e salvaguarda do património histórico e cultural permite integrar de forma estratégica o património na paisagem, possibilitando a sua conexão num todo e ocupando o mínimo de área possível. Considerando a multifuncionalidade que deve estar presente nos objetivos dos corredores verdes, o facto de estes poderem beneficiar vários interessados, contribui para a mais fácil aceitação dos mesmos por parte dos órgãos regentes e também por parte da população. Os benefícios poderão ainda traduzir-se ao nível económico, através do aumento da atração turística e do valor dos imóveis situados nas proximidades do corredor. O contacto mais direto das populações com os espaços de produção, agrícolas e florestais, também poderá gerar maior interesse por parte das mesmas e resultar num incremento da economia local.

Após efectuar a Análise Espacial de Recursos da área de estudo, pertencente ao Concelho de Guimarães, foi possível verificar a existência de uma grande quantidade e variedade de recursos patrimoniais, assim como, a sua coocorrência com recursos de elevado valor ecológico, recreativo e paisagístico.

Considerando a elevada quantidade de recursos patrimoniais, de forma a facilitar a sua caracterização e a sua representação cartográfica, foi feita a sua subdivisão em património rural, património religioso e património arqueológico, sendo estas, as tipologias mais frequentes no território e não descurando o facto de as mesmas estarem associadas entre si.

Ao todo, foram identificados 124 elementos patrimoniais numa área de 49,6 km², dos quais, seis se encontram classificados e, ainda, seis percursos de interesse cultural, onde se integram cinco rotas de procissões e a rota da Citânia (PR2).

Através da sobreposição da cartografia referente ao levantamento dos recursos patrimoniais, ecológicos e recreativos e paisagísticos, obteve-se a Carta Síntese, que serviu o propósito de análise das principais zonas onde os recursos da paisagem se concentram, assim como, o seu padrão de distribuição. Foram, assim, definidos, através da identificação das Zonas Primárias de Concentração de Recursos, os Corredores Primários Estruturais que representam a "espinha dorsal" da rede de corredores verdes, assente em corredores naturais existentes na paisagem, e que correspondem ao rio Ave, ao rio Febras e à ribeira da Canhota. Estes três corredores ocupam, no total, uma área de 1 482 577,2 m² (aprox. 1,5 km²) e possuem um comprimento de 23 614,6 m (23,6 km).

Após definida a base estrutural da rede, foram definidos os Corredores Secundários de Ligação com base nas oito Zonas Secundárias de Concentração de Recursos identificadas. Estes corredores assentam na estrutura viária existente e fazem a interligação entre elementos patrimoniais e entre os corredores primários, garantindo a consolidação da rede. Os corredores secundários foram caracterizados em três tipologias: Corredores em Vias Pavimentadas, Corredores em Vias Não Pavimentadas e Corredores em Espaços Ajardinados. A área destes corredores foi calculada apenas para os espaços ajardinados (considerando que os restantes corredores se encontram limitados, na sua maioria, à estrutura viária existente) apresentando um total de 11 286,4 m² (0,01 km²). O comprimento total dos corredores secundários calculado, corresponde a 28 629,0 m (29,0 km).

Desta forma, foi possível concluir que verificação da hipótese que defende a coocorrência dos recursos ao longo de corredores lineares existentes na paisagem conduziu a resultados positivos, permitindo aplicar a estratégia da Rede de Corredores Verdes com sucesso e de modo a beneficiar o máximo de recursos possível (aprox. 71% dos recursos identificados).

Aplicando o sistema de classificação proposto por Ahern (2002), considerou-se esta estratégia de intervenção de carácter maioritariamente oportunístico, uma vez que tirou proveito de condições únicas e especiais, tais como, o facto de os recursos patrimoniais estarem maioritariamente distribuídos ao longo de corredores existentes na paisagem ou concentrados em determinados locais, e ainda o facto de estes mesmos recursos coocorrerem, na sua maioria, com recursos de elevado valor ecológico, recreativo e paisagístico. Estas condições constituíram, por si mesmas, uma oportunidade à criação de uma rede de corredores verdes com o objetivo de integrar e salvaguardar o património.

Dos 124 elementos patrimoniais identificados na área de estudo, foi possível integrar e proteger 88 desses elementos, através de uma Rede de Corredores Verdes com uma área estimada de 1 493 863,6 m² (aprox. 1,5 km²), correspondente a 3% da área de estudo, e um comprimento total de 52 243,6 m (52,2 km), constituindo, estes valores, uma prova da eficiência espacial como vantagem estratégica associada aos corredores verdes.

Referências Bibliográficas

- Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (ADRAVE) (Ed.). (2002). *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro* (ADRAVE). Santa Maria da Feira: Rainho&Neves, Lda.
- Ahern, J. F. (2002). *Greenways as Strategic Landscape Planning: Theory and Application*. The Netherlands. Obtido de https://works.bepress.com/ahern_jack/7/ (Consultado a 15-08-2018).
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA). (sem data). Domínio Público Hídrico (DPH). Obtido de <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=1076> (Consultado a 15-08-2018).
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA). (2014, Setembro). Guia de apoio sobre a titularidade dos Recursos Hídricos. APA - Divulgação > Publicações > Guias e Manuais. Obtido de <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=19&subref=139&sub2ref=693> (Consultado a 15-08-18)
- Aviso nº 6936/2015. D.R. II Série. 119 (15-06-22). 16682-16706. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/67552267> (Consultado a 17-08-2018).
- Azeredo, A. (2011). *GUIMARÃES: Património Cultural da Humanidade* (Capital Europeia da Cultura. 3ª Edição). Porto: Caminhos Romanos.
- Barroso, P. (2004). *ROMARIAS DE GUIMARÃES património simbólico, religioso e popular* (Universidade do Minho). Guimarães: Diário do Minho.
- Cabral, F. C. (1993). *Fundamentos da Arquitectura Paisagista* (Instituto da Conservação da Natureza). Lisboa: Gráfica Europam.
- Cachada, A. (2006). *CALDELAS. Das origens ao final do século XIX. Caldas das Taipas. Monografia e Roteiro Turístico*. (Junta de Freguesia com colaboração da Inovação à Leitura). Guimarães: Ideal - Artes Gráficas.
- Câmara Municipal de Guimarães (CMG). (1993). *PDM Guimarães*. Guimarães.
- Câmara Municipal de Guimarães (CMG). (sem data a). Agenda 21 Local | Câmara Municipal de Guimarães. Obtido de <https://www.cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/document/file/13652/biodiversidade.pdf> (Consultado a 15-08-2018)
- Câmara Municipal de Guimarães (CMG) . (sem data b). Guimarães - Percursos Pedestres. PR2 Rota da Citânia. Obtido de: http://www.walkingportugal.com/z_distritos_portugal/Braga/Guimaraes/GMR_PR2_Rota_da_Citania.html (Consultado a: 21-09-2018)
- Câmara Municipal de Guimarães (CMG) . (sem data c). *PDM Guimarães. Relatório do Plano (Versão Preliminar)*. Obtido de <https://www.cm-guimaraes.pt/uploads/document/file/1312/28885.pdf> (Consultado a: 22-08-2018).

- Câmara Municipal de Guimarães (CMG) . (sem data d). *pdm guimarães. relatório*. Guimarães. Obtido de http://www.cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/document/file/6183/1_Relat_rio_do_plano.pdf (Consultado a: 16-08-2018).
- Câmara Municipal de Guimarães (CMG) . (sem data e). Relatório da Carta Arqueológica. Obtido de https://www.cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/document/file/9674/n_Relat_rio_da_Carta_Arqueol_gica.pdf (Consultado a 31-08-18).
- Câmara Municipal de Lisboa (CML). (sem data). Corredor Verde de Monsanto. Obtido de <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/monsanto> (Consultado a 28-08-2018)
- Cancela d'Abreu, A., Correia, T. P., & Oliveira, R. (2004). *Contributos para a Identificação E Caracterização da Paisagem Em Portugal Continental. Grupos de Unidades de Paisagem. A (Entre Douro e Minho) e E (Douro)*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Vol. II. Lisboa.
- Cardoso, D. (2015). *A Arte Atlântica do Monte de S. Romão (Guimarães) no Contexto da Arte Rupestre Pós-paleolítica da Bacia do Ave – Noroeste Português* (Tese de Doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real. Obtido de http://www.academia.edu/32488566/A_arte_atl%C3%A2ntica_do_Monte_de_S._Rom%C3%A3o_Guimar%C3%A3es_no_contexto_da_arte_rupestre_p%C3%B3s-paleol%C3%ADtica_da_Bacia_do_Ave_Noroeste_Portugu%C3%AAs (Consultado a: 21-09-2018).
- Carvalho, P. (2005, 2006). (PDF) Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/300581092_Patrimonio_cultural_ordenamento_e_desenvolvimento_uma_nova_visao_e_valorizacao_do_territorio (Consultado a 28-08-2018)
- Comissão de Coordenação e Dinamização da Biblioteca Pública da Fundação Calouste Gulbenkian (CCDBPFCG). (1985). *Guimarães, Do passado E Do Presente*. Câmara Municipal de Guimarães.
- Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais. (2008). Carta dos Itinerários Culturais. ICOMOS. Obtido de <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/documentos.html> (Consultado a 19-09-2018).
- CRJA-IBI Group. (sem data). Battle Road Trail, Minute Man National Historic Park . Obtido de <http://crja.com/project/battle-road-trail/> (Consultado a 29-08-18)
- Cruz, G. (2017, Junho 8). Os moinhos dos rios Torto e Febras - reflexo. Obtido de: <https://reflexodigital.com/os-moinhos-dos-rios-torto-febras/> (Consultado a 17-01-2018).
- Decreto nº 4/2005. D.R. I Série A. 31 (2005-02-14) 1017-1028. Obtido de http://www.dgterritorio.pt/static/repository/2015-05/2015-05-18144130_ec7b8803-b0f2-4404-b003-

8fb407da00ca\$\$\$DD45AEBE-810E-4DAD-9FB4-80313412AED7\$\$\$376A3A29-26D5-4344-9648-66D04B8F9BA5\$\$\$file_src\$\$\$1.pdf (Consultado a 27-08-2018).

Decreto nº 20:985. *D.G. I Série.* 56 (1932-03-07). 431-436. Obtido de <https://dre.pt/application/file/522951> (Consultado a 28-08-18).

Decreto-Lei nº 73/2009. *D.R. I Série.* 63 (2009-03-31) 1988-2000 Obtido de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/603209/details/maximized> (Consultado a 19/09/2018).

Decreto-Lei nº 166/2008. *D.R. I Série.* 162 (2008-08-22) 5865-5884 Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/453518/details/maximized> (Consultado a 19/09/2018).

Decreto-Lei nº 309/2009. *D.R. I Série.* 206 (2009-10-23) 7975-7987 Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/483153/details/maximized> (Consultado a 20/09/2018).

Decreto-Lei nº 380/99. *D.R. I Série A.* 222 (99-09-22). 6590-6622. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/559019> (Consultado a 20/08/2018).

Decreto-Lei nº 468/71. *D.G. I Série.* 260 (71-11-05). 1674-1680. Obtido de <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1971/11/26000/16741680.pdf> (Consultado a 15/08/2018).

Decreto Regulamentar nº17/2007. *D.R. I Série.* 62 (07-03-28). 1809-1827. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/520238> (Consultado a 15-08-2018).

Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). (2009). *Guia de Observação do Património Rural* (Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural). Lisboa. Obtido de http://www.dgadr.gov.pt/images/docs/div_meiorural/i010464.pdf (Consultado a 10-01-18).

Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). (1994). *Cruzeiro de Careta / Cruzeiro de São Salvador de Souto*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Forte de Sacavém. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=371 (Consultado a 31-08-2018).

Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). (1994, 1996). *Capela do Espírito Santo*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Forte de Sacavém. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1912 (Consultado a 31-08-2018).

Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). (2001, 2016). *Pesquisar o Inventário do Património Arquitectónico*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico - Forte de Sacavém. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2 (Consultado a 31-08-2018).

Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). (2002). *Mosteiro de São Salvador do Souto / Igreja Paroquial de São Salvador do Souto / Igreja do Divino Salvador*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Forte de Sacavém. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2 (consultado a 06-10-2018).

- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). (2006). Mercado das Caldas das Taipas. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Forte de Sacavém. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=24810 (consultado a 06-10-2018).
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). (2018). Pesquisa de Sítios Arqueológicos. Portal do Arqueólogo. Obtido de <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios> (Consultado a 31-08-2018).
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). (sem data). Pesquisa de Património Classificado ou em Vias de Classificação. Pesquisa Geral. Direcção Geral do Catrimónio Cultural Obtido de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/> (consultado a 19-09-2018).
- Direcção-Geral do Território (DGT). (2018). *Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2015 – (COS2015v1.0)*. COS2015v1.0 - PT119_Ave. Direcção Geral do Território (DGT). Obtido de http://mapas.dgterritorio.pt/inspire/atom/CDG_COS2015v1_Continente_Atom.xml (Consultado a 19-09-2018).
- Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF). (2006). PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO BAIXO MINHO. Obtido de <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/baix-minh> (Consultado a 21-08-18).
- Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (DRAEDM), Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF), & Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD). (2006). Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo-Minho. Proposta de Plano. Obtido de: <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/baix-minh> (Consultado a 21-08-18).
- Direnor (2012). *A Nossa Terra – Guimarães, Freguesias* (DIRENOR – Comunicação, Estudos, Consultoria e Divulgação Regional, Lda).
- Fernandes, C., Richards, G., & Rebelo, M. (2018). O Turismo Religioso no Norte de Portugal: Avaliação do seu Potencial de Desenvolvimento. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 0(9), 45–62. Obtido de <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/8496/6879> (Consultado a 15-08-2018).
- Ferreira, J. C. (2010). *Estrutura Ecológica e Corredores Verdes – Estratégias Territoriais para um futuro urbano sustentável*. Pluris. Obtido de <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper267.pdf> (Consultado a 15-08-2018).
- Ferreira, J. C., & Machado, J. R. (2010). Infra-estruturas verdes para um futuro urbano sustentável. O contributo da estrutura ecológica e dos corredores verdes. *Revista LABVERDE*, (1), 69–90. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.v0i1p69-90> Obtido de <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.v0i1p69-90> (Consultado a 21-08-18)

- Google Maps. (2018). Concelho de Guimarães. Obtido de <https://www.google.com/maps/search/Concelho+de+Guimar%C3%AAs/@41.5214541,-8.339612,5424m/data=!3m2!1e3!4b1> (Consultado a 03-10-2018)
- Hellmund, P., & Smith, D. (2006). *Designing Greenways. Sustainable Landscapes for Nature and People*. Washington DC: Island Press.
- Igogo. (sem data). Cruzeiro de Ponte em Guimarães. Obtido de <https://www.igogo.pt/cruzeiro-de-ponte/> (Consultado a 06-10-2018).
- Infopédia. (2003-2018). Definição ou significado de Património no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Obtido de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/Patrim%C3%B3nio> (consultado a 28-08-2018).
- International Committee for the Management of Archaeologic Heritage (ICAHM). (1990). Carta Sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico (1990). ICOMOS. Obtido de <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-do-patrimonio-arqueologico.pdf> (Consultado a 20-09-18).
- Jongman, R., & Pungetti, G. (2004). *Ecological Networks and Greenways. Concept, Design, implementation*. (Cambridge Studies in Landscape Ecology). Cambridge: University Press.
- Junta de Freguesia de Ponte. (sem data). historia [Junta de Freguesia de Ponte]. Obtido de <https://jfponte.pt/historia/> (Consultado a 16-10-2018)
- Lei nº 11/87. D.R. I Série. 81 (87-04-07) 1386 – 1397 Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/666148> (Consultado a 21-08-2018).
- Lei nº 13/85. D.R. I Série. 153 (85-07-06) 1865-1874 Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/182874> (Consultado a 27-08-2018).
- Lei nº 31/2016. D.R. I Série. 161 (2016-08-23) 2834-2841. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/75170439> (Consultado a 19/08/2018).
- Lei nº 34/2014. D.R. I Série. 116 (2014-06-19) 3158-3160. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/25676901> (Consultado a 19/08/2018).
- Lei nº 54/2005. D.R. I Série A. 219 (2005-11-15) 6520-6525. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/583983> (Consultado a 15/08/2018).
- Lei nº 107/2001. D.R. I Série A. 209. (01-09-08) 5808-5829. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/629790> (Consultado a 20/08/2018).
- Leitão, M., Cortez, N., & Pena, S. B. (2013). Valor Ecológico do Solo de Portugal Continental. LEAF/ISA/ULisboa. Obtido de <http://epic-webgis-portugal.isa.utl.pt/> (Consultado a 19-09-2018).
- Magalhães, M. (2007). *Estrutura Ecológica Da Paisagem: Conceitos e Delimitação – escalas regional e municipal*. ISAPress.

- Mais Guimaraes. (2016, Setembro 20). CASA DE AGRELOS. Obtido de <https://maisguimaraes.pt/casa-dos-agrelos/> (Consultado a 06-10-2018).
- Martins, A. (2010). *A Protecção Do Património Arqueológico: Proteger o Quê, Como e Porquê Reflexões a Partir Do Direito Do Património Cultural e do Ambiente* (Curso de Pós-Graduação em Direito da Cultura e do Património Cultural). Faculdade de Direito de Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, Lisboa. Obtido de <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/663-1094.pdf> (Consultado a 18-09-18)
- Município de Guimarães. (sem data a). Freguesias | Câmara Municipal de Guimarães. Obtido de <https://www.cm-guimaraes.pt/pages/844> (Consultado a 23-08-2018).
- Município de Guimarães. (sem data b). Município | Câmara Municipal de Guimarães. Obtido de <https://www.cm-guimaraes.pt/pages/646> (Consultado a 15-08-2018).
- Município de Guimarães. (sem data c). Plataforma WEBSIG Municipal - Consulta dos PMOT. Obtido de <http://sig.cm-guimaraes.pt/websig/v5/portal2/public/index.php?par=guimaraes&module=pdm> (Consultado a 20-09-2018)
- National Park Service. (2018). Plan Your Visit - Minute Man National Historical Park (U.S. National Park Service). Obtido de <https://www.nps.gov/mima/planyourvisit/index.htm> (Consultado a 28-08-2018). (Consultado a 28-08-2018).
- Neves, A. A. (2018, Fevereiro 15). Memórias Paroquiais de 1758: São Cláudio do Barco. Memórias de Araduca. Obtido de <http://araduca.blogspot.com/2018/02/memorias-paroquiais-de-1758-sao-claudio.html> (Consultado a 16-10-2018)
- Oliveira, A. J. (2015, Novembro 12). O centenário da Igreja Matriz das Taipas [reflexo]. Obtido de <https://reflexodigital.com/Ocenten/> (Consultado a 06-10-2018).
- Oliveira, E., Galhano, F., & Benjamim, P. (1983). *Tecnologia Tradicional Portuguesa: Sistemas de Moagem*. Lisboa: INIC.
- Palma, E. (2001). As Leis do património. Evolução histórica das leis do património arquitectónico. *Pedra&Cal*, (12), 37. Obtido de http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev12_Art11.pdf (Consultado a 28-08-2018)
- Público. (2007, Outubro 3). Plano Verde de Ribeiro Telles aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal. Obtido de <https://www.publico.pt/2007/10/03/ciencia/noticia/plano-verde-de-ribeiro-telles-aprovado-por-unanimidade-na-assembleia-municipal-1306424> (Consultado a 28-08-2018)
- Ramalhete, F., Marques, L., Leitão, N., Pedro Costa, Saudade Pontes, & Gary, S. (2007). *Corredores Verdes. Conceitos base e algumas Propostas para a Área Metropolitana de Lisboa* (GEOTA-Grupo de Estudos de Ordenamento do território e Ambiente). Graticampo. Obtido de <https://nospedalamos.files.wordpress.com/2009/04/corredores-verdes-para-a-aml.pdf> (Consultado a 20-09-18)

- Redacção. (2015, Abril 19). Guimarães: Novo PDM reduz área de construção - Correio do Minho. Obtido de <https://correiodominho.pt/noticias/guimaraes-novo-pdm-reduz-area-de-construcao/86041> (Consultado a 17-08-2018).
- Redacção/CPS. (2007, Maio 3). Fé rende 500 milhões. tvi24. Obtido de <https://tvi24.iol.pt/santuarios/dinheiro/fe-rende-500-milhoes> (Consultado a 03-01-2018)
- Ribeiro, L. P. (1998). *The Cultural Landscape and The Uniqueness of Place: A Greenway Heritage Network For Landscape Conservation of Lisbon Metropolitan Area* (Doctoral Thesis). University of Massachusetts, Department of Landscape Architecture and Regional Planning, Amherst.
- Ribeiro, O. (1998). *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de Relações Geográficas* (7ª Edição). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Silva, H. O. (2004). *CAPELAS, CRUZEIROS E CLAMORES NO ARCEBISPADO DE GUIMARÃES E VIZELA*. Guimarães: Diário do Minho.
- Sociedade Martins Sarmento. (1998). *Revista de Guimarães* (Sociedade Martins Sarmento, Vol. nº 108). Guimarães: Gráfica Covense.
- SOS Moinhos. *Património*. (sem data). (recorte de revista sem referências)
- Telles, G. R. (2003). *A Utopia e os Pés Na Terra* (Instituto Português de Museus).
- Timóteo, M. I. (2015). *Corredores Verdes como Estratégia de Valorização da Paisagem e Recreio Público: Caso Prático do Ramal Ferroviário de Aljustrel* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- Torres, J. A. M. R. (1988). *S. João de Ponte. Notas Históricas e Comentários. Guimarães*. Braga: Gráfica de S. Vicente, L.da.
- União das Freguesias. *Património*. (sem data). Obtido de <http://www.uf-ssmsssg.pt/uniao-das-freguesias/souto-sta-maria/patrimonio> (Consultado a 06-10-2018).
- Universidade do Minho. (2014). *Património Geológico de Portugal. Inventário de geossítios de relevância nacional*. Penha-Guimarães. Obtido de <http://geossitios.progeo.pt/geositecontent.php?menuID=&geositeID=1005> (Consultado a 20-08-2018).
- U. S. Geological Survey (USGS). (sem data). Shuttle Radar Topography Mission (SRTM) 1 Arc-Second Global. U.S. Geological Survey (USGS). Obtido de <https://lta.cr.usgs.gov/SRTM1Arc> (Consultado a 19-09-2018).
- Visitar Portugal. (2018). Guimarães (Concelho) - Visitar Portugal. Obtido de <https://www.visitarportugal.pt/distritos/d-braga/c-guimaraes?t=informacoes> (Consultado a 15-08-2018).

Outra Bibliografia Consultada:

- Ahern, J., Leduc, E., & York, M. (2006). *Biodiversity Planning and Design: Sustainable Practices* (Landscape Architecture Foundation). Island Press.
- Austin, G. (2014). *Green Infrastructure for Landscape Planning: Integrating Human and Natural Systems*. Routledge.
- Barranha, H. (2016). *Património Cultural, Conceitos e Critérios Fundamentais* (1^a). Lisboa: IST Press e ICOMOS-Portugal. Obtido de <http://istpress.tecnico.ulisboa.pt/files/E-book-patrimonio.pdf> (Consultado a 06-10-2018).
- Benedict, M., & McMahon, E. (2006). *Green Infrastructure: Linking Landscapes and Communities*. Island Press.
- Comissão Científica 30 Anos APAP. (2006). *CONGRESSO 30 ANOS APAP: A Paisagem da Democracia* (APAP). Lisboa.
- Czechowski, D. H., & Hausladen, G. (2015). *REVISING GREEN INFRASTRUCTURE: Concepts Between Nature and Design*. Boca Raton: CRC Press. Taylor&Francis Group.
- DCH – DIVISÃO DO CENTRO HISTÓRICO. (sem data). *Guimarães Cidade De Património: Património Classificado do Concelho de Guimarães*.
- Dieterich, M., & Straaten, J. (2004). *Cultural Landscapes and Land Use: The Nature Conservation – Society Interface*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (DRAEDM), Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF), & Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD). (2006). *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo-Minho. Bases de Ordenamento*. Obtido de <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/baix-minh> (Consultado a 21-08-18)
- Espada, P. M. (2004). *O Património Molinológico: O Caso dos «Moinhos dos Rios Torto e Febras» - S. Salvador de Briteiros* (Pós-Graduação em Gestão do Património Cultural). Universidade Católica Portuguesa, Porto.
- Fabos, J. G., & Caswell, S. J. (1977). *Composite Landscape Assessment: Assessment Procedures for Special Resources, Hazards and Development Suitability; Part II of the Metropolitan Landscape Planning Model (METLAND)* (Research Bulletin Number 637, Massachusetts Agricultural Experiment Station). University of Massachusetts at Amherst.
- Fabos, J. (1995). *Introduction and overview: the greenway movement, uses and potentials of greenways* (Landscape and Urban Planning 33). Elsevier, USA.
- Ferro, M. (2004). *Percursos e Património na Percepção da Paisagem* (Relatório de Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista). Instituto Superior de Agronomia, UTL, Lisboa.
- Gomes, J. (2016). *Proposta de Corredor Verde Ciclável da Cidade de Guimarães* (Dissertação de Mestrado em Arquitectura Paisagista). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

- Hellmund, P., & Smith, D. (2006). *Designing Greenways: Sustainable Landscapes for Nature and People*. Washington DC: Island Press.
- Howard, P., Thompson, I., & Waterton, E. (2013). *The Routledge companion to Landscape Studies* (Routledge). New York.
- Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Ed.). (1993). *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado* (Vol. I). Lisboa.
- Jongman, R., & Kristiansen, I. (2001). *Natural and Regional Approaches for Ecological Networks in Europe* (Nature and environment, n. 110, Council of Europe Publishing).
- Lei nº 19/2014. *D.R. I Série*. 73 (14-04-14) Obtido de https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107738403/201808212003/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice (Consultado a 21/08/2018)
- Lei nº 33/1996. *D.R. I Série A*. 190 (1996-08-17) 2568-2573. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/406293> (Consultado a 27/08/2018).
- Lino, A. (1984). *Monografia de Guimarães e seu Termo* (Instituto Fontes Pereira de Melo). Lisboa.
- Lozny, L. (2006). *Landscapes Under Pressure: Theory and Practice of Cultural Heritage Research and Preservation*. New York: Springer.
- Magalhães, M. (2001). *A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Partidário, M. (1999). *Introdução ao Ordenamento do Território* (Universidade Aberta).
- Sarmiento, J., & Mourão, S. (2001). *A Pista de Cicloturismo Guimarães-Fafe: Oportunidade Perdida para a criação de um Corredor Verde?* (Universidade do Minho). Guimarães.

Apêndices

Apêndice A

A.1 Inventário do Património Rural

Quadro 12: Inventário do Património Rural (Fontes consultadas: Direção-Geral do Património Cultural [DGPC], 2001-2016 e Carta do Património Edificado - PDM).

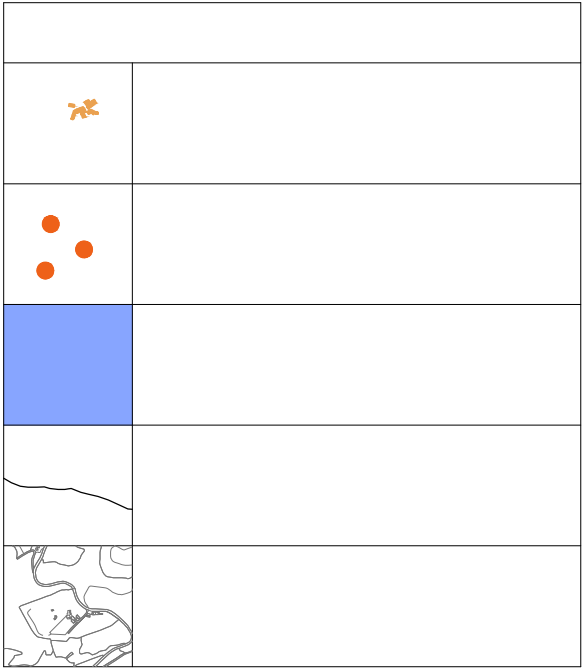
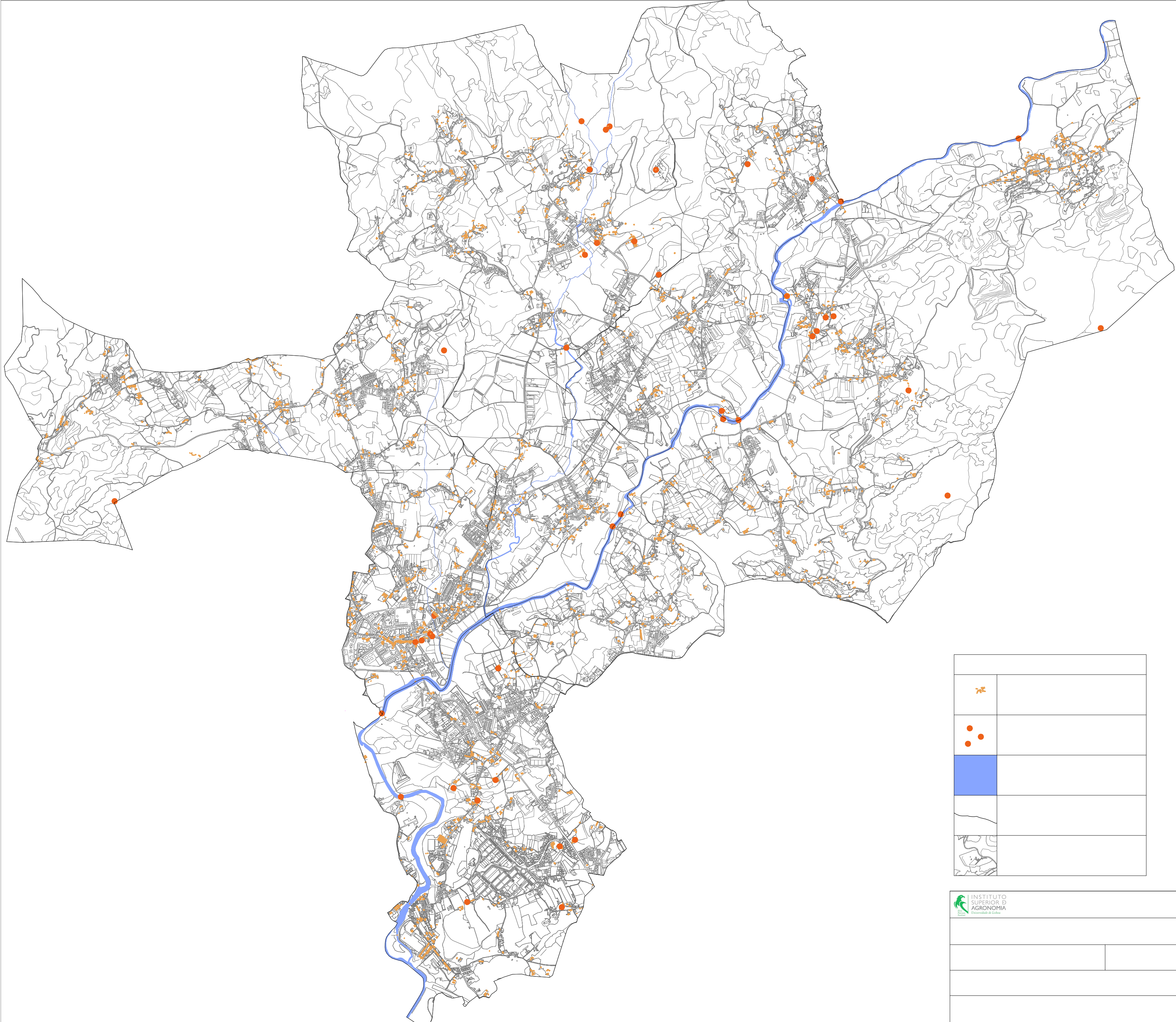
Designação	Cod.	Data	IPA	Identificado no PDM	Freguesia	Observações
Ponte	B1 *	-	-	✓	Barco	Pontilhão em granito marcando a fronteira entre as freguesias de Barco e Prazins Sta. Eufémia. Bom estado de conservação.
Moinho Hidráulico	B2 *	-	-	✓	Barco	Situado na margem do rio Ave, junto ao parque de lazer. Mau estado de conservação.
Edifício da antiga Pensão Villa	C1	Início Séc. XX	-	✓	Caldelas	Esteve durante muitos anos degradado e, atualmente, encontra-se em fase de reconstrução.
Fonte de D. João IV	C2 *	1808	-	✓	Caldelas	Mandada construir pela Câmara de Guimarães. Possui a seguinte inscrição: "João, primeiro rei do reino unido, /Para que a morte mais tropheos não conte, /D'inexaurível, salutar bebida, /Esta levanta milagrosa fonte" (Cachada, 2006, pág. 176) Razoável estado de conservação.
Termas das Taipas	C3 *	1907	-	✓	Caldelas	O estabelecimento termal das taipas começou a ser construído em 1906 e foi inaugurado em 1907. Nas proximidades deste edifício encontra-se uma fonte termal, inaugurada em 1907, e o Hotel das Termas de estilo "arte nova", tendo sido local de refúgio e descanso para alguns escritores, como é o exemplo do Ferreira de Castro (Cachada, 2006). Bom estado de conservação.
Antigo Mercado das Caldas das Taipas	C4 *	1905	00024810	✓	Caldelas	Foi descoberto neste local um antigo poço com 7 metros de profundidade e um de diâmetro (DGPC, 2006) com 3 galerias subterrâneas escavadas em diferentes direções (Cachada, 2006). Bom estado de conservação.
Casa do Canto de Cima ou de Agrelos	C5 *	-	-	✓	Caldelas	"O edifício situado no coração das Taipas, de paredes hoje descoloridas, janelas tapadas pelas trepadeiras, porta principal de madeira riscada e gradeamento alaranjado de ferrugem, pertence, desde "há várias gerações", à família Ferreira Marques, indicou um dos atuais proprietários, Manuel Agrelos, cuja ligação com a família detentora do imóvel remonta à avó materna, sem conseguir precisar a época em que foi construída (Mais Guimaraes, 2016)."

						Situa-se ao lado do antigo mercado, podendo estar relacionada com a existência do poço no antigo mercado. Mau estado de conservação.
Quinta da Freiria	P1	Séc. XVI ou anterior	-	✓	Ponte	Atualmente, instala-se nesta quinta a empresa "Plantas da Fonte, LDA". Bom estado de conservação.
Açude	P2 *	-	-	✓	Ponte	Situado sobre o rio Ave, junto ao Parque de Lazer da Ínsua. Parte da estrutura vertical do que deveria ser uma azenha, já ruiu. Bom estado de conservação.
Ponte	P3 *	-	-	✓	Ponte	Ponte sobre o rio Ave situada nas proximidades da Quinta da Ribeira, a Norte desta. Atualmente encontra-se invadida pela vegetação e o seu acesso à outra margem foi barrado. Em mau estado de conservação.
Quinta da Ribeira	P4 *	Séc. XV ou anterior	-	✓	Ponte	Quinta de Agroturismo. Possui capela. Bom estado de conservação.
Casa de Cima de Vila	P5	-	-	✓	Ponte	Bom estado de conservação.
Casa de Castelões de Cima	P6	Anterior a 1792	-	✓	Ponte	De origem medieval, a "Casa de Castelões de Cima" terá constituído o núcleo central inicial de um foral atribuído a S. João de Ponte por Mumadona e confirmado por D. Afonso II. Castelões de Cima foi emprazado por carta de emprazamento passada em nome da Rainha D. Maria I, com data de 12 de Fevereiro de 1792 (Torres, 1988). Bom estado de conservação.
Casa de Castelões d'Além	P7	Anterior a 1769	-	✓	Ponte	Inicialmente denominava-se "Casal do Ermo do Mosteiro de Lorvão", passando a ser conhecida, a partir de 1769, por "Casa ou Quinta de Castelões D'Além" (Torres, 1988). Bom estado de conservação.
Casa de S. Caetano	P8	Século XVIII	-	✓	Ponte	A "Casa de São Caetano", também conhecida por "Casa de Carrais", deve este nome ao facto de, ao longo dos tempos, ter prestado assistência aos carros de diligências e de carga bem como aos viajantes que por ali passavam de Braga Para Guimarães e vice-versa (Torres, 1988).
Quinta o Meogo (com capela)	P9	Século XVI ou anterior	-	✓	Ponte	Bom estado de conservação.
Quinta do Meio Casal dos Cascos	P10	Séc. XVII ou anterior	-	✓	Ponte	Razoável estado de conservação.

Quinta da Cavada	F1	Séc. XVIII	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Recuperada pelo arquiteto Fernando Távora em 1990. Bom estado de conservação.
Quinta do Paço	F2 *	Séc. XVI	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Sofreu intervenções nos séculos XVIII e XX. Possui capela. Bom estado de conservação.
Casa da Igreja	F3	-	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Situada em frente à Igreja Paroquial. Bom estado de conservação.
Solar da Ponte	F4 *	Séc XVIII/ XIX	00015691	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Foi residência do ilustre arqueólogo Martins Sarmento. Atualmente é onde se situa o museu de cultura castreja. Razoável estado de conservação.
Conjunto de moinhos no rio Febras	F5 *	-	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Situados em zona habitacional. Em mau estado de conservação.
Marco Geosédico	F6	-	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Ponto de Referência com vistas panorâmicas. Bom estado de conservação.
Quinta da Bouça (com capela)	F7	-	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Bom estado de conservação.
Conjunto de moinhos do rio Febras	F8 *	-	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Situados em espaço florestal. Existem moinhos que não estão identificados no PDM. Em mau estado de conservação.
Conjunto de Moinhos do rio Torto	F9 *	-	-	-	UF B.S.S. e B.S.L.	Mau estado de conservação.
Azenha e açude junto à Ponte de Donim	D1 *	-	-	✓	UF B.S.E. e Donim	Razoável estado de conservação.
Moinho de Requeixo (recuperado)	D2 *	-	-	✓	UF B.S.E. e Donim	Bom estado de conservação.
Asilo de Entrevados/ Lar de Donim	D3 *	Séc. XVIII	00021604	✓	UF B.S.E. e Donim	Bom estado de conservação.
Moinhos junto ao rio Ave	D4	-	-	✓	UF B.S.E. e Donim	Atualmente este local é inacessível devido à densa vegetação. Mau estado de conservação.
Marco Geodésico	L1 *	-	-	✓	UF S.S.L. e Balazar	Ponto de Referência com vistas panorâmicas. Bom estado de conservação.
Marco Geodésico	L2	-	-	✓	UF S.S.L. e Balazar	Ponto de Referência com vistas panorâmicas. Bom estado de conservação.
Ponte sobre o rio Ave	S1 *	-	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Ponte pedonal integrando o parque de lazer de Gondomar. Estabelece a fronteira entre Guimarães e a Póvoa de Lanhoso. Bom estado de conservação.
Marco geodésico	S2	-	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Ponto de Referência com vistas panorâmicas. Bom estado de conservação.
Casal de Soutelinho	S3 *	-	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Bom estado de conservação.
Lavadouro Público	S4 *	-	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Razoável estado de conservação.
Casal das Casas Novas	S5 *	-	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Bom estado de conservação.

Casal do Barreiro	S6 *	-	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Bom estado de conservação.
Azenha em ruína e açude	S7 *	-	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Localizada junto a uma ínsua, num local com grande qualidade paisagística e com enorme potencial recreativo. Mau estado de conservação.
Conjunto de Moinhos	S8 *		-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Apenas um se encontra recuperado, estando os restantes bastante degradados. Mau estado de conservação.
Marco Geodésico	S9		-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Ponto de Referência com vistas panorâmicas. Bom estado de conservação.
Ponte (S.S.S. - Briteiros Sto. Estêvão)	S10 *	-	-	-	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Fonteira entre S.S.S. e Briteiros Sto. Estêvão. Razoável Estado de Conservação.
Moinhos de água junto ao rio Ave	S11	-	00008765	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Atualmente este local encontra-se inacessível devido à densa vegetação. Mau estado de conservação.

* Elemento com registo fotográfico (Ver: Peça nº 9, pág. 71)



A.2 Inventário do Património Religioso

Quadro 13: Inventário do Património Religioso (Fontes consultadas: DGPC, 2001-2016 e Carta do Património Edificado - PDM).

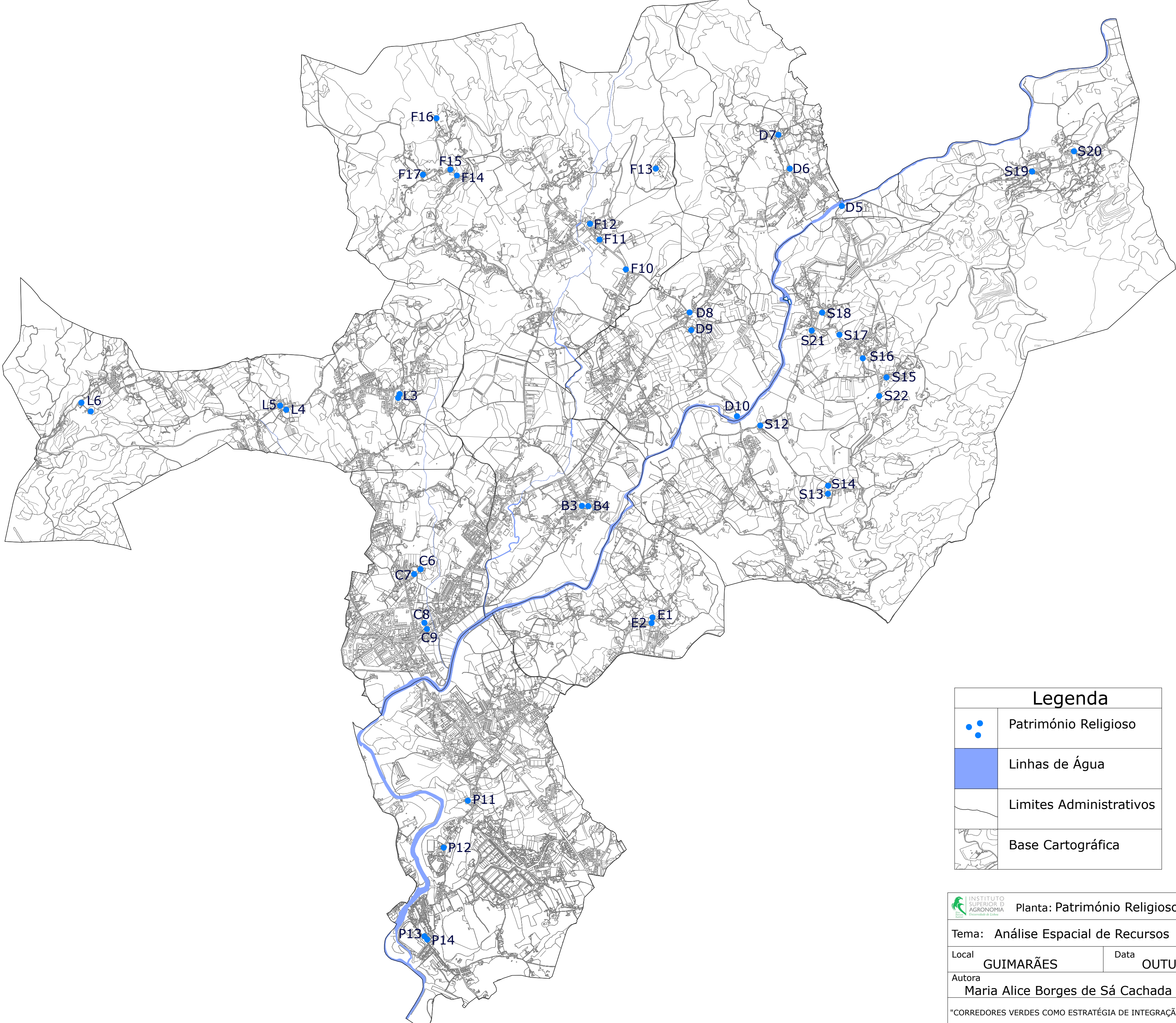
Designação	Cod.	Data	IPA	Identificado no PDM	Freguesia	Observações
Igreja Paroquial de Barco/ Igreja de São Cláudio	B3 *	-	0003 3223	✓	Barco	Mencionada nas Memórias Paroquias de 1758 (Neves, 2018). Bom estado de conservação.
Cruzeiro Paroquial	B4 *	1694	-	✓	Barco	Inscrição: "DE N. SA. DOS REMÉDIOS. MANDARÃO FAZER O VIG. FR. CORREA SENDO JVIZ O LIC.DO BENTO ROIZ SALGADO E DEVOTOS. 1694" (Silva, 2004, pág. 59). Bom estado de conservação.
Igreja Velha	C6 *	Séc. XVII	-	✓	Caldelas	Foi a anterior Igreja Matriz. Atualmente funciona como capela mortuária. Bom estado de conservação.
Cruzeiro junto à Igreja Velha	C7 *	-	-	✓	Caldelas	Encontra-se, atualmente, envolto por um canteiro ajardinado de uma moradia privada. Bom estado de conservação.
Igreja Paroquial de Caldelas/ Igreja de São Tomé	C8 *	1915	0002 2782	✓	Caldelas	Inaugurada no dia 11 de Abril de 1915 pelo Conde de Agrolongo (Oliveira, 2015) Bom estado de conservação.
Cruzeiro Paroquial	C9 *	1654	-	✓	Caldelas	Situado em frente à Igreja Paroquial e possui as seguintes inscrições: "IHS" e "1654" (Cachada, 2006). Bom estado de conservação.
Igreja Paroquial de Ponte/ Igreja São João Batista	P11 *	1815	0003 3249	✓	Ponte	"Edifício de característica traça, ao sabor «neoclássico pobre», datada de 1815 e com ampliação e remodelação substancial nos meados da década de oitenta..." (Junta de Freguesia de Ponte, sem data). Bom estado de conservação.
Cruzeiro Paroquial	P12 *	1623	-	✓	Ponte	"Cruzeiro datado de 1623 e constituído por três degraus, um pedestal com inscrição, um fuste liso cilíndrico e, no cimo, uma esfera e uma cruz" (Igogo, sem data). Bom estado de conservação.
Capela de S. José de Campelos	P13 *	1910	-	✓	Ponte	Foi mandada erigir no ano 1910, pela Direcção da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães. Em 1977, a capela foi vendida à Fábrica da Igreja de S. João de Ponte (Silva, 2004). Bom estado de conservação.
Capela Sr. Dos Aflitos + Cruzeiro integrado	P14 *	Séc. XVIII	-	✓	Ponte	O cruzeiro foi mandado erigir no ano de 1743. A capela terá sido construída posteriormente, na segunda metade desse mesmo século (Silva, 2004). Bom estado de conservação.
Igreja Paroquial de Prazins/ Igreja Santa Eufémia	E1	Séc. XVIII/ XIX	0003 3250	✓	Prazins (Sta. Eufémia)	Bom estado de conservação.
Alminha/ Oratório	E2	-	-	-	Prazins (Sta. Eufémia)	Bom estado de conservação.

Alminha/ Oratório	F10 *	-	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Situada na berma da estrada N309, num dos limites da freguesia. Bom estado de conservação.
Igreja Paroquial de São Salvador de Briteiros/ Igreja do Divino Salvador	F11 *	Séc. XVII/ XVIII/ XIX/ XX	0001 7267	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Barroca. Anexada na parte lateral desta igreja está a Capela de N ^a sr ^a do Desterro, construída no ano 1622 (Silva, 2004). Bom estado de conservação.
Cruzeiro Paroquial de São Salvador de Briteiros	F12 *	1695	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Nele pode ler-se a seguinte inscrição: "FRANCISCO MENDES DE VASCONCELOS MANDOU FAZER ESTA OBRA 1695. MESTRE ANTONIO DA SILVA" (Silva, 2004, pág. 75). Bom estado de conservação.
Capela de S. Romão	F13 *	1853	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Existiu inicialmente uma capela dedicada a S. Romão, situada no ponto mais elevado da Citânia de Briteiros e que data, pelo menos, do século XI. Entretanto foi demolida tendo sido colocado no seu lugar um pequeno cruzeiro com a inscrição "AQUI FOI A ANTIGA CAPELA DE SÃO ROMÃO", acto obrigatório aquando da demolição de algum templo sagrado. Atualmente ainda se encontram alguns vestígios da sua estrutura, que marcará os inícios da cristianização do local aquando da queda do império romano. A atual capela dista uns 60 metros da anterior tendo sido construída no ano 1853 (Silva, 2004, pág. 70). Bom estado de conservação.
Cruzeiro Paroquial (Sta. Leocádia)	F14	1866	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Encontra-se perto da Igreja paroquial e tem gravado na sua base o ano de 1866 (Silva, 2004). Bom estado de conservação.
Igreja Paroquial de Briteiros/ Igreja Santa Leocádia	F15		0003 3224	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Bom estado de conservação.
Capela de Nossa Senhora da Luz e Cruzeiro	F16	Séc. XVII/ XVIII	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Capela reconstruída anterior ao ano de 1755. O cruzeiro tem na sua base a seguinte inscrição: "Foy acavado aos 7 de Abril de 1757" (Silva, 2004, pág. 65). Bom estado de conservação.
Capela de Santa Ana	F17	1749	-	✓	UF B.S.S. e B.S.L.	Bom estado de conservação.
Cruzeiro de Donim	D5 *	-	0000 9072	✓	UF B.S.E. e Donim	Localizado junto à Ponte de Donim. Bom estado de conservação.
Cruzeiro Paroquial de Donim	D6	-	-	✓	UF B.S.E. e Donim	A rota da procissão realizada na romaria a Santo Amaro engloba a Igreja Paroquial e este cruzeiro. Bom estado de conservação.
Igreja Paroquial de Donim/ Igreja do Divino Salvador	D7 *	Séc. XVII	0003 0975	✓	UF B.S.E. e Donim	Com capela anexa, em cuja parede exterior se lê a seguinte inscrição: "Esta capela mandou fazer o Licenciado Antonio Peres do Canto abbade desta igreja pera o Bemaventurado Santo Antonio 1619" (Silva, 2004, pág. 162). Bom estado de conservação.

Cruzeiro	D8 *	-	-	✓	UF B.S.E. e Donim	No cruzamento da N309/N310 Bom estado de conservação.
Igreja Paroquial de Briteiros/ Igreja de Santo Estêvão	D9 *	-	0003 3226	✓	UF B.S.E. e Donim	Bom estado de conservação.
Alminha/Ora tório	D10 *	-	-	✓	UF B.S.E. e Donim	Bom estado de conservação.
Capela do Espírito Santo juntamente com o seu cruzeiro fronteiro	L3 *	Séc. XVII/ XVIII	0000 1912	✓	UF S.S.L. e Balazar	Edificada no topo de um pequeno outeiro, próxima do Castro de Sabroso. Nesta capela pode ler-se a seguinte incrição: " <i>FEITA NO ANNO DE 1727</i> " (Silva, 2004, pág. 412). No ano 1845, António Pinto, de Vila Real, ofereceu à capela uma imagem de S. Brás. Desde essa altura, no Domingo após 3 de Fevereiro de cada ano, começou a ser celebrada uma festa em homenagem a este Santo e que perdura até aos dias de hoje, na conhecida Romaria de São Brás. Nas imediações da capela existem algumas cruzes em pedra que assinalam os vestígios de uma antiga via-sacra pública (Silva, 2004). A capela, juntamente com o seu recheio e o cruzeiro fronteiro foram classificados como Imóveis de Interesse Público. Estado de conservação razoável.
Igreja Paroquial de Sande S. Lourenço	L4	-	0003 0985	✓	UF S.S.L. e Balazar	Bom estado de conservação.
Cruzeiro Paroquial de Sande S. Lourenço	L5	-	-	✓	UF S.S.L. e Balazar	Bom estado de conservação.
Igreja Velha de Balazar e cruzeiro	L6	-	-	✓	UF S.S.L. e Balazar	Bom estado de conservação.
Cruzeiro de Caretá/ Cruzeiro de São salvador do Souto/ Cruzeiro de Granito Brasonado	S12 *	Séc. XVIII	0000 0371	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Cruzeiro com uma imagem de Cristo em Bronze e onde se pode ler a seguinte inscrição: " <i>SETEMBRO 2 DE 1716. PADECE PELAS CHAGAS DE CHRISTO HUM PADRE NOSSO COM HUMA AVE MARIA PELA ALMA DE QUEM MANDOU FAZER ESTA OBRA</i> " (Silva, 2004, pág. 460). Este cruzeiro encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público. Bom estado de conservação.
Mosteiro de São Salvador do Souto/ Igreja Paroquial de São Salvador do Souto/ Igreja do Divino Salvador	S13 *	XII/ XVIII/ XIX	0000 8010	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Pertencente ao antigo mosteiro medieval dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Com características do românico, barroco e neoclássico, ainda conserva alguns vestígios do primitivo mosteiro. O mosteiro data do século XII tendo sofrido intervenções nos séculos XVIII e XIX (DGPC, 2002). Bom estado de conservação.
Cruzeiro Paroquial	S14 *	1625	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Colocado junto à Igreja Paroquial de Souto S. Salvador no ano 1625 por devoção dos oficiais que serviram a [Confraria do Subsino] (Silva, 2004). Bom estado de conservação.

Igreja Paroquial de Souto/ Igreja de Santa Maria	S15 *	Séc. XVIII	0003 3257	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Nesta igreja há indícios da existência de uma igreja primitiva. Ver Inventário de Sítios Arqueológicos (Apêndice A.3, Cod. S28). Bom estado de conservação.
Cruzeiro em Souto de Santa Maria	S16 *	-	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Situado num cruzamento. Bom estado de conservação.
Cruzeiro em Souto de Santa Maria	S17 *	-	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Situado junto ao Casal de Santos Bom estado de conservação.
Capela de Nossa Senhora dos Anjos com cruzeiro	S18 *	-	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Faz parte da quinta do Casal do Barreiro. Não foi possível datar a construção da capela. Na primeira metade do século XVII estava já muito degradada tendo sido reedificada a mando do abade Jorge de Matos Monteiro, que complementou a mesma colocando no seu adro um belo cruzeiro com a seguinte inscrição: " <i>Era de mil 6XXX annos</i> " (Silva, 2004). Entretanto, a capela entrou em nova fase de degradação e, em 1738, Fernando Peixoto do Amaral de Freitas, cavaleiro da Ordem de Cristo e morador na Vila de Guimarães, reedificou novamente a mesma (Silva, 2004). Bom estado de conservação.
Igreja Paroquial de Gondomar	S19 *	-	0000 1949	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Bom estado de conservação.
Capela da Nossa Senhora da Ajuda	S20	Ant. séc. XVII	0000 0026	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Não conseguindo situar as origens desta capela, sabe-se que no séc XVII já não estaria em condições para nela se celebrar o culto divino. Entretanto, foi recuperada e em 1625 o abade da freguesia, Gonçalo Fernandes, pediu licença para que se pudesse retomar o culto nessa mesma capela. Posteriormente, voltaria a sofrer alguma reformas (Silva, 2004). Bom estado de conservação.
Oratório junto ao Casal do Barreiro	S21 *	1940	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Mandado construir em 1940 pelo dono da quinta do Casal do Barreiro («União das Freguesias. Património», sem data). Bom estado de conservação.
Cruzeiro junto ao cemitério	S22 *	-	-	✓	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar	Bom estado de conservação.

* Elemento com registo fotográfico (Ver: Peça nº 9, pág. 71)



B3	Igreja de São Cláudio
B4	Cruzeiro Paroquial
C6	Igreja Velha
C7	Cruzeiro junto à Igreja Velha
C8	Igreja de São Tomé
C9	Cruzeiro Paroquial
P11	Igreja Paroquial São João Batista
P12	Cruzeiro Paroquial
P13	Capela S. José de Campelos
P14	Capela Sr. Aflitos com cruzeiro
E1	Igreja Santa Eufémia
E2	Alminha/ Oratório
F10	Alminha/ Oratório
F11	Igreja do Divino Salvador
F12	Cruzeiro Paroquial de S. S. Briteiros
F13	Capela de São Romão
F14	Cruzeiro Paroquial (St. Leocádia)
F15	Igreja Santa Leocádia
F16	Capela de Nossa Senhora da Luz e Cruzeiro
F17	Capela de Santa Ana
D5	Cruzeiro de Donim
D6	Cruzeiro Paroquial de Donim
D7	Igreja Paroquial de Donim com capela anexa
D8	Cruzeiro
D9	Igreja Paroquial de Briteiros
D10	Oratório
L3	Capela do Espírito Santo e cruzeiro
L4	Igreja Paroquial de Sande S. Lourenço
L5	Cruzeiro Paroquial (Sande S. Lourenço)
L6	Igreja Velha de Balazar e Cruzeiro
S12	Cruzeiro de Granito Brasonado (I.I.P.)
S13	Igreja de São Salvador do Souto (antigo mosteiro)
S14	Cruzeiro Paroquial
S15	Igreja Paroquial de Souto
S16	Cruzeiro
S17	Cruzeiro
S18	Capela de Nª Sra. dos Anjos e Cruzeiro
S19	Igreja Paroquial de Gondomar
S20	Capela da Nossa Senhora da Ajuda
S21	Oratório (junto ao Casal do Barreiro)
S22	Cruzeiro

Legenda	
	Património Religioso
	Linhas de Água
	Limites Administrativos
	Base Cartográfica

Planta: Património Religioso

Tema: Análise Espacial de Recursos

Local: GUIMARÃES

Autora: Maria Alice Borges de Sá Cachada

Escala: 0 500 1000 1500m

Data: OUTUBRO 2018

Orientador: Dr. Pedro Miguel Ramos Arsénio

Peça: 2

"CORREDORES VERDES COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL"

A.3 Inventário dos Sítios Arqueológicos

Quadro 14: Inventário de Sítios Arqueológicos (Fonte consultada: DGPC, 2018 e CMG, sem data e).

Nome (Sítio)	Cod.	CNS	Período	Tipo de Sítio	Descrição	Freguesia
Bouça Nova	B5	3337	Neo-Calcolítico	Monumento Megalítico	Proteção: PDM "Segundo informações do proprietário deste terreno, existiria uma mamoa entre um poste de alta tensão e o limite da propriedade. Ou pelos desaterros recentes ali levados a cabo, ou pela vegetação alta e densa que se encontra por todo o terreno, não nos foi possível caracterizar melhor este sítio" (CMG, sem data e).	Barco
Ponte Nova	B6	-	Romano	Forno	Proteção: PDM "Sítio identificado por Martins Sarmento (1999: 25-26), e inventariado no anterior Plano Director Municipal de Guimarães com o nº 55. Neste local terá havido um forno de telha que, provavelmente, poderá ser datado de período romano. Durante as prospeções por nós levadas a cabo não foi possível fazer uma relocalização correcta deste sítio)" (CMG, sem data e).	Barco
S. Martinho	B7	-	Romano	Necrópole	Proteção: PDM "No lugar de S. Martinho, foi escavada por Martins Sarmento (2004: 41-42) uma sepultura romana com o fundo em tijolo e as paredes em pedra. À superfície não foi possível identificar quaisquer materiais romanos e, segundo informação no local, ainda que não tenha sido possível fazer uma localização exacta, apareceriam tijolos na zona agora cartografada" (CMG, sem data e).	Barco
Bouça da Agrela	B8	4104	Neo-Calcolítico	Mamoa	Proteção: PDM "Monumento megalítico, propriedade da Sociedade Martins Sarmento, mas hoje desaparecido. Deverá ter sido destruído recentemente" (CMG, sem data e).	Barco
Faisca	C10	2881	Idade do Bronze	Necrópole	Proteção: PDM "No local da Faisca estão identificados vestígios de uma necrópole da Idade do Bronze oferecendo, entre outro espólio, vasos do tipo "largo bordo horizontal". A zona encontra-se bastante urbanizada, pelo que o sítio pode estar em risco de destruição ou já totalmente destruído" (CMG, sem data e).	Caldelas
Penedo de Trajano/ Lápide das Taipas/ Ara de Trajano/	C11 *	1312	Romano	Inscrição	IPA.00001698 Proteção: Monumento Nacional "Num penedo granítico localizado nas proximidades da Igreja Paroquial de Caldelas, encontra-se	Caldelas

Ara de Nerva					<p>lavrada a seguinte inscrição honorífica a Tranajo:</p> <p>IMP(erator) . CAES(ar) . NERVA / TRAIANUS . AUG(ustus) . GER(manicus) . DAC(icus) / PONT(ifex) . MAX(imus) . TRIB(unicia) . POT(estate) . VII / IMP(erator) . IIII . CO(n)S(ul) . V . P(ater) . P(atriciae)." (CMG, sem data e).</p>	
Ponte do rio Ave	C12 *	1344	Moderno	Ponte	<p>IPA.00001927</p> <p>Proteção: Monumento Nacional</p> <p><i>"Trata-se de uma ponte de cantaria granítica, com 33 pilares sobre os quais assenta um tabuleiro plano formado por lajes graníticas dispostas no sentio longitudinal da ponte.</i></p> <p><i>Esta ponte, de origens ainda por estudar devidamente, deverá ser de construção dos finais da Idade Moderna, dado que a passagem do Ave neste sítio se fazia por barca"</i> (CMG, sem data e).</p>	Caldelas
Souto	C13	-	Romano	Habitat	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>"Segundo o Plano Director Municipal de Guimarães de 1994, apareceram, aqui, colunas e tijolos"</i> (CMG, sem data e).</p>	Caldelas
Termas de Caldela (“Banhos Velhos”)	C14 *	6317	Romano	Balneário	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>"No local das antigas termas de Caldela, foram identificadas estruturas correspondentes a um estabelecimento termal romano.</i></p> <p><i>Em 2010 iniciaram-se trabalhos arqueológicos neste sítio, da responsabilidade do Dr. Ricardo Erasun Cortés"</i> (CMG, sem data e).</p>	Caldelas
Via Romana de Caldela	C15	6120	Romano	Via	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>"Foi inventariada no Plano Director Municipal de Guimarães de 1994 a passagem da via romana por Caldela.</i></p> <p><i>Não é certo o traçado desta via sendo, contudo, possível que A mesma passasse junto às termas romanas. Mantemos, aqui, a localização dada anteriormente"</i> (CMG, sem data e).</p>	Caldelas
Mamoas das Caldas das Taipas (Bouça Nova)	C16	2549	Neo-calcolítico	Mamoas	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>"Monumento megalítico, adquirido pela Sociedade Martins Sarmento mas hoje desaparecido. Deverá ter sido destruído. cremos que este sítio estará inventariado no Endovélico também com o CNS 337. Aí, é dito que 3 pontas de seta provenientes desta mamoa estariam depositadas no Instituto de Investigação Científica e Tropical. Contactado o referido Instituto, não conseguimos obter qualquer informação sobre estas peças"</i> (CMG, sem data e).</p>	Caldelas
Igreja de S. João de	P15	-	Romano	Habitat	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>"Nas proximidades da Igreja de S.</i></p>	Ponte

Ponte I					<i>João de Ponte foi identificado, e inventariado no Plano Director Municipal de Guimarães de 1994, um habitat romano. Foi impossível fazer prospecção nesta área pelo que carece de avaliação mais correcta” (CMG, sem data e).</i>	
Ponte de Campelos	P16 *	6318	Romano	Ponte	Proteção: PDM “Ponte romana de 4 arcos, com talhamar triangular no pilar central. Os 3 arcos do lado Norte são formados por aduelas almofadadas, algumas já muito gastas. O arco do lado sul não aparenta ter silhares almofadados, ainda que não nos tenha sido possível fazer uma análise cuidada. Alguns tubos estão cravados no exterior da ponte, quer do lado montante quer do lado jusante” (CMG, sem data e).	Ponte
Rua Campo das Cartas, 58	P17	-	Romano	Ind.	Proteção: PDM “Foram entregues no Museu Alberto Sampaio, pelo Sr. Francisco Lima Pereira, proprietário do imóvel, duas jarras, provavelmente romanas, descobertas durante a abertura do buraco para a construção de uma piscina. O sítio, a existir ainda, terá sido parcialmente destruído durante as obras” (CMG, sem data e).	Ponte
Quinta da Ribeira	P18	6679	Romano	Forno	Proteção: PDM “Luís de Pina (1928) refere a descoberta, na Quinta da Ribéria, de um conjunto estrutural relacionado com a cozedura de cerâmica de construção, nomeadamente telha e tijolos. Deve tratar-se de uma fornax romana, talvez já do Baixo Império. Além das peças cerâmicas, muito próximo desta estrutura apareceu um dinar datado dos inícios do Séc. VIII” (CMG, sem data e).	Ponte
Igreja de São João de Ponte II	P19	-	Romano	Inscrição	Proteção: PDM “Provém das proximidades da Igreja de S. João de Ponte a seguinte inscrição: NYNPHIS / G(aius) . SVLP(icius) . FES/TVS . EX VOTO Esta epígrafe encontra-se depositada, hoje, na Sociedade Martins Sarmento” (CMG, sem data e).	Ponte
Sta. Eufémia	E3	-	Romano	Habitat	Proteção: PDM “Francisco Martins Sarmento (1999: 407) refere a existência de materiais romanos no caminho junto à Igreja de Sta Eufémia de Prazins” (CMG, sem data e).	Prazins (St. Eufémia)
Segade	E4	-	Romano	Ind.	Proteção: PDM “Deve-se a Martins Sarmento a identificação de vestígios de ocupação romana em Segade.	Prazins (St. Eufémia)

					Não é possível, ainda, fazer uma correcta caracterização do sítio” (CMG, sem data e).	
Citânia de Briteiros	F18 *	231	Idade do ferro	Povoado Fortificado	IPA.00001891 “Proteção: Monument Nacional A Citânia de Briteiros é um dos sítios arqueológicos mais emblemático de Guimarães e o único que, como sítio arqueológicos propriamente dito, se encontra visitável e aberto ao público. Trata-se de um dos maiores povoados da Idade do Ferro do Norte de Portugal, com três linhas de muralhas e diversas estruturas habitacionais e rituais, incluindo-se entre estas os balneários. Pontualmente, podem ver-se alguns núcleos de arte rupestre por todo o povoado e nas suas imediações. Classificado como Monumento Nacional desde 1910, encontra-se hoje a cargo da Sociedade Martins Sarmento, entidade que, conjuntamente com outras, ali tem procedido a trabalhos arqueológicos” (CMG, sem data e).	UF B.S.S. e B.S.L.
Covas	F19	33454	Neo-Calcolítico	Necrópole	Proteção: PDM “Sítio inventariado no Plano Director Municipal de 1994, com o nº 39, como “Necrópole Megalítica”. Não foi possível caracterizar melhor este sítio, pelo que seguimos as indicações dadas no trabalho anterior” (CMG, sem data e).	UF B.S.S. e B.S.L.
Briteiros	F20	4130	Ind.	Arte Rupestre	Proteção: PDM “Este sítio terá sido parcialmente destruído ou está enterrado na área onde actualmente se localiza a Casa do Povo de Briteiros São Salvador. Tratar-se-ia de uma rocha com fossetes da qual alguns habitantes de Briteiros S. Salvador ainda têm memória” (CMG, sem data e).	UF B.S.S. e B.S.L.
Torre	F21	-	Medieval Cristão	Fortificação	Proteção: PDM “Sítio inventariado no Plano Director Municipal de Guimarães de 1994 como “possível local fortificado”. Durante os presentes trabalhos não foram, contudo, identificados vestígios de fortificação, pelo que este sítio merece uma melhor caracterização” (CMG, sem data e).	UF B.S.S. e B.S.L.
Igreja de Sta Leocádia de Briteiros	F22	-	Medieval Cristão	Igreja	Proteção: PDM “Já inventariado no Plano Director Municipal de Guimarães com o nº 38, correspondendo ao “Túmulo de Kamba”. Além deste Sarcófago, são provenientes da Igreja de Santa Leocádia de Briteiros, algumas peças arquitectónicas e uma epígrafe, hoje depositadas no Museu Pio XII” (CMG, sem data e).	UF B.S.S. e B.S.L.
Bouça da	F23	-	Ind.	Arte	Proteção: PDM	UF B.S.S.

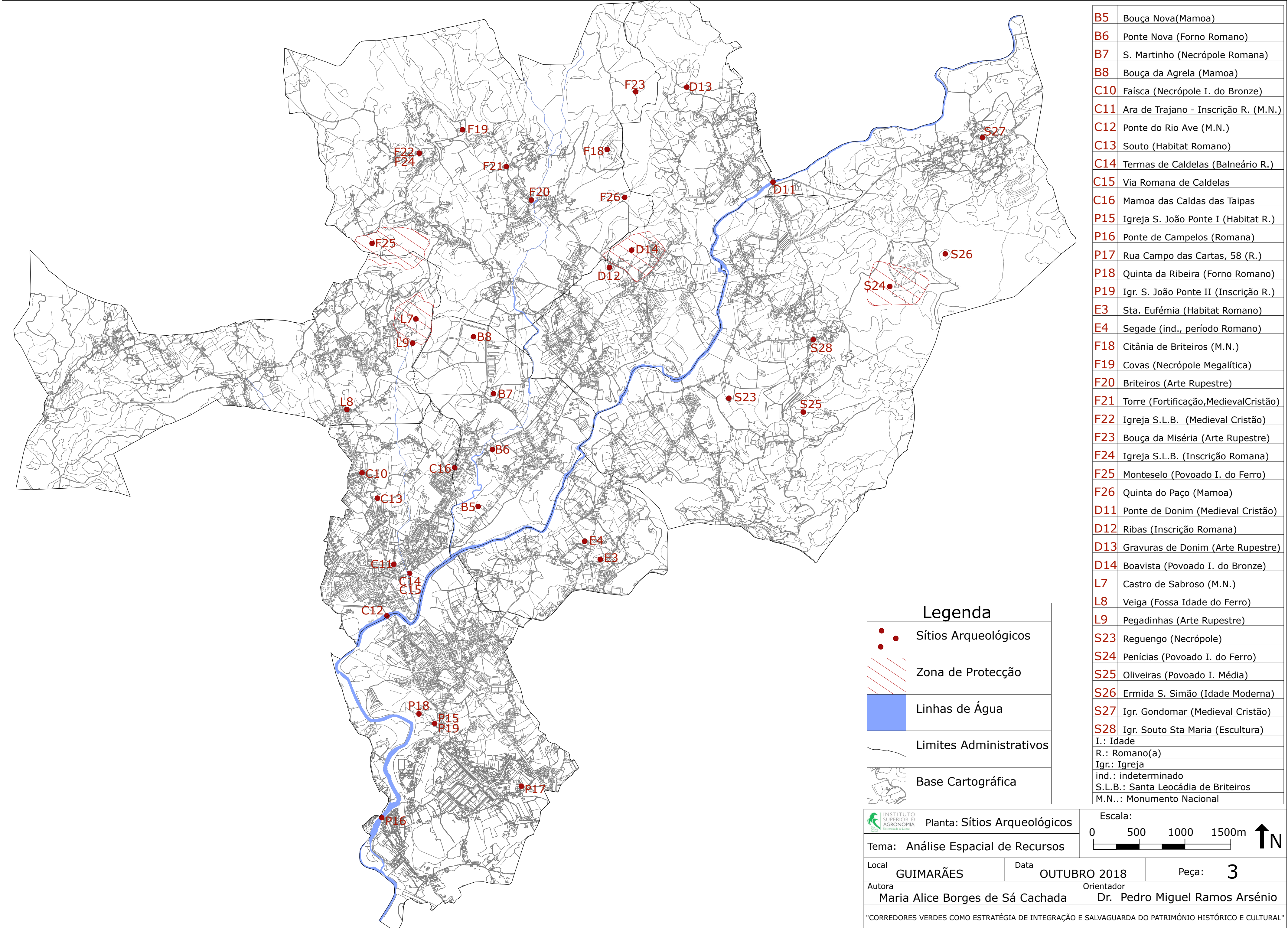
Miséria	*			Rupestre	<p>"Na zona da Bouça da Miséria, mesmo no meio de um caminho antigo, com vestígios frequentes de lajeado granítico e que fazia ligação entre Donim e a Citânia de Briteiros, encontra-se uma laje granítica com vestígios de arte rupestre. Nela se pode ver, para além de covinhas, um antropomorfo. O sítio encontra-se, ainda, dentro da zona especial de proteção da Citânia de Briteiros" (CMG, sem data e).</p>	e B.S.L.
Igreja de Santa Leocádia de Briteiros	F24	-	Romano	Inscrição	<p>Proteção: PDM "No átrio da igreja paroquial de Sta. Leocádia de Briteiros apareceu a seguinte inscrição: Frontal [---]IM[---] / [---]ORU[---] / L V S Lado Direito [---] / VS / ON A epígrafe encontra-se actualmente depositada no Museu Pio XII, em Braga" (CMG, sem data e).</p>	UF B.S.S. e B.S.L.
Monteselo	F25	-	Idade do Ferro	Povoado	<p>Proteção: PDM "Povoado de altura, datável da Idade do Ferro, localizado a Norte do Castro de Sabroso. Está implantado num monte de forma alongada, orientado no sentido Este - Oeste, com cotas que vão dos 250 aos cerca de 280 m" (CMG, sem data e).</p>	UF B.S.S. e B.S.L.
Quinta do Paço	F26	-	Neo-Calcolítico	Mamoa	<p>Proteção: PDM "A mamoa localiza-se na freguesia de S. Salvador de Briteiros, junto à extrema Este da Quinta do Paço, fora desta mas a escassos metros do muro que a cerca. Apresenta uma depressão na zona da câmara. Foi inicialmente identificada por uma equipa da Universidade do Minho" (CMG, sem data e).</p>	UF B.S.S. e B.S.L.
Ponte de Donim	D11 *	6192	Medieval Cristão	Ponte	<p>IPA.00001948 Proteção: PDM "Ponte de 4 arcos e tabuleiro plano, com origens medievais e profundas alterações durante a Idade Moderna. O arco mais pequeno, ancorado na margem esquerda do rio Ave, possui uma data comemorativa do processo construtivo inicial que, criticamente, poderemos assumir como correspondente ao ano de 1192. A ponte, localizada na antiga via que, de Guimarães, se dirigia a Póvoa de Lanhoso, foi alvo de obras de conservação em 2006" (CMG, sem data e).</p>	UF B.S.E. e Donim
Ribas	D12	-	Romano	Inscrição	<p>Proteção: PDM "Segundo o Plano Director Municipal de Guimarães de 1994, provém do sítio de Ribas uma epígrafe romana.</p>	UF B.S.E. e Donim

					<i>Não nos foi possível obter mais dados sobre este sítio” (CMG, sem data e).</i>	
Gravuras de Donim	D13 *	6193	Ind.	Arte Rupestre	Proteção: PDM “As gravuras de do lugar de Vinhas, relocalizadas por equipa da Sociedade Martins Sarmento, estavam feitas numa rocha granítica junto de um edifício de habitação isolado. Entre os diversos elementos gravados encontravam-se curvas, serpentiformes, fossettes, e uma provável figura animal. Devido a obras levadas a cabo pelo proprietário do terreno, pelo menos uma parte importante deste conjunto artístico terá sido destruída” (CMG, sem data e).	UF B.S.E. e Donim
Boavista	D14 *	28439	Idade do Bronze	Povoado	Proteção: PDM “Pequeno povoado localizado no sopé da Citânia de Briteiros. Foi inicialmente identificado por Francisco G. C. Libano Monteiro Faure e, depois, relocalizado por equipa da Universidade do Minho. A Este do povoado foi aberta uma saibreira que colocou à vista fossas datáveis da Idade do Bronze, identificadas pelo Prof. Doutor Francisco Sande Lemos e Dr. Gonçalo Cruz. Foram realizadas sondagens geotécnicas com recurso a radar de solo, dirigidas pelo Dr. Ricardo Erasun Cortés” (CMG, sem data e).	UF B.S.E. e Donim
Castro de Sabroso	L7 *	495	Idade do ferro	Povoado Fortificado	IPA.00001072 Proteção: Monument Nacional “Classificado como Monumento Nacional, o Castro de Sabroso é um povoado fortificado da Idade do Ferro localizado na margem Norte do Ave. O sítio foi já alvo de diversas campanhas de escavação, contando-se, entre os diversos arqueólogos que ali intervieram, Martins Sarmento, Christopher Hawkes e Teresa Soeiro. Além das estruturas habitacionais e do sistema defensivo, podem encontrar-se, aqui, núcleos de arte rupestre. Actualmente, o Castro de Sabroso, ainda que indicado como visitável, encontra-se sob uma intensa infestação arbustiva, facto que, além de impossibilitar a visita ao sítio, coloca em risco as estruturas existentes. Propriedade da Câmara Municipal de Guimarães, o Castro de Sabroso é directamente gerido pela Sociedade Martins Sarmento” (CMG, sem data e).	UF S.S.L. e Balazar
Veiga	L8	1192	Idade do Ferro	Fossa	Proteção: PDM “Em 1979, no âmbito de trabalhos de salvamento dirigidos pelo Dr.	UF S.S.L. e Balazar

					<p><i>Francisco Alves e pelo Prof. Doutor Francisco Sande Lemos, foram identificadas 6 fossas abertas no solo. O espólio, lítico e muito reduzido, não permitiu a atribuição de uma cronologia segura para este sítio.” (CMG, sem data e).</i></p> <p><i>“O espólio encontra-se no Museu D. Diogo Sousa” (DGPC, 2018).</i></p>	
Pegadinhas	L9 *		Ind.	Arte rupestre	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>“Conjunto de gravuras rupestres, localizadas a Sul do Castro de Sabroso e quase dentro do seu limite de proteção. Aí se podem ver, além de inúmeras fossettes, duas pegadinhas” (CMG, sem data e).</i></p>	UF S.S.L. e Balazar
Reguengo	S23	33446	Ind.	Necrópole	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>“No século XIX foi descoberta uma necrópole cuja caracterização parece, segundo Martins Sarmento (1999: 478-479; 1999: 483-484) complexa. Algumas das sepulturas, que por serem localizadas apenas com o topónimo da freguesia não sabemos se fazem parte deste núcleo, eram delimitadas por telhas e, numa delas, terá aparecido uma moeda de prata de três vinténs (Sarmento, 1999: 479). Deste núcleo do Reguengo faz parte uma sepultura(?) redonda com o fundo em cerâmica. Não foi indentificado o local exacto do achado, pelo que se fez, apenas, uma localização toponímica” (CMG, sem data e).</i></p>	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar
Penícias	S24	33452	Idade do Ferro	Povoado	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>“Este sítio foi mencionado por Martins Sarmento (Sarmento, 1999, p.35) mas sem ter encontrado, lá, qualquer vestígio arqueológico. No Plano Director Municipal de Guimarães de 1994, as Penícias foram inventariadas com o nº 21. Em visita realizada ao local durante o ano de 2005, identificámos alguns, muito poucos, vestígios de cerâmica da Idade do Ferro, o que parece comprovar a existência de alguma forma de povoamento nesta zona” (CMG, sem data e).</i></p>	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar
Oliveiras	S25	33458	Idade Média	Povoado	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>“Martins Sarmento (1999: 32) informa que, neste lugar, terá havido uma ocupação antiga. Ao não dar mais dados, e tendo em conta que, quando se trata de sítios romanos ou pré-romanos, Francisco Martins Sarmento costuma ser mais específico, julgamos tratar-se de um sítio Medieval. Este sítio deverá corresponder a um pequeno povoado da Idade Média” (CMG, sem data e).</i></p>	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar

Ermida S. Simão	S26	16546	Moderno	Ermida	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>“Também conhecido como Castelo ou Fonte dos Mouros, este sítio foi inventariado no Plano Director Municipal de Guimarães de 1994 com o nº 21ª.</i></p> <p><i>Trata-se de um espaço localizado a meia encosta do Monte de S. Simão, em Gondomar, cercado por um muro construído por pedras irregulares assentes a seco.</i></p> <p><i>Aqui se encontra um penedo com fossetes e um lagar aberto na rocha.</i></p> <p><i>Durante a Idade Moderna terá havido neste sítio um eremitério e será devido a esta ocupação que se podem encontrar diversos fragmentos de telha, principalmente na zona oriental do sítio, assim como alguns silhares aparelhados”</i> (CMG, sem data e).</p>	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar
Igreja de Gondomar	S27	33464	Medieval Cristão	Igreja	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>“Martins Sarmento faz referência à existência, ali, de uns túmulos em granito (carneiros) tendo um deles uma inscrição gótica na tampa. Em deslocação ao lugar, fomos informados de que essas sepulturas haviam sido deslocadas para o cemitério novo mas, também aí, não conseguimos ver quaisquer vestígios das mesmas”</i> (CMG, sem data e).</p>	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar
Igreja de Souto Santa Maria	S28	-	Ind.	Escultura	<p>Proteção: PDM</p> <p><i>“Na igreja de Souto Santa Maria, refere Francisco Martins Sarmento (1999: 476) a existência de uma inscrição e</i></p> <p><i>vários elementos arquitectónicos decorados. Poderão tratar-se de vestígios da construção de uma igreja primitiva, ainda que as informações que Martins Sarmento nos lega não sejam conclusivas”</i> (CMG, sem data e).</p>	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar

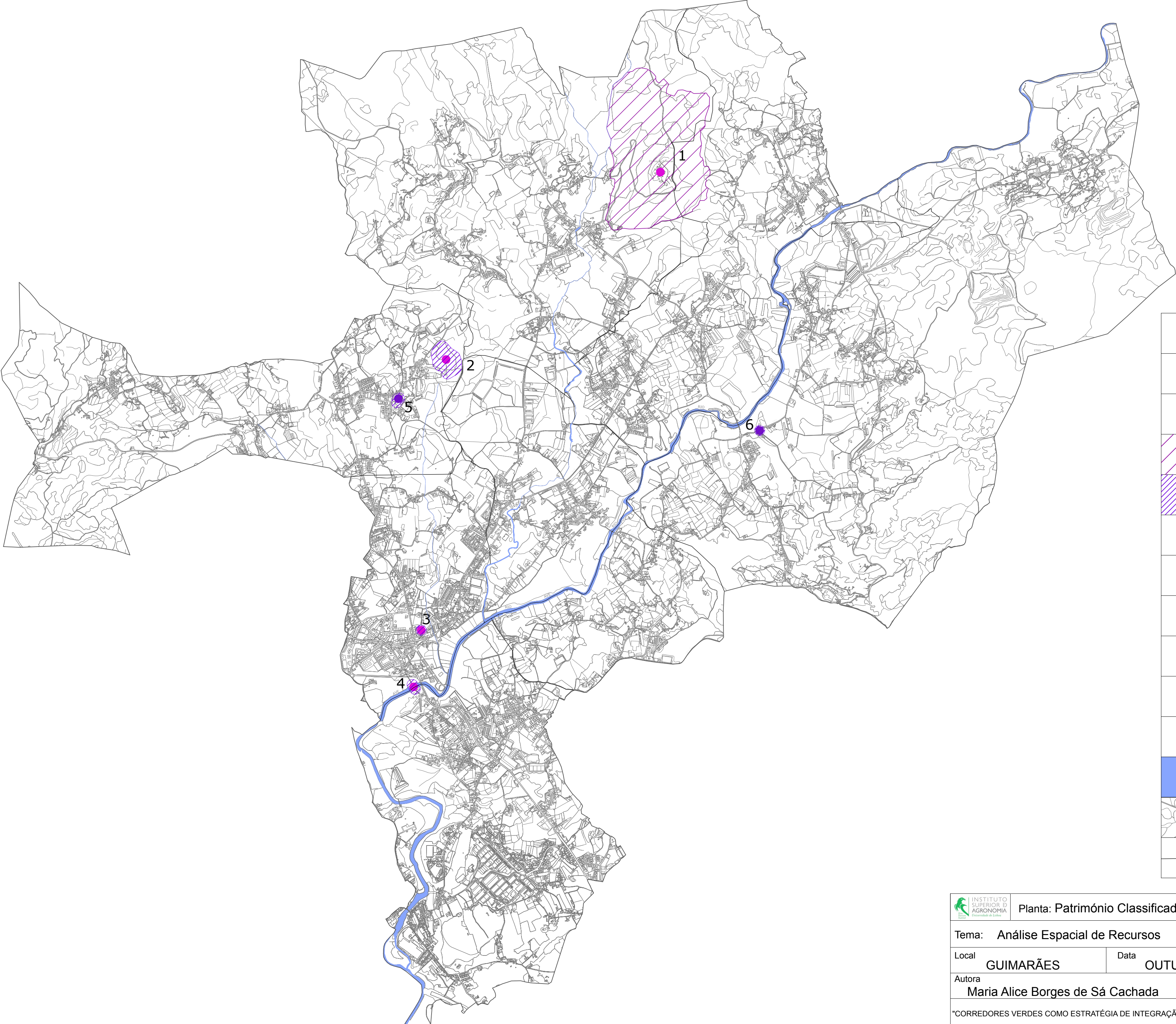
* Elemento com registo fotográfico (Ver: Peça nº 9, pág. 71)



A.4 Património Classificado

Quadro 15: Património Classificado na área de estudo (Fonte: Barroso, 2004 e DGPC, sem data).

Designação	Cod	CNS	IPA	Período	Descrição	Freguesia
Citânia de Briteiros	1 *	231	0000 1891	Idade do Ferro	Povoado Fortificado da II Idade do Ferro do Noroeste Peninsular. Monumento Nacional (Decreto 16-06-1910, DG, n.º 136 de 23 Junho 1910) Zona Especial de Proteção e Zona Non Aedificandi (Portaria n.º 115/97, DR, 2.ª série, n.º 72, de 26-03-1997)	UF B.B.S e B.S.L.
Castro de Sabroso	2 *	495	0000 1072	Idade do ferro	Povoado Fortificado, implantado no cimo do monte do Coto de Sabroso, relativamente próximo da Citânia de Briteiros. Monumento Nacional (Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910)	UF S.S.L. e Balazar
Penedo de Trajano/ Lápide das Taipas/ Ara de Trajano/ Ara de Nerva	3 *	1312	0000 1698	Romano	Exemplar raro do Noroeste Peninsular com inscrições honoríficas dedicadas ao imperador romano Trajano (98-117 d. C.) Monumento Nacional (Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910)	Caldelas
Ponte do Rio Ave	4 *	1344	0000 1927	Moderno	Esta ponte, de cantaria granítica e origem indefinida possui 60 metros de comprimento, assente sobre 33 pilares baixos e composta por 35 vãos rectangulares simétricos. Monumento Nacional (Decreto n.º 11 454, DG, I Série n.º 35, de 19-02-1926)	Caldelas
Capela do Espírito Santo, incluindo todo o seu recheio, e o Cruzeiro que lhe fica fronteiro	5 *	-	0000 1912	Séc. XVII/XVII I	<i>"Construída num terreiro onde existe, desde 1628, um cruzeiro, e mais recentemente, um coreto e uma fonte, a capela do Espírito Santo impõe-se na paisagem urbana, através do alpendre que a antecede e do campanário, que ladeia a fachada principal...Rosário Carvalho"</i> (DGPC, 1994/1996). Imóvel de interesse Público (Decreto n.º 516/71, DG, I Série, n.º 274, de 22-11-1971)	UF S.S.L. e Balazar
Cruzeiro de granito brasonado ou Cruzeiro sito no lugar de Careta, tendo na cruz uma imagem de Cristo de bronze	6 *	-	0000 0371	Séc. XVIII	<i>"De linguagem claramente barroca, principalmente ao nível dos elementos decorativos, este cruzeiro é um dos exemplo subsistentes de uma antiga estrutura de caminhos, fortemente marcados pela religiosidade setecentista"</i> (DGPC, 1994). Imóvel de interesse Público (Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944; Decreto n.º 35 817, DG, I Série, n.º 187, de 20-8-1946) Este imóvel foi classificado duas vezes com as designações de "Cruzeiro de granito brasonado" e "Cruzeiro situado no lugar de Careta, tendo na cruz uma imagem de Cristo de bronze".	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar



Legenda	
	Monumento Nacional
	Imóvel de Interesse Público
	Zona Especial de Proteção (ZEP)/ Zona Non Aedificandi
	Zona de Proteção
1	Citânia de Briteiros
2	Castro de Sabroso
3	Ara de Trajano
4	Ponte sobre o Rio Ave
5	Capela do Espírito Santo com todo o seu recheio e Cruzeiro fronteiro
6	Cruzeiro e Granito Brasonado com uma imagem de Cristo em bronze
	Linhas de Água
	Base Cartográfica
	Limites Administrativos

Planta: Património Classificado

Tema: Análise Espacial de Recursos

Escala: 0 500 1000 1500m

Local: GUIMARÃES

Data: OUTUBRO 2018

Peça: 4

Autora: Maria Alice Borges de Sá Cachada

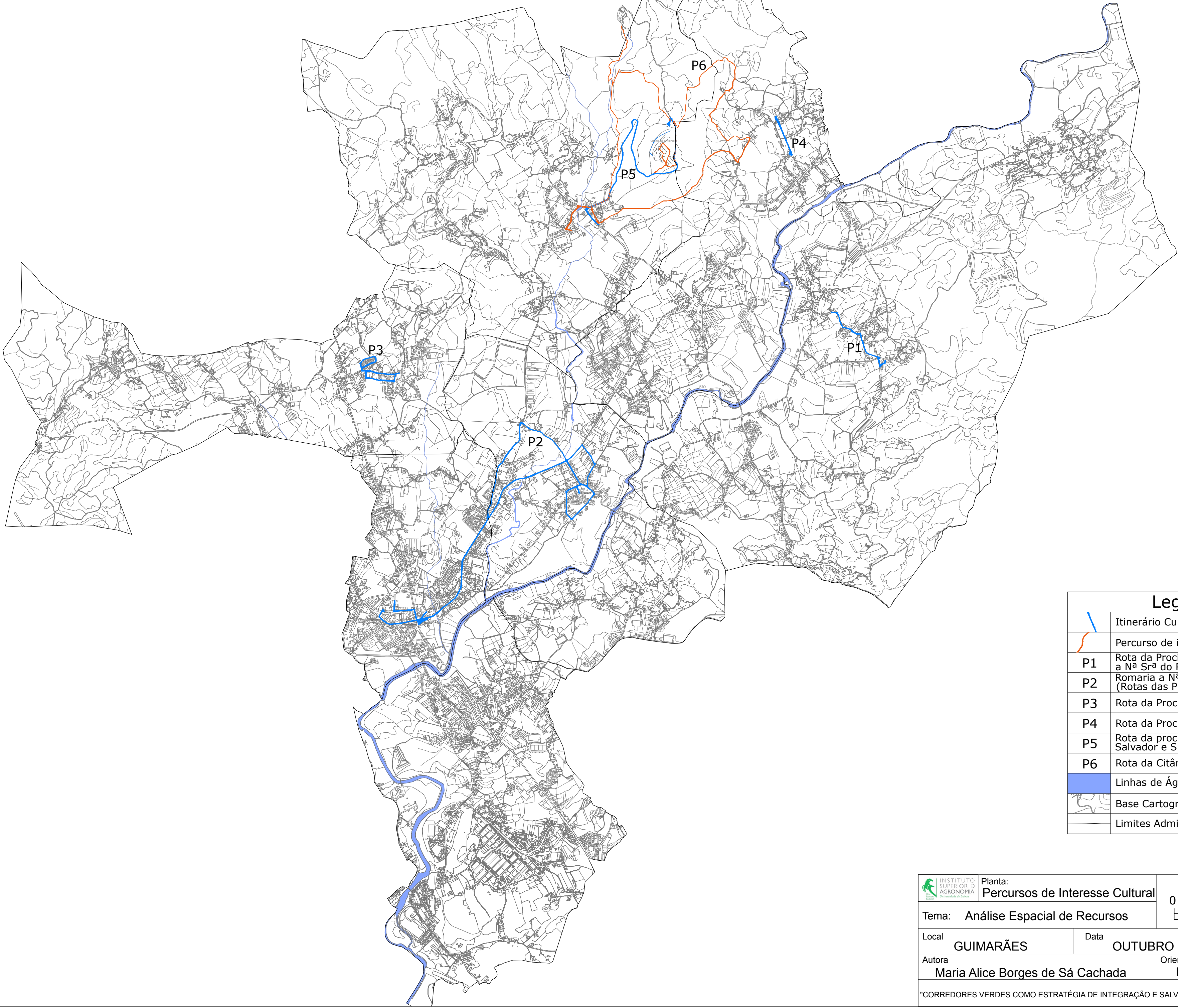
Orientador: Dr. Pedro Miguel Ramos Arsénio






"CORREDORES VERDES COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL"


A.5 Percursos Existentes de Interesse Cultural

Quadro 16: Percursos Existentes de Interesse Cultural (Fontes consultadas: Barroso, 2004 e CMG, sem data b).

Designação	Cod	Caracterização	Freguesia
Itinerários Culturais			
Procissão de Velas de N ^a Sr ^a do Rosário	P1	Não é possível precisar concretamente as origens desta procissão, mas sabe-se que é bastante antiga e possui uma atratividade mais local. O itinerário desta procissão atravessa locais com um enquadramento predominantemente rural e com grande concentração de recursos patrimoniais.	UF S.S.S, S.S.M. e Gondomar
Romaria de N ^a Sr ^a dos Remédios – 2 procissões	P2	Não sendo possível datar concretamente as origens da romaria, sabe-se que é de grande ancestralidade. Esta romaria envolve as freguesias vizinhas de Barco e Caldelas, atraindo toda a comunidade local. No primeiro fim de semana realiza-se a procissão de velas cujo trajeto vai até Caldelas. No dia seguinte, a procissão parte da igreja matriz de Caldelas em direcção ao quartel dos Bombeiros locais, onde decorre um acto religioso, e retoma o trajeto até à Igreja Paroquial de São Cláudio de Barco. No segundo fim de semana, no dia principal desta celebração, decorre uma procissão em que seguem centenas de pessoas que parte da Igreja Paroquial de São Cláudio de Barco, percorre diversos espaços na freguesia e retorna ao ponto de partida.	Barco/ Caldelas
Romaria de São Brás – Procissão	P3	Existe desde 1845, após a oferta de uma imagem escultórica à Capela do Espírito Santo por um benfeitor de Vila-Real. Desde aí, essa imagem constitui um foco de atração tendo sido o motivo da realização da primeira celebração, no ano referido.	UF S.S.L e Balazar
Romaria de Santo Amaro – Procissão	P4	De acordo com Barroso (2004), esta romaria deverá ter surgido numa data posterior a 1842. Possui uma atratividade mais local embora, também seja frequentada por pessoas que se deslocam dos concelhos de Póvoa de Lanhoso ou de Braga.	UF B.S.E. e Donim
Romaria de São Romão/ Divino Salvador – Procissão	P5	Procissão muito antiga cujas origens estarão associadas a uma lenda: “História de S. Romão na Citânia” (http://www.lendarium.org/narrative/historia-de-s-romao-da-citania/?tag=4) A procissão tem início na Igreja Paroquial de Briteiros São Salvador e termina no ponto mais alto da Citânia de Briteiros, onde está implantada a Capela de São Romão.	UF B.S.S e B.S.L.
Percursos Culturais de Interesse Recreativo			
Rota da Citânia (PR2)	P6	Percurso de 9,5 km, que dura cerca de 4 horas e com desníveis pouco acentuados. Este percurso, de caminhos predominantemente rurais, integra componentes de elevado valor histórico e cultural, paisagístico e ambiental. A rota tem início no Museu da Cultura Castreja, instalado no Solar da Ponte, e cruza elementos, tais como, a Igreja de São Salvador de Briteiros, o Moinho de Requeixo em Donim, a Citânia de Briteiros e os Moinhos do rio Febras. Estes elementos encontram-se identificados nas cartas relativas ao património.	UF B.S.S e B.S.L./ UF B.S.E. e Donim



Legenda	
	Itinerário Cultural Religioso
	Percurso de interesse recreativo e cultural
P1	Rota da Procissão de Velas em honra a N ^a Sr ^a do Rosário
P2	Romaria a N ^a Sra. dos Remédios (Rotas das Procissões)
P3	Rota da Procissão a S. Brás
P4	Rota da Procissão a Santo Amaro
P5	Rota da procissão em Honra do Divino Salvador e S. Romão
P6	Rota da Citânia PR2
	Linhas de Água
	Base Cartográfica
	Limites Administrativos



Planta:

Percursos de Interesse Cultural

Escala:

0

500

1000

1500m

Tema:

Análise Espacial de Recursos

Local

GUIMARÃES

Data

OUTUBRO 2018

Peça:

5

Autora

Maria Alice Borges de Sá Cachada

Orientador

Dr. Pedro Miguel Ramos Arsénio

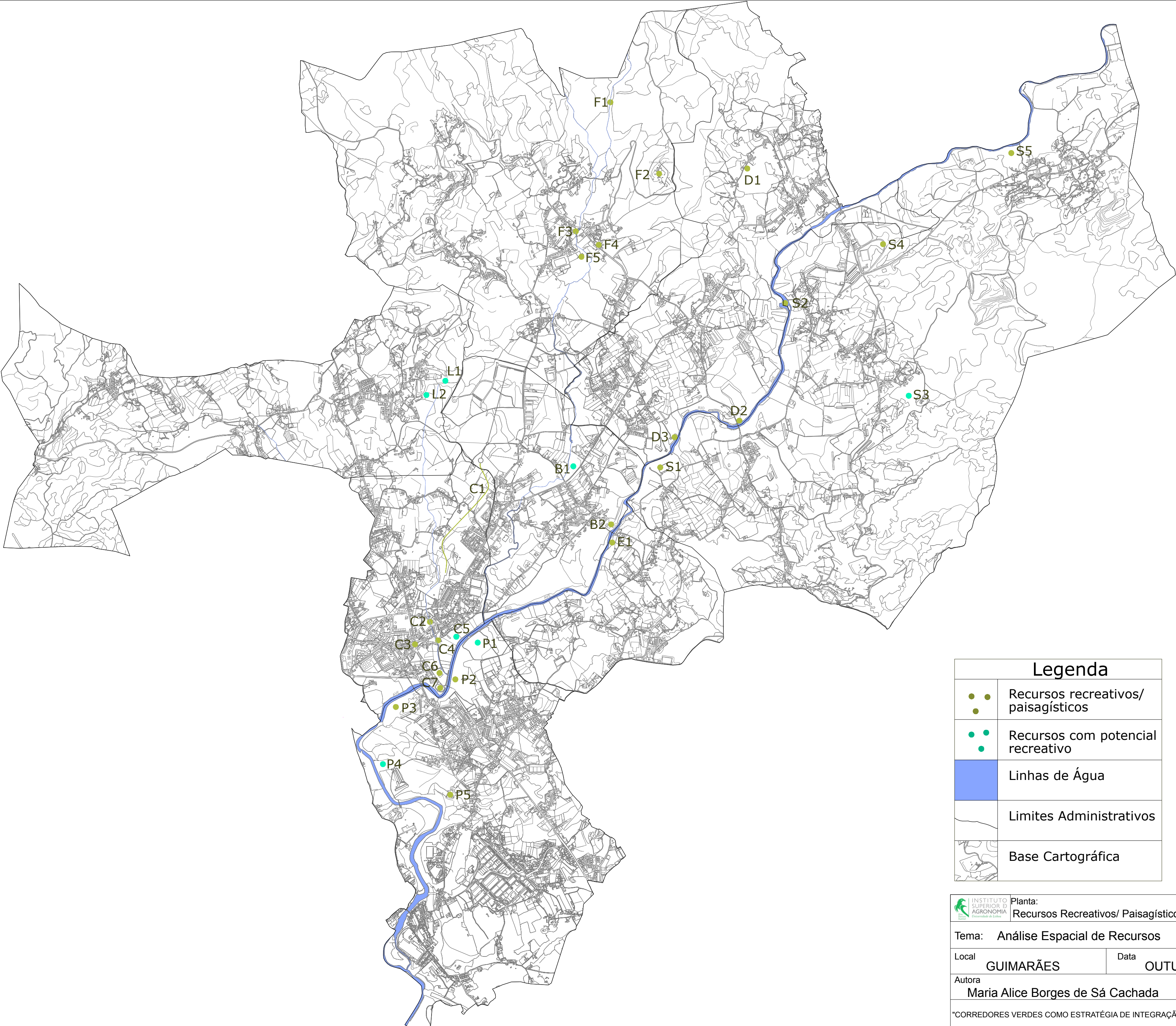
"CORREDORES VERDES COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL"

A.6 Recursos Recreativos e Paisagísticos

Quadro 17: Levantamento de Recursos Recreativos e Paisagísticos (Fontes consultadas: Direnor, 2012).

Designação	Cod.	Descrição	Freguesia
Área descampada adjacente ao rio	B1	Terreno adjacente ao rio Febras com potencial para a criação de um espaço verde de lazer e recreio ligado ao corredor primário.	Barco
Parque de lazer fluvial	B2	Apesar de não estar estabelecido como praia fluvial, este parque é muito utilizado, como tal, pela população durante a época balnear. Destaca-se aqui a presença de uma ponte em granito e um moinho hidráulico em avançado estado de degradação. Espaço de grande qualidade paisagística.	Barco
Pista de cicloturismo existente	C1	Ciclovia integrada na estrada de acesso ao Avepark. Atravessa locais de elevada qualidade cénica.	Caldelas
Termas das Taipas	C2	Possui, desde muito cedo, uma forte atratividade turística na prática do termalismo.	Caldelas
Jardim público	C3	Inserido no espaço urbano. Espaço ajardinado e arborizado, com um coreto e alguns bancos distribuídos.	Caldelas
Banhos Velhos	C4	Funciona como espaço de cultura e lazer onde decorrem eventos regulares durante a Primavera e Verão. Situa-se na zona de interface entre o espaço urbano de Caldelas e as margens do rio Ave. Zona, a partir da qual, a ribeira da Canhota passa a correr a céu aberto até desaguar no Ave.	Caldelas
Espaço agrícola com potencial para recreação	C5	Espaço agrícola com potencial para a criação de um espaço de recreação e lazer e como extensão do parque de lazer das taipas.	Caldelas
Parque de campismo	C6	Localiza-se junto ao parque de lazer das taipas.	Caldelas
Parque de lazer das Taipas	C7	Durante muitos anos serviu de praia fluvial, altura em que os índices de poluição ainda eram razoáveis. Aqui destaca-se o pontilhão, Monumento Nacional, que liga Caldelas a Ponte através dos respetivos parques de lazer ribeirinhos.	Caldelas
Espaço florestal com potencial para recreação	P1	Espaço florestal ajacente ao rio Ave com potencial para adaptação ao desenvolvimento de atividades recreativas e de lazer e como extensão do parque lazer da ínsua.	Ponte
Parque de lazer de Ponte	P2	Este parque está ligado ao parque de lazer das taipas através de uma ponte, mantendo a continuidade entre as duas margens.	Ponte
Parque da ínsua	P3	Situa-se na margem do rio Ave e foi inaugurado em 2008. Em 2009, foi vencedor do Prémio Nacional de Arquitetura Paisagista, na categoria de Espaços Públicos Urbanos. Este parque está ligado ao parque de lazer das taipas através de uma ponte que está classificada como monumento nacional.	Ponte
Espaço florestal com potencial para recreação e lazer	P4	Espaço florestal ajacente ao rio com potencial para ser adaptado ao desenvolvimento de atividades recreativas e de lazer e como extensão do parque lazer de Ponte.	Ponte
Quinta da Ribeira	P5	Quinta com elevado valor cultural destinada ao turismo em espaço rural (Agroturismo).	Ponte
Parque de lazer fluvial	E1	Parque de lazer junto ao rio Ave, utilizado pela população como praia fluvial, complementar ao parque de lazer de Barco.	Prazins (Sta. Eufémia)
Conjunto de moinhos do rio Febras (integrados na rota da Citânia (PR2)).	F1	Conjunto de moinhos que se situam ao longo das margens do rio Febras. Local de grande qualidade paisagística. Este conjunto de moinhos integra o percurso pedestre da citânia (PR2).	UF B.S.S. e B.S.L.
Parque arqueológico - Citânia de Briteiros (integrado na rota da	F2	Este monumento nacional constitui um importante foco de atração turística da região onde se insere. Local de enorme qualidade paisagística. O mesmo possui	UF B.S.S. e B.S.L.

Citânia - PR2)		vistas panorâmicas de grande abrangência.	
Zona de lazer junto ao rio Febras	F3	Espaço de lazer junto ao rio situado no espaço urbano central de Briteiros São Salvador.	UF B.S.S. e B.S.L.
Igreja Paroquial de Briteiros S. Salvador - integrada na rota da citânia (PR2)	F4	Esta igreja integra a rota pedestre da Citânia de Briteiros (PR2)	UF B.S.S. e B.S.L.
Solar da Ponte - Museu de Cultura Catreja; Moinho recuperado visitável (PR2)	F5	Integrado na rota da Citânia de Briteiros. Atualmente é o museu de cultura castreja, pertencendo à Sociedade Martins Sarmento. Possui no seu terreno um moinho recuperado e que pode ser visitado.	UF B.S.S. e B.S.L.
Moinho de Requeixo - integrado na rota da Citânia (PR2)	D1	Moinho recuperado e integrado na rota pedestre da Citânia de Briteiros (PR2).	UF B.S.E. e Donim
Zona de lazer fluvial	D2	Zona de grande qualidade paisagística, situada na margem do rio Ave.	UF B.S.E. e Donim
Parque de lazer	D3	Situado em Briteiros Santo Estêvão, na margem do rio Ave	UF B.S.E. e Donim
Castro de Sabroso	L1	Monumento Nacional, que, atualmente, se encontra em risco devido à infestação por acácias. Já estão a ser tomadas medidas no sentido de reabilitar todo este espaço de forma a garantir a sua proteção e a torná-lo acessível à população. Possui vistas panorâmicas.	UF S.S.L. e Balazar
Zona de transição entre o espaço urbano e o espaço florestal, com a presença de vestígios arqueológicos	L2	Localiza-se na cabeceira da ribeira da canhota. Espaço com algum nível de degradação e que pode ser adaptado no sentido de criar um espaço recreativo e de contemplação em zona florestal que integre a rede de corredores verdes.	UF S.S.L. e Balazar
Campo de Jogos de S. S. Salvador	S1	Situado na margem do rio Ave	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar
Zona fluvial com moinho em ruína	S2	Presença de uma insua num local com grande qualidade paisagística e um enorme potencial para atividades de recreação e lazer, especialmente para a prática de desportos náuticos devido ao efeito criado pela existência de um açude. Neste espaço destaca-se a presença de um moinho de dimensão considerável, em ruína, e do, já referido, açude.	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar
Conjunto de moinhos	S3	Interessante conjunto de moinhos em ruína, à excepção de um elemento que foi recuperado, dispostos ao longo de uma linha de água. Local de grande qualidade paisagística.	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar
Parque de lazer de S. S. Maria	S4	Parque Desportivo e de Lazer com uma dimensão de 200 000 m ² onde se conjugam várias atividades.	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar
Parque de lazer fluvial de Gondomar	S5	Situado na margem do rio Ave. Espaço de grande qualidade paisagística. Destaca-se a presença de uma ponte em granito que faz a ligação com a outra margem do rio pertencente à Póvoa de Lanhoso.	UF S.S.M., S.S.S. e Gondomar



Recursos recreativos/
paisagísticos

Recursos com potencial
recreativo

Linhas de Água

Limites Administrativos

Base Cartográfica

B1	Terreno descampado adjacente ao rio Febras com pontencial para recreação
B2	Parque de lazer fluvial
C1	Pista de cicloturismo existente
C2	Termas das Taipas
C3	Jardim Público
C4	Banhos Velhos
C5	Espaço agrícola com potencial para recreação
C6	Parque de Campismo
C7	Parque de lazer das Taipas
P1	Espaço florestal com potencial para recreação
P2	Parque de lazer de Ponte
P3	Parque da ínsua
P4	Espaço florestal com potencial para recreação e lazer
P5	Quinta da Ribeira (Agroturismo)
E1	Parque de Lazer fluvial
F1	Conjunto de moinhos do rio Febras (integrados na rota da Citânia (PR2).
F2	Citânia de Briteiros - vistas panorâmicas (integrada na rota da Citânia - PR2)
F3	Parque de Lazer junto ao rio Febras
F4	Igreja Paroquial de Briteiros S. Salvador - integrada na rota da citânia (PR2)
F5	Solar da Ponte - Museu e Cultura Castreja; Moinho recuperado visitável (PR2)
D1	Moinho de Requeixo (recuperado)- integrado na rota da Citânia (PR2)
D2	Zona de Lazer Fluvial
D3	Parque de Lazer
L1	Castro de Sabroso - vistas panorâmicas
L2	Zona de transição entre o espaço urbano e o espaço florestal, com a presença de vestígios arqueológicos
S1	Campo de Jogos de S. S. Salvador
S2	Zona Fluvial com moinho em ruína
S3	Conjunto de moinhos em ruína
S4	Parque de Lazer de Souto Sta. Maria
S5	Parque de Lazer Fluvial de Gondomar

Planta:
Recursos Recreativos/ Paisagísticos

Tema: Análise Espacial de Recursos

Escala:
0 500 1000 1500m

Local
GUIMARÃES

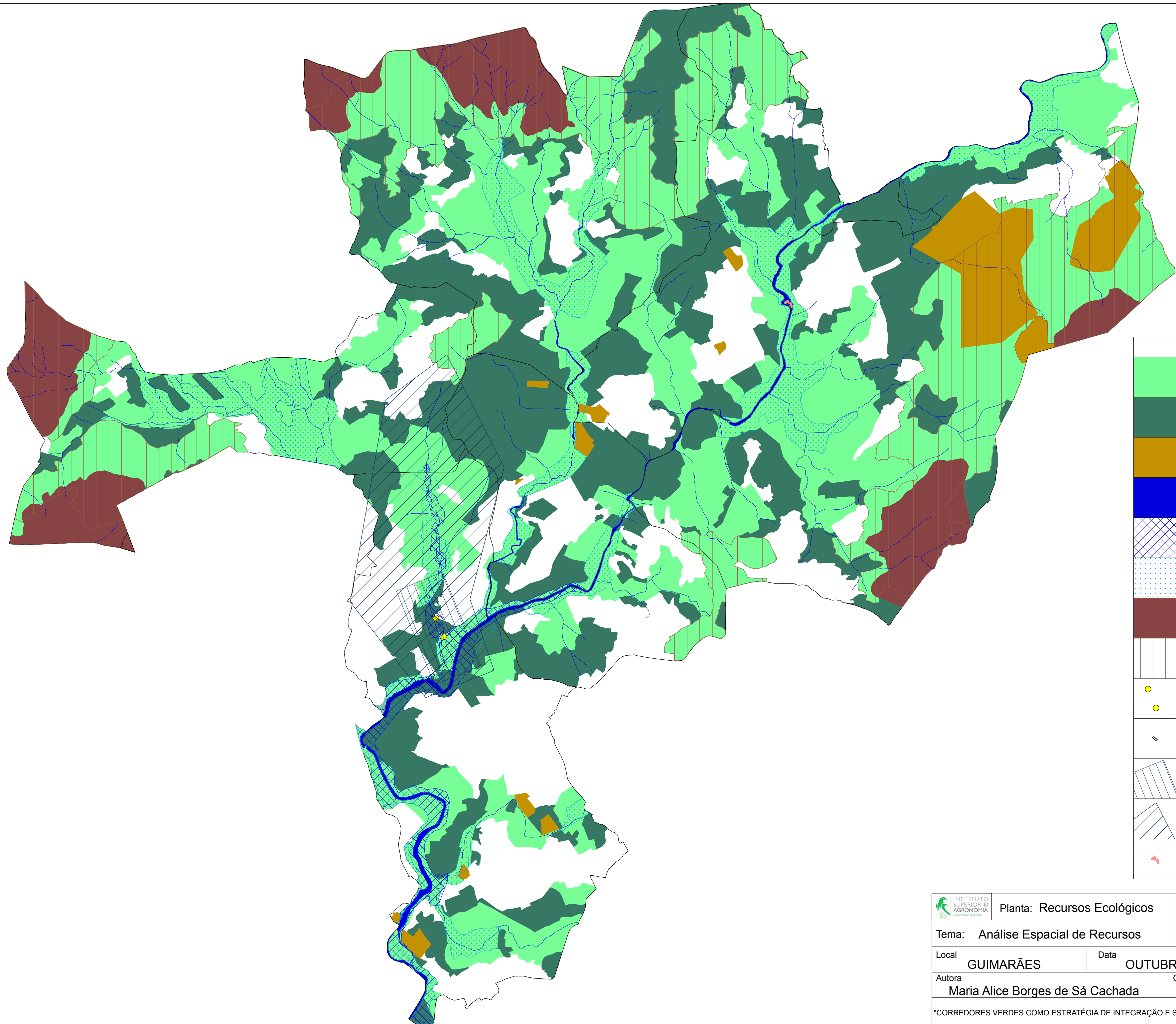
Data
OUTUBRO 2018

Peça: 6

Autora
Maria Alice Borges de Sá Cachada

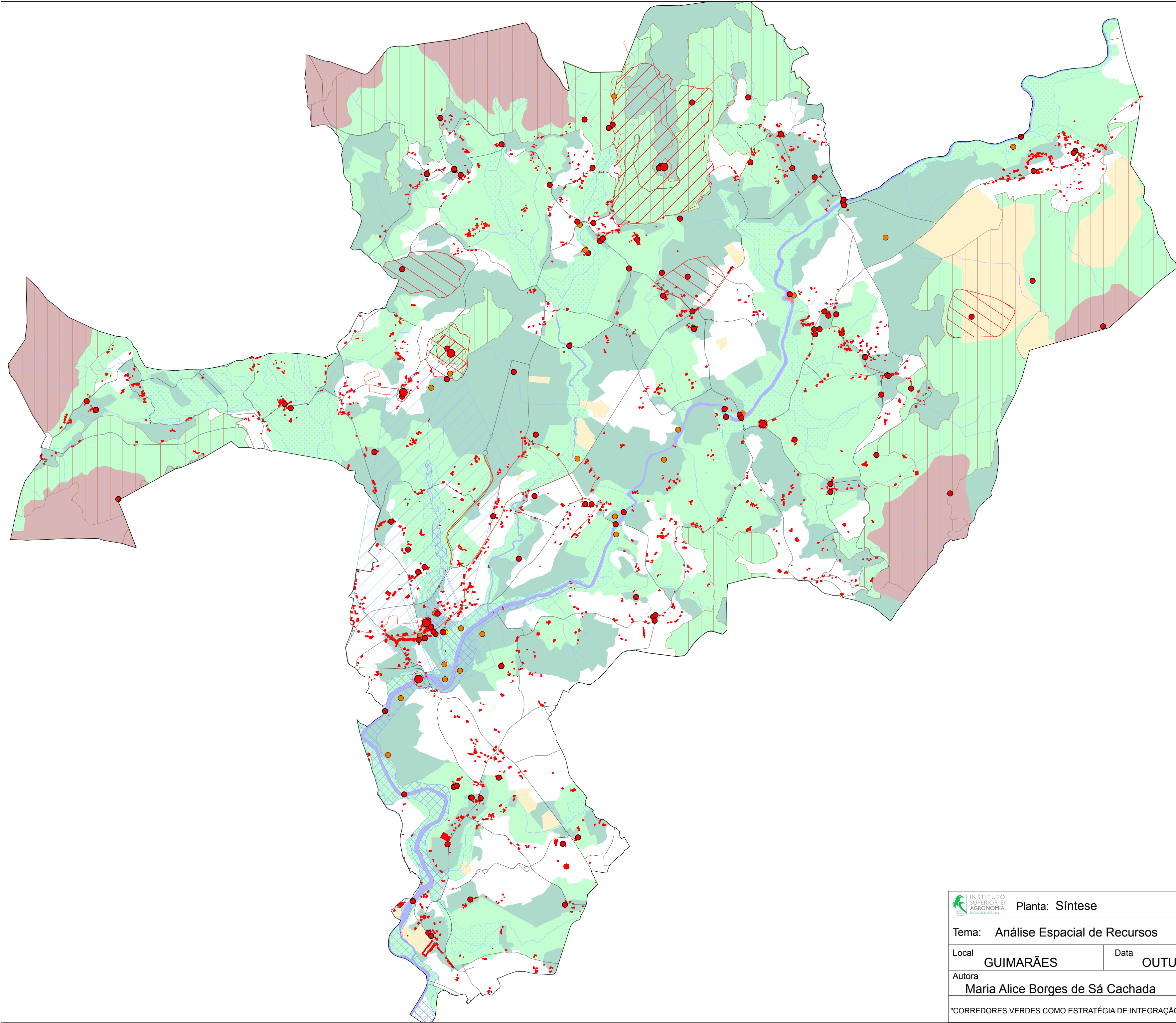
Orientador
Dr. Pedro Miguel Ramos Arsénio

"CORREDORES VERDES COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL"



Legenda	
	Estrutura Ecológica: Nível I
	Estrutura Ecológica: Nível II
	Estrutura Ecológica: Nível III
	Linhas de Água
	Zonas inundáveis
	Áreas de máxima infiltração
	Cabeceiras das linhas de água
	Áreas com riscos de erosão
	Nascente de águas minerais naturais
	Zona de protecção imediata
	Zona intermédia
	Zona alargada
	Ínsuas

	Planta: Recursos Ecológicos		Escala:			
	Tema: Análise Espacial de Recursos		0 500 1000 1500m			
Local	GUIMARÃES	Data	OUTUBRO 2018	Peça:	7	
Autora	Maria Alice Borges de Sá Cachada		Orientador		Dr. Pedro Miguel Ramos Arsénio	
"CORREDORES VERDES COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL"						



Legenda	
	Estrutura Ecológica: Nível I
	Estrutura Ecológica: Nível II
	Estrutura Ecológica: Nível III
	Linhas de Água
	Zonas inundáveis
	Áreas de máxima infiltração
	Áreas com risco de erosão
	Nascente de águas minerais naturais
	Zona de proteção imediata
	Zona intermédia
	Zona alargada
	Ínsuas
	Cabeceiras das linhas de água
	Recursos Patrimoniais
	Zona de Proteção (Sítio Arqueológico)
	Zona de Proteção (Património Classificado)
	Zona Especial de Proteção (Monumento Nacional)
	Percursos de interesse cultural
	Património Edificado (PDM)
	Recursos Recreativos e Paisagísticos
	Rede Viária

Planta: Síntese

Tema: Análise Espacial de Recursos

Local: GUIMARÃES

Autora: Maria Alice Borges de Sá Cachada

Escala: 0 500 1000 1500m

↑ N

Data: OUTUBRO 2018

Peça: 8

Orientador: Dr. Pedro Miguel Ramos Arsénio

"CORREDORES VERDES COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL"

A.7 Quadro de valores quantitativos dos recursos patrimoniais e da rede de corredores verdes.

Quadro 18: Análise quantitativa dos recursos patrimoniais identificados e da Rede de Corredores Verdes a proposta.

FREGUESIAS	Área (km ²)	Recursos Patrimoniais											Corredores Primários						Corredores Secundários			TOTAL	
		Património Rural		Património Religioso		Património Arqueológico		Património Classificado		Percurso de Interesse Cultural			Rio Ave		Rio Febras		Rib ^a da Canhota		Vias pavimentadas	Vias não pavimentadas	Espaços ajardinados	Por freguesia	
		AE	RCV	AE	RCV	AE	RCV	AE	RCV	AE	RCV		Área m ² (Km ²)	Comp. m (km)	Área m ² (Km ²)	Comp. m (km)	Área m ² (Km ²)	Comp. m (km)	Comp. m (km)	Comp. m (km)	Área m ² (Km ²)	Área m ² (Km ²)	Comp. m (km)
Barco	3,02	2	2	2	2	4	3	0	0	1	1		137 036,0 (0,1)	2 615,4 (2,6)	45 937,6 (0,05)	2 630,3 (2,6)	0	0	2 033,7 (2)	562,7 (0,6)	0	182 973,6 (0,2)	7 842,1 (7,8)
Caldelas	2,69	5	5	4	4	7	4	2	2	*	*		151 973,1 (0,2)	1 722,0 (1,7)	5 610,1 (0,006)	567,3 (0,6)	28 446,6 (0,03)	1432,7 (1,4)	580,7 (0,6)	230,5 (0,2)	11 286,4 (0,01)	197 316,2 (0,2)	4 533,2 (4,5)
Ponte	6,01	10	5	4	4	5	4	0	0	0	0		366 097,5 (0,4)	4 576,7 (4,6)	0	0	0	0	616,7 (0,6)	0	0	366 097,5 (0,4)	5 193,4 (5,2)
Prazins Santa Eufémia	2,32	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0		100 620,8 (0,1)	2040,5 (2,0)	0	0	0	0	0	0	0	100 620,8 (0,1)	2 040,5 (2,0)
UF Briteiros Sto Estêvão e Donim	5,94	4	4	6	6	4	4	0	0	1	1		239 091, 5 (0,2)	4790,8 (4,8m)	14 658,2 (0,01)	724,47 (0,7)	0	0	4 335,8 (4,3)	2 315,7 (2,3)	0	253 749,7 (0,3)	12 166,8 (12,1)
UF Briteiros S. Salvador e B. Sta. Leocádia	9,39	9	9	8	4	9	4	1	1	2	2		0	0	92 936,0 (0,09)	4612,5 (4,6)	0	0	4 487,6 (4,5)	5 443,6 (5,4)	0	92 936,0 (0,09)	14 543,7 (14,5)
UF Sande S. Lourenço e Balazar	6,46	2	1	4	1	3	2	2	2	1	0		0	0	0	0	18 795,5 (0,02)	943,1 (1,0)	1 830,7 (1,8)	1 249,3 (1,2)	0	18 795,5 (0,02)	4 023,1 (4,0)
UF Souto Sta. Maria, Souto s. Salvador e Gondomar	13,87	11	8	11	9	6	3	1	1	1	1		281 374,2 (0,3)	5641,1 (5,6)	0	0	0	0	4 854,9 (4,9)	87,1 (0,09)	0	281 374,2 (0,3)	10 583,1 (10,6)
TOTAL	49,6	43	34	41	30	40	24	6	6	6	5		1 276 193,2 (1,3)	13 271,5 (13,3)	159 141,8 (0,2)	7 967,3 (8,0)	47 242,2 (0,05)	2 375,8 (2,4)	18 740,1 (18,7)	9 888,9 (10)	11 286,4 (0,01)	1 493 863,6 (1,5)	52 243,6 (52,2)
	Elementos patrimoniais identificados na Área de Estudo (AE): 124 Elementos patrimónias protegidos pela Rede de Corredores Verdes (RCV): 88												Área: 1 482 577,2 (1,5) Comprimento: 23 614,6 (23,6)						Área: 11 286,4 (0,01) Comprimento: 28 629 (29,0)				

Notas:

* Integrado no percurso correspondente à freguesia de S. Cláudio de Barco.

AE: Área de Estudo

RCV: Rede de Corredores Verdes

Comp.: Comprimento

Apêndice B

B.1 Extracto do Plano Director Municipal de Guimarães referente à área de estudo.

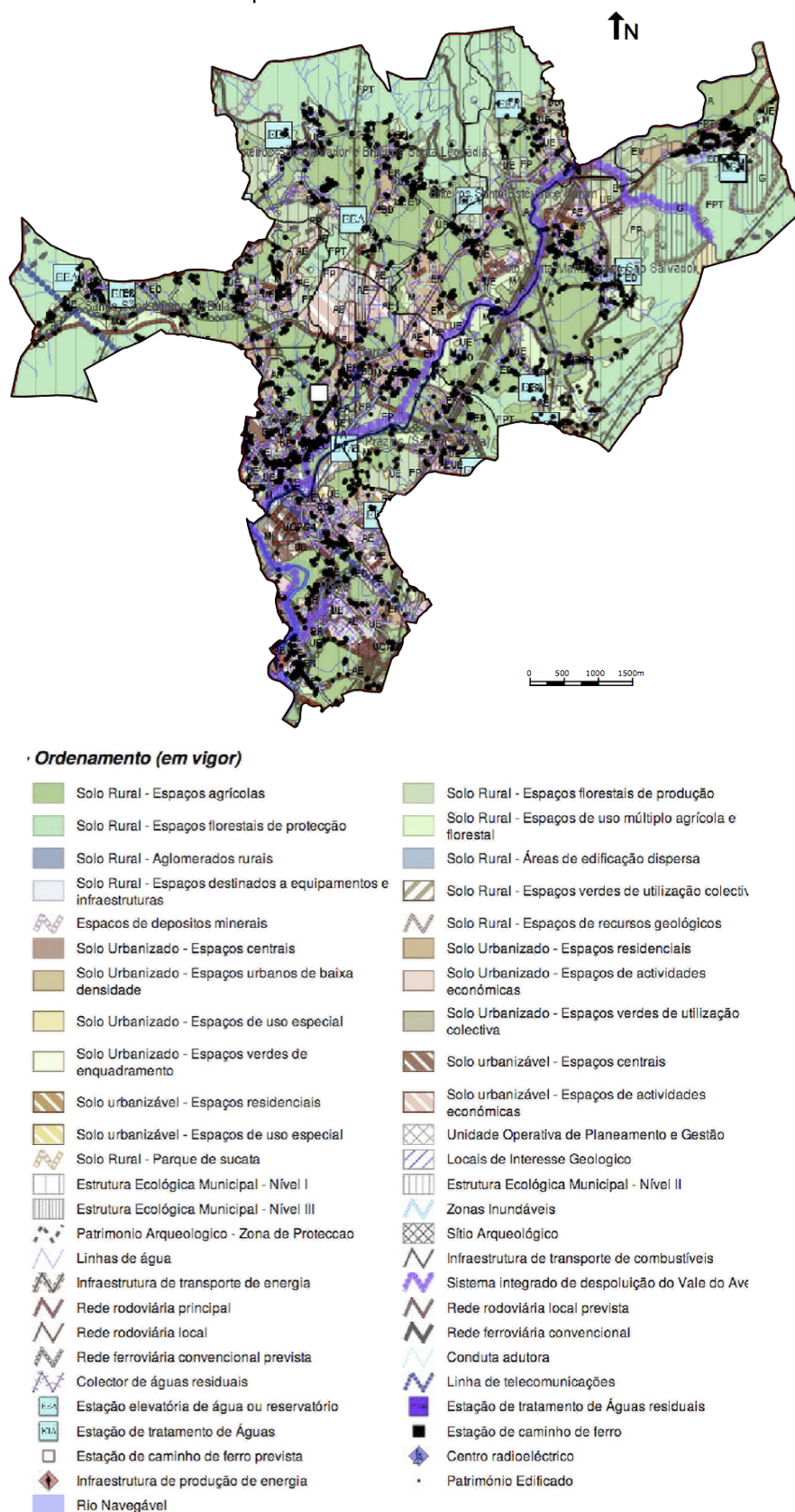


Figura 80: Planta de Ordenamento em Vigor, do PDM do Concelho de Guimarães nos limites da área de estudo e respetiva legenda. (Fonte: Município de Guimarães, sem data c)